

PRA QUE SERVE A UNIVERSIDADE PÚBLICA?

Aécio Gomes de Matos
(organizador)

Cristovam Buarque
Ascendino Silva
Sérgio C. Buarque
Tânia Bacelar
Alfredo Pena-Vega



PRA QUE SERVE A
UNIVERSIDADE PÚBLICA ?

PRA QUE SERVE A UNIVERSIDADE PÚBLICA ?

Aécio Gomes de Matos (organizador)

Cristovam Buarque (prefácio e o que fazer?)

Ascendino Silva

Sérgio C. Buarque

Tânia Bacelar

Alfredo Pena-Vega

Editora
Universitária  UFPE

2013

CRÉDITOS

Projeto Gráfico: Denise Simões

Revisor: os Autores

Capa: Denise Simões

Impressão e acabamento: EdUFPE



Catálogo na Fonte

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

P895 Pra que serve a universidade pública? / organizador: Aécio Gomes de Matos
; prefácio e posfácio: Cristovam Buarque ; Ascendino Silva... [et al.]. –
Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.
[205] p. : il.

Inclui referências bibliográficas.
ISBN 978-85-415-0253-5 (broch.)

1. Universidades e faculdades públicas – Brasil. 2. Ensino superior –
Finalidades e objetivos. 3. Ensino superior – Aspectos sociais – Brasil. I.
Matos, Aécio, 1941- (Org.). II. Buarque, Cristóvam, 1944- (Pref.). III. Silva,
Ascendino.

378.81

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2013-085)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibido a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

OS AUTORES

Aécio Gomes de Matos

Engenheiro mecânico pela UFPE (1968); Doutor em Psicologia pela Université de Paris-Dauphine (1980), Pós-Doutorado e Sociologia. Université de Paris X, Nanterre (2005). Professor Associado do Departamento de Psicologia da UFPE. Pesquisador e consultor em processos organizacionais e comunitários.

Cristovam Buarque (Prefácio e O que fazer?)

Engenheiro mecânico, economista, educador, professor da UnB, onde foi também reitor. Foi governador do Distrito Federal, ministro da educação no primeiro governo Lula, é atualmente senador da república pelo Distrito Federal.

Ascendino Silva

Engenheiro Eletricista pela UFPE (1975); Mestre em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (1978); Doutor em Automação e Sistemas pelo Institut National des Sciences Appliquées de Toulouse - França (1986). Professor Associado do Departamento de Eletrônica e Sistemas da UFPE.

Sérgio Buarque

Economista com mestrado em sociologia, professor da Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco, consultor em planejamento estratégico e desenvolvimento territorial. Sócio da MULTIVISÃO-Planejamento Estratégico e Prospecção de Cenários e da FACTTA-Consultoria, Estratégia e Competitividade.

Tânia Bacelar

Graduada em Ciências Sociais pela UFPE e em Ciências Econômicas pela UNICAP. Doutora em Economia Pública pela Université de Paris Sorbone Professora no Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. Foi diretora da SUDENE, da Fundação Joaquim Nabuco e Secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco. Sócia da CEPLAN - Consultoria Econômica e Planejamento

Alfredo Pena-Vega

Professor-pesquisador do Instituto interdisciplinar de Antropologia do Contemporâneo (IIEC-CEM) – EHESS/CNRS, diretor científico do Observatório Internacional de Reformas Universitárias – ORUS INT

PREFÁCIO

Cristovam Buarque

O título deste livro é uma provocação: “Pra que serve a universidade pública?” No meu entender duas palavras respondem à pergunta: “Para Libertar!”

Foi provavelmente Anaximandro que disse que: “A vida existe para podermos contemplar a Lua e o Sol”. Temos tempo livre e usá-lo para o deslumbramento e o entendimento com as coisas do mundo. Tudo gira em torno disso, inclusive aprender um ofício e situar-se diante do mundo.

A razão de ser da universidade é participar deste propósito da vida, ampliando o horizonte de liberdade de cada indivíduo e das sociedades. Seu papel libertário decorre de cinco funções: ciência, tecnologia, artes, ética e política. Graças às tecnologias criando tempo livre, libertando as pessoas do esforço para sobreviver; pelas artes e filosofias oferecendo alternativas para o uso do tempo livre na busca da verdade, da beleza, do lúdico; da luta por ideias e ideais promovendo a militância política para distribuir o tempo livre levando-o a todos os seres humanos, com a educação necessária para saber aproveitá-la.

Ao surgir no Ocidente, a universidade buscava ser a estrutura alternativa aos mosteiros para trazer de volta a liberdade de pensar a verdade soterrada pela teologia católica, depois da queda do mundo greco-romano. Esse questionamento agora parece importante porque alguns séculos depois, com as reformas, a universidade passa a servir também às necessidades técnicas da revolução industrial.

Muitas vezes, a universidade desviou-se deste papel, inclusive deixando-se usar por regimes autoritários. A colaboração da universidade medieval com a Inquisição, a aceitação da escravidão pelas “universidades” brasileiras e norte-americanas, o ativismo das universidades alemãs contra judeus durante o nazismo, e na omissão diante da brutalidade da desigualdade social e do desequilíbrio ecológico. Durante a escravidão nos EUA, como no Brasil, foi mínimo o papel dos cursos superiores na luta pela emancipação dos escravos. Nesses momentos, ela amplia a liberdade e o poder de poucos, oprimindo outros grupos sociais. Durante regimes nazistas, ditatoriais ou

de apartheid, ela serve para obscurecer a verdade científica, para censurar as artes, para justificar filosoficamente as maldades.

Pela atividade técnica e científica, as universidades norte-americanas têm sido determinantes na construção do poder bélico, inclusive na produção da Bomba Atômica e de outras armas de grande poder de destruição que se disseminam, sobretudo, entre as populações mais pobres do mundo. Nos dias de hoje, a universidade está em um tempo de desvio, até mesmo pervertida. Perdeu o rumo do vetor da liberdade, e tem sido usada (se deixa usar e aceita a estrutura que facilita este uso) como instrumento de uma evolução do projeto humano impossível fisicamente e imoral socialmente.

- (1) Evolução que usa o saber das engenharias e da economia para aumentar o conjunto de bens produzidos, mesmo ao custo de ameaçar o funcionamento equilibrado da natureza;
- (2) Justifica ética e logicamente a identidade entre ampliação da liberdade com o aumento no consumo, aprisionando as gerações atuais no endividamento e as futuras na gradação ambiental.
- (3) Convive com a extrema pobreza, localmente e em escala planetária, e até ajuda a ampliar a desigualdade social entre os seres humanos.
- (4) Usa o saber das ciências da vida para transformar a desigualdade social em diferenciação biológica, ao ampliar o tempo de vida de indivíduos, sem encontrar formas de levar esta base de liberdade para todos; ao contrário, começa a quebrar o sentimento de semelhanças dividindo os seres humanos, criando uma espécie de neo-homosapiens incluídos na modernidade, e neo-neandethals excluídos da modernidade.
- (5) Cria o saber das ciências sociais e da filosofia sem promover a justificativa dos valores éticos de liberdade para todos no presente e nas futuras gerações.
- (6) Pelas ciências da informática amplia o potencial de liberdade, mas constrói uma rede de aprisionamento dos indivíduos.
- (7) Anula-se intelectualmente no obscurantismo de um conceito irracional e imoral de progresso, e
- (8) Se acomoda politicamente sem oferecer resistência ao rumo obscurantista, indecente e suicida.

A civilização está em uma encruzilhada: continuar no rumo do último século e caminhar para a hecatombe ecológica e a divisão da espécie; ou, reorientar seu destino. A universidade está nesta encruzilhada e vive a sua própria: continuar na mesma estrutura e propósito ou se transformar em uma vanguarda da reformulação intelectual para um novo modelo de civilização. Para isso, a universidade precisa de uma nova maneira de ser que a adapte para enfrentar os desafios e riscos dos tempos contemporâneos e o vetor de correção nos rumos do progresso humano:

- (1) a velocidade inebriante como o pensamento evolui e como se espalha de forma quase instantânea;
- (2) a ausência de valores morais nas elites da civilização global que usam sem constrangimento ético o poder da ciência e da tecnologia para romper o equilíbrio ecológico e quebrar o sentimento de semelhança entre os seres humanos;
- (3) a corrupção das massas excluídas, cooptadas pela falsa ilusão de que o consumo dos ricos pode se espalhar e chegar aos sete bilhões de seres humanos;
- (4) o vazio existencial de um modelo civilizatório que identifica liberdade com produção, renda e consumo;
- (5) a perplexidade ideológica de seus profissionais incapazes de formular alternativas intelectuais para o futuro da humanidade;
- (6) a morte das utopias e a recusa dos universitários para pensar, sonhar e lutar por elas.

O importante neste quadro é que, apesar de tudo isto, o compromisso com a liberdade permite o espaço da contradição dialética com o surgimento de grupos de resistência intelectual e política. Desta forma, apesar dos seus desvios, a universidade mantém-se como vetor no processo libertário. Sendo parte do poder dominante, inclusive obscurantista e autoritário, a universidade muda, se ajustando para melhor servir ao objetivo libertário. Pela militância política, partiu delas os instrumentos pacifistas contra a guerra do Vietnã. Apesar de todas as maldades dos séculos XIX e XX, a universidade foi elemento chave da construção da civilização industrial que representou um avanço na ampliação do horizonte de liberdade dos seres humanos, tanto aumentando a

esperança de vida, o conforto para vivê-la, o tempo livre, enquanto tem sido fundamental como promotora de cultura.

É neste quadro contraditório que surge o debate aqui proposto. Os olhares diferentes dos diversos autores refletem justamente o nível de liberdade que preside uma reflexão que só é possível, justamente, na universidade pública. É pra isso que ela serve, antes de tudo.

Brasília, Janeiro de 2013
Cristovam Buarque

INTRODUÇÃO

Aécio Gomes de Matos

Este livro foi escrito a várias mãos e procura trazer uma grande diversidade de enfoques para se estabelecer uma reflexão sobre o papel da Universidade Pública no Brasil com foco nas suas referências institucionais e políticas e na sua inserção social e econômica, considerando, sobretudo, a sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade tecnologicamente avançada e socialmente justa.

Para instalar essa reflexão, cada um dos coautores procurou estabelecer uma olhar específico, sem perder a visão de conjunto que justifica o título do livro: Para que serve a Universidade? Nesta perspectiva, os capítulos foram sendo construídos entremeados por reuniões de equipe, onde cada um estabelecia seus enfoques que iam sendo ajustados aos demais de maneira a se estabelecer uma análise articulada.

Para facilitar a leitura no seu conjunto, vejam a seguir um pequeno resumo de cada capítulo:

- (1) No primeiro capítulo, sob o título “A universidade: entre o conhecimento e o desenvolvimento econômico e social”, o professor Ascendino Silva apresenta uma visão institucional sobre os três eixos de atividades da universidade (ensino, pesquisa e extensão). Como as universidades públicas vêm cumprindo o seu papel social e as expectativas da sociedade em relação à formação superior voltado para o desenvolvimento tecnológico; como a pesquisa vem se consolidando no no Brasil e seu alcance internacional; como a extensão universitária viabiliza a apropriação das tecnologias nas cadeias e polos produtivos.
- (2) Em seguida, o professor Sérgio C. Buarque, com um capítulo sob o título “A universidade, no seu tempo e para além do seu tempo” procura analisar a universidade como um componente inserido em um macro sistema complexo, ao mesmo tempo, socioeconômico, político e institucional – que impacta e influencia o desempenho da universidade e demanda conhecimento e tecnologia; a reflexão

se completa com uma análise das mudanças no macro ambiente da Universidade que demandam um projeto de desenvolvimento institucional consistente com as novas condições sistêmicas.

- (3) Nesta mesma perspectiva, a professora **Tânia Bacelar** no capítulo três “O desenvolvimento brasileiro e as universidades públicas” realiza uma análise do papel da universidade no processo de formação e desenvolvimento socioeconômico no Brasil, desde o início do século XX, marcando as correlações entre a evolução do quadro econômico e o desenvolvimento do modelo de universidade até os dias de hoje.
- (4) No capítulo quatro, o **Alfredo Pena-Vega**, sob o título “A Universidade à beira do abismo: ambiguidade e obscuridades da crise?” analisa a relação da crise da universidade com a crise econômica global e questiona o caráter transitório de adaptação ao capitalismo ou de natureza mais radical correlacionada às raízes da própria sociedade.
- (5) Finalmente, o professor **Aécio Gomes de Matos**, no último capítulo, intitulado “O cotidiano na universidade pública”, apresenta o resultado de uma pesquisa sobre o dia a dia da universidade com um olhar dialético sobre os compromissos políticos dos professores e da instituição, as políticas de fomento à pesquisa baseadas nas avaliações de produtividade docente, às hierarquias e ao poder na vida acadêmica.
- (6) Para uma continuidade da reflexão, o professor e senador da república Cristovam Buarque fecha este texto com importantes considerações sob o título de “O que fazer?”, trazendo à tona uma referência histórica importante da filosofia socialista.

Antes de apresentar cada um desses capítulos, nos propomos, nesta introdução estabelecer algumas referências preliminares sobre a evolução do papel das universidades nas sociedades modernas e no contexto da realidade brasileira.

Um pouco de História não faz mal a ninguém.

Aquilo que conhecemos hoje como universidade, remonta há, pelo menos, dez séculos, ainda que se tenham notícias de organizações de ensino alguns séculos antes de Cristo, na Grécia e em Roma. Enquanto instituição, a universidade surge, de fato, no século X, como organização corporativa de professores e estudantes.

Entre o século X e o Renascimento, o modelo tradicional de universidade se inicia sob a proteção da igreja e se expande pela Europa a partir das experiências de Paris e Bolonha. Entre os séculos XII e XVII, rompe-se o domínio católico e a universidade evolui na direção dos interesses econômicos do capitalismo, sob a influência da reforma protestante. A partir do século XVII, a racionalidade positivista e o iluminismo terminam por institucionalizar uma universidade comprometida com o desenvolvimento das tecnologias que responderam às demandas da revolução industrial e da racionalidade econômica (TRINDADE, 2000).

Do ponto de vista político, a partir das revoluções sociais que se seguiram à Revolução Francesa, a educação e a cultura passaram a considerar a universidade como um lugar democrático de construção do saber e direito dos cidadãos. Essas instituições sociais passariam a ser referências para as transformações econômicas e políticas da sociedade, com uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, uma diferenciação que deveria lhe conferir autonomia institucional, administrativa e financeira, com reconhecimento e legitimidade outorgados pela sociedade como um todo (CHAUÍ, 2003). Para esta autora, as universidades modernas se legitimaram com a consolidação de sua autonomia de produção de conhecimento com relação ao Estado e à religião. A autonomia universitária.

No entanto, essa perspectiva não é dominante no mundo acadêmico moderno. Gradualmente, o saber técnico e a pesquisa científica voltada para as demandas do mercado vão assumindo uma posição decisiva para o desenvolvimento tecnológico, econômico e político da sociedade, cada dia mais marcada pelo liberalismo, pela propriedade privada e pela competição. A universidade sente o peso dessa mudança e a universidade pública, em particular, se torna um espaço onde se expressam os projetos e as contradições da sociedade e onde se constrói um conhecimento legitimado e uma formação institucionalmente reconhecida.

Onde estamos hoje

A pesquisa científica e a produção de conhecimento na academia já passaram por inúmeras etapas. Numa fase inicial, os estudiosos eram recrutados e financiados por monarcas e imperadores e tinham como desafio as grandes construções e os dispositivos bélicos. Com a evolução das ciências exatas e das ciências naturais, a atividade acadêmica foi sendo gradualmente sistematizada com pesquisadores profissionais que se agregaram em núcleos de pesquisa enquanto o fazer científico adquiria *status* e credibilidade social.

Com desenvolvimento da economia moderna, as universidades assumem uma posição de vanguarda na inovação tecnológica e na formação de quadros profissionais e se tornam espaço institucional privilegiado para investimento em desenvolvimento e difusão de conhecimentos. O mundo acadêmico justifica, assim, investimentos cada vez maiores, comprometidos, de um lado com os agentes econômicos interessados em pesquisas aplicadas e, do outro, com o Estado que se propõe a financiar um lastro de pesquisas mais abrangente, como pesquisa pura, fundamental para a evolução do conhecimento voltado para aplicações práticas.

No Brasil¹, o número de profissionais formados para a pesquisa evolui rapidamente de menos de mil titulados por ano, em 1988, para mais de 10 mil, em 2008, quando já existiam no País mais de 130 mil doutores; 80.761 formados nesses últimos 20 anos. Segundo Tânia Bacelar, destaca no Capítulo 3 deste livro, em 2010 as matrículas na graduação pularam para 6.359 mil (136% a mais que em 2000). Esses números parecem significativos, mas em termos relativos ainda representam apenas 1,4 doutores por mil habitantes, muito atrás dos Estados Unidos (8,4), da Alemanha (15,4) e da Suíça² (23,0).

Mesmo com esses números, a academia brasileira entra para o disputado mundo das publicações científicas no 15º lugar do ranking mundial, responsável por 2 % no número de artigos e *papers* publicados (Bianchetti e Machado, 2007); produção estimulada pela política de produtividade desenvolvida pela CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

1. A evolução do desenvolvimento da universidade pública no Brasil foi detalhada pela Professora Tânia Bacelar no quarto capítulo deste livro.

2. Ver: Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira - Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

Essa lógica produtivista, como base do sistema de avaliação acadêmica, tem sido objeto de queixas generalizadas dos professores, por ter como referência central o número de publicações realizadas por cada professor-pesquisador e por cada programa de pós-graduação. Com referenciais e indicadores predominantemente quantitativos, esse modelo de avaliação, segundo muitos dos nossos interlocutores, acaba gerando uma série de distorções que vão desde uma grande desigualdade na distribuição dos recursos até um elevando nível de estresse entre os professores pesquisadores.

Na prática, essa política de produtividade termina por induzir o esforço de pesquisa e a produção científica para áreas mais competitivas no plano nacional e internacional, sem uma atenção mais comprometida com a função social da universidade a que nos referimos anteriormente.

Falando em tese, todos os nossos interlocutores estão de acordo que se deveria assumir um compromisso político institucional com o desenvolvimento de um conhecimento diferenciado visando os interesses sociais da maioria da população e a democratização do saber. Neste sentido, a universidade deveria ser o *locus* da democracia e um espaço de construção de um projeto de cidadania. Na prática, no entanto, a vida acadêmica termina levando a uma acomodação aos modelos determinados por esses organismos de controle hierarquizado, onipotentes e onipresentes em todos os espaços da vida acadêmica, particularmente para os 21% de doutores que constituem os 254 mil docentes do ensino superior do País.

As crises da universidade

A evolução desse quadro envolve tensões institucionais, organizacionais, grupais e individuais. Para Boa Ventura de Souza Santos (SANTOS E ALEMEIDA FILHO, 2008), a evolução do quadro das universidades públicas tem se centrado em três grandes crises:

- A crise de hegemonia, que se manifesta na contradição entre os padrões clássicos típicos da universidade de elite responsável pela evolução do conhecimento humanístico, do pensamento crítico e da construção filosófica desde a Idade Média, de um lado, e de outro, a demanda de conhecimentos utilitaristas, demandados pelo desenvolvimento de novas tecnologias e de mão de obra qualificada do modo de produção capitalista.

- A crise de legitimidade, que questiona o papel da universidade como detentora exclusiva do saber especializado e do credenciamento das competências profissionais, de um lado, e a popularização do ensino profissional demandada pelas necessidades de acesso e qualificação de um crescente contingente de trabalhadores especializados oriundos das classes sociais populares, pela democratização do acesso.
- A crise institucional, que questiona a autonomia da universidade para definir seus próprios objetivos e valores, como critérios de avaliação da sua efetividade e os condicionantes institucionais direcionando o ensino, a pesquisa e a extensão por critérios de produtividade e de eficácia determinados segundo a visão do mercado ou segundo terminações de caráter político.

O foco da nossa pesquisa se orienta, assim, para uma análise mais aprofundada dessas crises, sem cair numa das três armadilhas que, segundo Neomar Almeida Filho, aparecem frequentemente nas discussões sobre a reforma universitária (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2008). Uma primeira armadilha, de caráter ideológico, justifica uma postura atenta para que o pesquisador não se torne prisioneiro dos discursos contestatórios de algumas militâncias maniqueístas que aparecem com muita ênfase no meio das lutas sindicais. Esses discursos, povoadas de palavras de ordem com objetivos claros de direcionar as forças políticas em posições de luta, têm pouco interesse como reflexão crítica, justamente por que não reconhecem avanços objetivos em nenhum movimento que não aqueles encabeçados pelos seus próprios grupos políticos. A segunda armadilha se esconde sob a forma de argumentos intelectuais cujas bases conceituais (como a autonomia universitária, excelência intelectual, produtividade em pesquisa, entre outros) carecem de precisão que justifique uma postura mais objetiva quanto às possibilidades reais para mediação das crises analisadas por Boa Ventura de Souza Santos (op. cit.). Uma terceira armadilha aparece nos discursos e nos programas da burocracia de estado que entendem a evolução da academia pelo alinhamento sistemático da universidade a modelos de coordenação e controle dos canais de financiamento e pela autoridade do credenciamento profissional e científico.

Essa pauta de pesquisa que parece, inicialmente, muito ampla para o nosso propósito, deverá ser gradualmente ajustada por uma análise institucional que articula a perspectiva sócia histórica aos limites de uma

realidade organizacional objetiva (a UFPE) e à realidade subjetiva vivida e relatada como experiências do cotidiano pelos atores envolvidos.

O olhar crítico de uma leitura dialética da realidade da nossa universidade através da análise institucional vai assim ao encontro das contradições de base dessa trajetória universitária, ora pautada pela lógica racionalista, modernizadora e competitiva da economia de mercado; ora comprometida eticamente com uma postura humanista, socialmente justa, politicamente engajada.

A sociedade e a universidade

Antes de entrar diretamente nas reflexões sobre os temas propostos, parece importante estabelecer aqui o quadro sócio histórico onde se enquadra a universidade pública. Em primeiro lugar é preciso estabelecer um olhar sobre os processos que temos vivido na civilização ocidental desde antes dos primórdios da revolução industrial, quando o mundo se expande pela descoberta de novas terras, pela expansão do comércio, dos modos de produção, do conhecimento científico e das ideias.

Como já foi dito acima, Michel Freitag (1995) afirma que a sociedade se transforma com a própria compreensão dos significados da vida cotidiana condicionada pela ideia de um futuro determinado e inevitável a comandar nossas vidas de maneira inevitável. Um futuro racionalmente definido como a autonomização funcionalista e operacional dos meios em relação aos fins. Para ele,

“Observando a evolução das sociedades e do mundo nos últimos cinco séculos, depois nos últimos dois séculos, depois no último; depois nos últimos cinquenta, trinta e dez anos; é um truísmo falar de transformações radicais e de sua aceleração contínua. Populações, sistemas sociais, políticos e econômicos, ideologias, ciências e técnicas, culturas e identidades, tudo passou por uma aceleração das mudanças quantitativas e qualitativas, cujos resultados constituem nossa realidade atual, inteira e sistematicamente instável e dinâmica.”

Esta nova sociedade segundo este autor abandona gradualmente a perspectiva humanista para se tornar técnica, operativa e racional, estabelecendo padrões de desempenho que constroem e limitam a vida

cotidiana ao domínio da política e transformam as esperanças de futuro em fatos previsíveis, telecomandados por elites tecnocráticas.

Por outro lado, para completar a crítica a este contexto determinístico de que fala Freitag, considere-se que a crítica ambientalista atual vê a evolução tecnológica da sociedade de consumo numa tendência inexorável para o esgotamento dos recursos naturais. Por contraditório que pareça, esta situação fica mais insustentável com a inclusão massiva das populações mais pobres das economias emergentes (China, Índia, Rússia e Brasil) nos mesmos padrões de consumo existentes nos países desenvolvidos.

O debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento que surge na metade do século XX não parecia preocupado com isso, mas as mudanças nos padrões de produção e consumo aparecem agora na *Conferência Rio + 20*, como uma das questões centrais dos modelos de desenvolvimento e das políticas públicas em todo mundo. Um dos pontos centrais desse debate considera que os atuais modelos de desenvolvimento, gerando níveis elevados de acumulação capitalista, têm implicado em importantes iniquidades sociais que separaram as classes sociais, as regiões e os países entre ricos e pobres e que, em última instância, inviabilizam a qualidade de vida e a própria sobrevivência das gerações futuras.

Essas questões do desenvolvimento já haviam sido abordadas de maneira crítica por economistas como Celso Furtado, nos anos setenta. Atento aos limites dos recursos naturais, Furtado considerava o desenvolvimento como um mito que não poderia ser superado senão por muita criatividade e engajamento político. De fato, nos dias de hoje cerca de um bilhão de pessoas no mundo vivem abaixo das condições de pobreza, enquanto menos de 800 milhões usufruem dos padrões de consumo sofisticados. Para o presidente Lula, no seu discurso de abertura da 59ª Assembleia Geral da ONU (NY 21/09/2012, a diferença entre desenvolvimento e subdesenvolvimento tem se constituindo em um fosso cada dia maior uma vez que a diferença de renda per capita entre os países mais ricos e os mais pobres do planeta, que era inferior a cinco vezes em 1820, é hoje 80 vezes, “manteve-se a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio”.

Neste contexto, não dá para entender o papel das universidades públicas fora do debate cujos principais protagonistas têm sido as organizações da sociedade civil que precisam se munir de conhecimentos científicos para

se contrapor à lógica da macroeconomia (taxa de juros, inflação, PIB) que tem sido a principal referência dos modelos de desenvolvimento com grande respaldo dos meios acadêmicos.

Na prática, o incremento do conhecimento gerado nas universidades como suporte à evolução tecnológica e ao aperfeiçoamento dos meios de produção, apesar de representarem uma evolução fantástica do conhecimento científico, dos meios de comunicação, das capacidades de atuação sobre a saúde e sobre o meio ambiente, não conseguiram reduzir as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres; não conseguiram humanizar a modernização.

Esperamos que essas referências introdutórias à questão central que propomos discutir sobre “para que serve a universidade” possam colocar cada leitor diante do quadro de partida que nos mobilizou a propor essa discussão, não apenas para o público universitário, mas a todos aqueles que estejam se perguntando sobre as verdadeiras razões pelas quais a sociedade insiste em manter uma universidade pública.

A evolução histórica da academia, suas crises e as reais necessidades do apoio acadêmico a um projeto de desenvolvimento para o País foi, assim, o ponto de partida para cada um dos autores desse livro. Boa leitura.

BIBLIOGRAFIA

- FREITAG, Michel. *Le Naufrage de l'Université*. Editions la decouverte, La Revue du MAUSS, Paris, 1995
- INSEL, Ahned. Publish or Perish! La submission formelle de La cannaissance au capital. In *Université em crise. Mort ou resurrection?* Revue du MAUSS No 33. 1e semestre 2009. P. 109 – 121.
- SANTOS. Boaventura de Souza, ALMEIDA FILHO, Neomar. *A universidade no século XXI. Por uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo. Editora Cortez. 2008.
- TRINDADE, Héliqio. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. *Estud. av.* , São Paulo, v. 14, n. 40, 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300013&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 12 2008. doi: 10.1590/S0103-40142000000300013.

CAPÍTULO 1

A universidade: conhecimento e desenvolvimento

Ascendino F. D. e Silva

Universidade e sociedade

A Universidade Pública é a principal responsável pela formação dos quadros profissionais em praticamente todas as áreas de atuação no Brasil, como também é ela que garante a maior parte da produção de pesquisas em todas as áreas do conhecimento. Neste texto, vamos justificar o porquê dessas afirmações, mostrar como as universidades públicas têm respondido às demandas da sociedade e, ainda, como o País configurou sua estrutura de ciência e tecnologia com base em políticas para o setor, que foram implantadas ao longo das últimas décadas.

A análise que apresentamos tem como objetivo responder à questão colocada neste livro: “Para que serve a Universidade?”. A partir dessa provocação, procuraremos apresentar ao leitor nossa visão de como o Brasil estabeleceu sua estratégia para sair da condição de “país em desenvolvimento” para “país emergente” no cenário mundial e que as universidades públicas foram, e ainda são, fundamentais nesse processo.

Os três eixos principais de atividades acadêmicas desenvolvidas nas universidades públicas são: o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Essas atividades interagem com a sociedade de formas distintas em função das suas peculiaridades, e nosso propósito é apresentar ao leitor como elas se manifestam, desenvolvendo o tema com uma linguagem para o público amplo, de modo a explicar alguns aspectos que não são do conhecimento geral e que muitas vezes não satisfazem suas expectativas.

A Universidade tem, naturalmente, uma postura mais fechada em si mesma com relação a certas questões que se manifestam na sociedade. Primeiro porque uma casa de reflexão tem a característica de ser mais meticulosa ao abordar os problemas do cotidiano. Segundo porque a Universidade Pública é uma instituição de muita visibilidade e desperta interesse de alguns setores

da sociedade. Por essa razão, é alvo de disputas políticas entre forças e alianças partidárias. Daí é crucial que a instituição se preserve e se mantenha vigilante o quanto possível de maneira a evitar que as tendências ideológicas interfiram nos objetivos da academia. Essa ingerência existe efetivamente, mas é imprescindível que a comunidade universitária esteja atenta e seja ela a primeira a reagir em defesa da isenção e da integridade institucional.

Finalmente, outro tema fundamental que deve ser esclarecido à sociedade, no que tange ao comportamento das universidades públicas, é a sua posição com respeito à religião. O Estado brasileiro é laico, no sentido em que nenhuma instituição pública deve inclinar-se por uma crença específica. No entanto, a prática diverge do correto quando alguns dirigentes acentuam sua preferência particular. É fundamental que a instituição também se mantenha equidistante nesse item, inclusive seguindo a orientação constitucional que, na verdade, manifesta a liberdade de crer e de não crer.

O Brasil, como vários outros países da América Latina, experimentou fortes mudanças políticas muito recentes e vive o exercício da democracia perturbado por posições ideológicas que se revezam no poder provocando mudanças institucionais frequentes. A Universidade sofre as consequências dessas perturbações, como podemos constatar no que ocorreu entre 1995 a 2002, quando as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES não proliferaram e sua infraestrutura ficou desatualizada. No entanto, entre 2003 e 2010, houve expansão do ensino público superior com mudanças na infraestrutura física, interiorização do ensino superior com novas universidades federais e reposição de uma parte do quadro de pessoal. Entretanto, a valorização salarial não correspondeu às expectativas da academia, o que implicou o descontentamento da comunidade universitária. Essas lutas internas passam despercebidas pela sociedade e, nesse sentido, quando as instituições se manifestam por movimentos organizados despertam sentimento de incompreensão na população.

O ensino na Universidade Pública

Formar recursos humanos é, certamente, a principal expectativa que a sociedade tem em relação à Universidade, pois é nesse eixo de atuação que as famílias conferem o principal significado do investimento público nas instituições. É nas universidades públicas brasileiras onde se forma a maioria dos quadros profissionais que hoje configuram a força do desenvolvimento

nacional. É nessas instituições onde se desenvolvem as principais pesquisas que aportam os resultados para a indústria, para a nossa forte agricultura e economia em geral. Portanto, a força produtiva do País é hoje consolidada graças ao quadro de profissionais existente e cuja maior parte foi formada com os investimentos do povo brasileiro aplicado nas universidades públicas.

A sociedade desconhece, todavia, o que se passa internamente nas universidades federais como, por exemplo, influências decorrentes das mudanças governamentais no País que implicam as perspectivas das instituições. A sociedade não tem conhecimento de que um governo vigente pode provocar mudanças de prioridades nas instituições oferecendo, ou priorizando, financiamento apenas no que lhe interessa e ignorar esforços internos despendidos pela comunidade anteriormente. Quando isso ocorre, a comunidade acadêmica reage e, geralmente, a sociedade não está a par das razões que conduziram àquela reação institucional.

Considerando essas argumentações, acreditamos ser oportuno apresentar uma visão de como a Universidade participou, nas últimas décadas, do processo de consolidação da democracia. Foi quando os docentes das IFES se uniram para garantir a integridade da Universidade Pública brasileira que estava ameaçada por projetos conjunturais dos governos em vigor ao longo desses anos.

Os docentes das IFES desencadearam uma luta nacional a partir de 1980 pela redemocratização do País. O Brasil estava saindo do período de exceção e diversos setores da sociedade reivindicavam por eleições diretas, pela liberdade de expressão e por crescimento econômico. Nas universidades o marco histórico se deve ao que ficou conhecido como Movimento Docente Nacional – MD, que surgiu da articulação entre todas as universidades públicas federais do País e que criaram o sindicato nacional dos docentes. O MD cobrava transparência nas IFES com a eleição direta para reitor, mais verbas para a educação e reforma estatutária.

Com o passar dos anos, as universidades foram sistematicamente reformando seus estatutos e elegendo seus dirigentes. A transparência administrativa se consolidou de fato porque, à medida que os novos reitores assumiam suas gestões, mesmo aqueles que não sintonizavam com o MD, foram contritos a promover mudanças na dinâmica interna das instituições, diante da mobilização nacional. Efetivamente houve transformações importantes

nas IFES, que foram acontecendo pela pressão provocada com as greves nas instituições, ao se reivindicarem melhores condições de trabalho, mudanças administrativas e garantia de manutenção do ensino público e gratuito.

Esses movimentos de greve nunca foram muito bem compreendidos pela sociedade, porque era algo incomum, uma vez que, aparentemente, tudo transcorria bem na administração das instituições. A sociedade sempre via seus filhos se formarem normalmente, mas não conhecia de fato as idiossincrasias da administração pública, nem tampouco percebia que as mudanças pretendidas pelo Governo Federal, teriam consequências posteriores.

Naqueles tempos, o Governo recebia pressão do Fundo Monetário Internacional – FMI que induzia o País a adotar mensalidades para os alunos das universidades públicas federais. Ora, a adoção de mensalidades nas universidades públicas provocaria maior exclusão dos jovens das classes economicamente menos favorecidas, que sempre foram penalizados, pois não tinham condições de competir nos exames vestibulares com aqueles de classes economicamente superiores. A pressão do Governo se fazia pela comparação com as universidades americanas e, até mesmo, com as universidades no Chile, que eram citadas como exemplo na tentativa de fragilizar os argumentos defendidos pelo movimento dos professores.

A sociedade criticava as greves porque afetavam a formação dos seus filhos. Seguramente as greves não prejudicaram a formação dos estudantes. Na maioria dos casos houve apenas deslocamento no calendário acadêmico, mas indubitavelmente não poderia haver um movimento dessa natureza sem que houvesse prejuízos localizados. Por outro lado, embora a sociedade não absorva, os movimentos de greve nas universidades públicas representaram e representam um marco histórico de resistência e de garantia da manutenção, como temos até hoje, do ensino público, gratuito e de qualidade.

A instituição pública universitária não é apenas centro de formação de profissionais, mas é, sobretudo, instrumento imprescindível ao crescimento e fortalecimento do país, sendo responsável pela formação intelectual de seu povo, pela construção da consciência de liberdade, de democracia e da preparação dos seus quadros de dirigentes. É a instituição que está na base de sustentação econômica e da soberania da nação.

A pós-graduação e a pesquisa no Brasil

No mundo atual, o poder é definido pelo fator econômico e a pesquisa é o ingrediente fundamental nessa cadeia de implicações. Quem desenvolve pesquisa e produz inovação assume condição de força e de liderança e, dessa forma, gera o fortalecimento de sua economia e de sua sustentabilidade. No Brasil, a pesquisa é fundamentalmente desenvolvida nas universidades e centros de pesquisa públicos. As poucas universidades privadas que desenvolvem pesquisa são subsidiadas, fortemente nesse sentido, por recursos públicos.

O apoio institucional do Governo à pesquisa é muito recente e tímido, se comparado com outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento. A Academia Brasileira de Ciência, desde sua criação em 1916, fazia gestões junto ao Governo federal no sentido de se criar no País algum instrumento de suporte à pesquisa. Não logrou êxito, entretanto, apesar de o Presidente Getúlio Vargas ter tentado aprovar algo nessa direção, conforme registra o CNPq na sua página oficial (CNPQ, 2012): “Em maio de 1936, o então Presidente Getúlio Vargas enviou a mensagem ao Congresso Nacional sobre a **criação de um conselho de pesquisas experimentais**. Nessa proposta, tinha-se por objetivo a concepção de um sistema de pesquisas que viesse a modernizar e a aumentar a produção do setor agrícola especificamente. A ideia, entretanto, não foi bem recebida pelos parlamentares”.

A ciência brasileira sempre encontrou resistência a sua luta pelo apoio e compreensão sobre a importância da pesquisa para o desenvolvimento do País. No início dos anos de 1900, o sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917) enfrentou a revolta popular contra a aplicação obrigatória da vacina de combate à varíola. Nos dias de hoje, ainda ocorrem casos parecidos, mas de menor repercussão, pois, é claro, os veículos de informação têm um papel importante nesse aspecto. Entretanto, durante a epidemia de cólera que houve no País há poucos anos, a sociedade reagiu contra as orientações dadas pelos pesquisadores. Igualmente ocorre, ainda hoje, no que diz respeito aos cuidados com a dengue. Esses e outros exemplos podem ser enumerados para destacar que a ciência e a sociedade não têm uma relação de confiança consolidada.

O clima favorável à ciência brasileira aconteceu nos anos de 1947, quando as pesquisas do físico Cesar Lattes tiveram repercussão mundial. Com os resultados alcançados por Lattes, os pesquisadores brasileiros encontraram o clima necessário para convencer o Governo a pensar na importância da

pesquisa. Assim, em 1951 foram criados o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, órgãos do Governo federal para dar suporte à pesquisa, tanto na formação de pesquisadores, quanto no apoio a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico.

Apesar dessas iniciativas, a pesquisa e a formação de pesquisadores no Brasil tinham um ritmo muito aquém do que era necessário para criar uma estrutura de pesquisa e formação de pós-graduação consistente. Era necessário aumentar a formação de recursos humanos em todo o território nacional, fortalecer a produção de pesquisa e criar condições de gerar produtos competitivos no mercado internacional.

O Brasil sempre foi grande exportador de matéria prima com baixo custo e importava produtos agregados desses mesmos produtos. Um exemplo curioso é o café, que era exportado em grãos e nós o importávamos solúvel com preço agregado. Esse exemplo intrigante, como outros, despertou a consciência nacional da necessidade de se implantar política de ciência e tecnologia que libertasse o País da dependência tecnológica e saísse da condição de terceiro mundo para uma posição mais privilegiada. O País carecia de condições para reduzir as importações com a substituição paulatina de produtos nacionais. Isso porque estava implicado com uma dívida externa sufocante. Assim, era prioritário construir as bases de uma política de pesquisa que sedimentasse nacionalmente o conhecimento científico e tecnológico e que formasse mão de obra qualificada para promover as transformações necessárias.

A política de formação de recursos humanos qualificados

Para sair dessa condição, foram criados Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) que viriam organizar e configurar uma política de formação de recursos humanos em todo o território nacional. Foi uma política de longo prazo que levou mais de 30 anos para que o Brasil atingisse a condição em que se encontra atualmente (SANTOS, 2007). O primeiro PNPG foi lançado para 1975-1979, como ponto de partida de uma decisão de caráter nacional em prol da independência científica e tecnológica brasileiras (ANPED, 2012). No início as universidades situadas em São Paulo e Rio de Janeiro estavam mais qualificadas e preparadas para cumprir essa missão, de modo que elas foram responsáveis pela formação da maior parte da estrutura nacional de

pesquisa que se foi instalando pelas universidades federais e estaduais nos outros estados brasileiros.

A formação de recursos humanos começou com o nível de mestrado, enquanto a grande maioria dos pesquisadores obtinha o doutorado fora do País. Atualmente, o Brasil é responsável pela formação de recursos humanos em pós-graduação em todos os níveis de pesquisa. No entanto, é importante manter a interação com outros países nas pesquisas de algumas áreas consideradas prioritárias, para que o País possa aprofundar o conhecimento científico e tecnológico. Por isso existem programas de cooperação bilateral que financiam bolsas no exterior para jovens brasileiros, assim como podem financiar a vinda de estrangeiros para estudar em nossas universidades.

Com a política de pós-graduação implantada há 30 anos, o Brasil já alcançou patamar bastante animador. O quadro-1 apresenta o quantitativo de pesquisadores que estão atuando como docentes nas instituições públicas de ensino e pesquisa no País. Esses dados representam crescimento dez vezes maior do que o tínhamos no início do programa de pós-graduação e é, sem sombra de dúvida, um escorpe importante. Ainda é pouco, todavia, se comparável ao de outros países industrializados. No Brasil temos em torno de 8 doutores para cada 10 mil habitantes, o que corresponde a um terço dos países mais desenvolvidos (REZENDE, 2010). Em 2011 foram formados 12.000 doutores nas instituições brasileiras.

Quadro-1

Distribuição de doutores nas universidades e centros de pesquisa no País.

	Quantidade	Doutores
Universidades	253	77.463
Federais	77	39.737
Estaduais	39	24.236
Municipais	6	542
Privadas	131	12.948
Centros de Ciência e P&D	103	8.099
Federais	62	4.003
Estaduais	31	3.787
Outras	10	309

Fonte: Diretório de Pesquisa do CNPq, 2009. Compiladas somente instituições com mais de 10 doutores.

Como consequência desse investimento em recursos humanos, a produção científica brasileira teve um surpreendente crescimento em relação à produção mundial. O número de artigos publicados em revistas indexadas aumentou de 0,44% para 2,7% em quase três décadas, como realça a figura-1(REZENDE, 2010).

Atualmente o Governo federal vem atuando para enfrentar outro desafio, que é estimular as empresas a desenvolverem produtos inovadores. Inovação é a palavra-chave para a competitividade das empresas no mercado internacional. Nos últimos 20 anos, o Brasil deixou a condição de “país em desenvolvimento” para a posição atual de “país emergente”, compondo o chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ou seja, esse status é resultado do processo positivo que o País vem empreendendo no sentido de inverter os índices negativos que amargou em tempos passados.

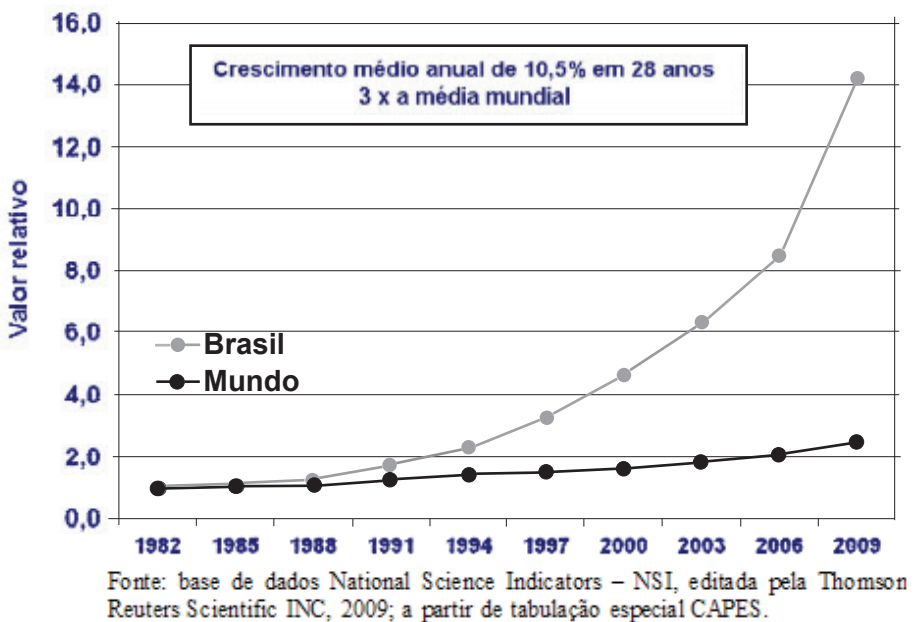
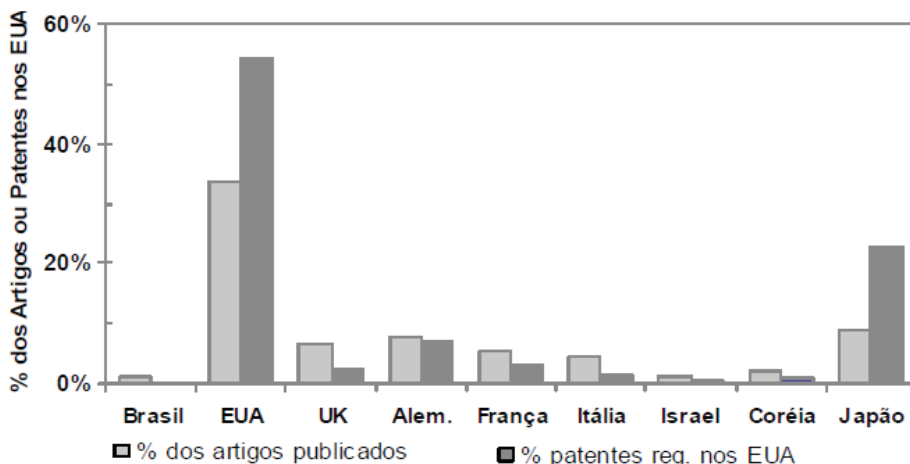


Figura-1: Crescimento relativo da produção científica no Brasil e no mundo, com referência a 1982.

Política de interação ciência/indústria

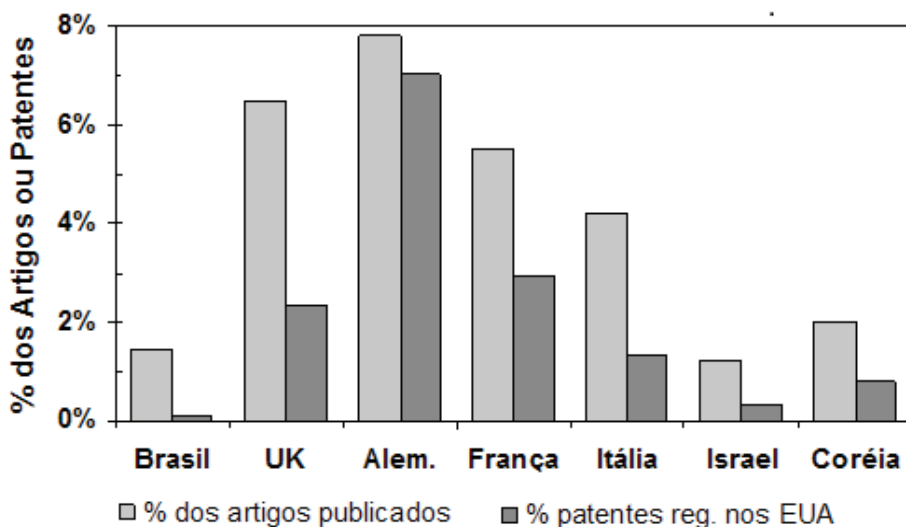
No Brasil, os esforços desenvolvidos na pós-graduação e na pesquisa já apresentam algum resultado para a academia; mas é fundamental agora investir na produção de inovação nas empresas, porque a concorrência internacional é muito mais forte. Uma das razões é a deficiência na indústria de pessoal com nível de mestrado e doutorado e de laboratórios, ou de condições para a elaboração de patentes e produtos inovadores. Em 2008, o número de pesquisadores nas empresas nos EUA era de 1.135.500, na Coréia do Sul, 166.289 e no Brasil, 44.901.

No item produção de patentes, a posição do Brasil é, também, preocupante conforme se observa nos gráficos a seguir. A figura-2 é um gráfico da produção científica (artigos publicados) e de patentes registradas nos Estados Unidos da América (EUA), e de alguns países que desenvolvem tecnologia. A figura-3 é a comparação quando não estão presentes os EUA e o Japão, o que nos mostra o poderio mundial desses dois países na produção de inovação em ciência e tecnologia (BRITO CRUZ, 2012).



Fonte: pol_c&T&i.ppt; © CH Brito Cruz e Unicamp, 11/07/2012

Figura-2: Produção de C&T em artigos e patentes registrados no EUA.



Fonte: Pol_c&T&i.ppt; © CH Brito Cruz e Unicamp, 11/07/2012

Figura-3: Produção de C&T em artigos e patentes registrados no EUA.

Por outro lado, não é apenas a carência de pessoal qualificado nas indústrias que demarca nossa deficiência nessa questão, pois a burocracia brasileira associada aos processos de patentes e o custo de manutenção do registro delas no Brasil e, sobretudo, nos Estados Unidos, apresenta-se como outro problema de grande importância a solucionar. Além disso, as empresas brasileiras não têm tradição de pesquisa e, por isso, não possuem infraestrutura de laboratórios para desenvolver produtos. Em geral, o empresariado nacional se sente mais atraído pela importação de tecnologia.

Atualmente, os órgãos de fomento do Governo federal e as agências estaduais de apoio à pesquisa estão investindo de modo a estimular a inserção de doutores e mestres nas empresas, como também estão oferecendo editais que promovam a parceria entre empresa e Universidade. O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) criado pelo Governo federal e articulado em todo o País com a sociedade em geral, governos, entidades, instituições e empresários, para o período de 2007-2010, foi concluído no final do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (REZENDE, 2010). Com essa iniciativa, vários programas foram gerados para dar suporte à política de ciência e tecnologia no País. Entre os programas implementados se destacam:

- o aumento de recursos financeiros federais para a formação de recursos humanos e o financiamento de pesquisas;
- o avanço no marco legal de ciência, tecnologia e informação (C,T&I) a partir da aprovação de leis, federais e estaduais, que ajudam a fortalecer o sistema;
- a abertura de editais e o estímulo dos órgãos de financiamento federais com incentivos fiscais às empresas para a inovação tecnológica, inserção de mestres e doutores e a geração de produtos inovadores;

O programa demonstrava que havia compreensão de que era imprescindível dotar o Brasil de instrumentos consistentes para a competitividade internacional em inovação tecnológica. Produtos tecnológicos agregam mais valor que produtos agrários. Por exemplo, para se importar uma tonelada de *chip* (componente microeletrônico), paga-se US\$350 mil; mas é necessário 21 mil toneladas de minério de ferro (matéria prima), ou 1.700 toneladas de soja (produto já com valor agregado) para comparar a uma tonelada de *chip*. Essa realidade é evidente e em vários outros países já há consciência de que o caminho é o fortalecimento do setor de C,T&I. Portanto, o PACTI traduzia que nosso País estava atento a esse problema e construiu os instrumentos para atingir os índices necessários, bem como reservou os recursos para esse fim.

Com o PACTI, foram criados alguns instrumentos importantes para dar suporte a essa iniciativa, como a Lei de Inovação, que regulamenta a forma de a empresa interagir com a Universidade, inclusive atraindo pesquisadores a colaborem diretamente em seus projetos, ou criarem projetos de interesse comum. A Lei da Inovação possibilita que um pesquisador da Universidade passe um período em uma empresa desenvolvendo um projeto que resultará em produto inovador e, além disso, as empresas também recebem incentivos fiscais. A Lei do Bem, outro instrumento que visa estimular a empresa na produção direta de novos produtos, que cria incentivos especiais de tributação para produtos de exportação com inovação tecnológica.

Também foram criados programas especiais para pequenas empresas, como o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas – PAPPE, que abre oportunidades de se obterem recursos por meio de editais para o desenvolvimento de produtos inovadores. Como este, vários outros instrumentos pretendem facilitar e estimular estratégias competitivas para

colocar produtos inovadores no mercado internacional. Se os instrumentos de política científica e tecnológica existem, cabe, então, às universidades e às empresas se organizarem para buscar a utilização dos recursos.

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação é o responsável governamental pela condução da política de C,T&I no País, de maneira que é por intermédio dessa instância oficial que se desenvolvem as estratégias de desenvolvimento tecnológico brasileiro.

Resultados da pesquisa para a sociedade

Os produtos disponibilizados para uso geral trazem, embutidos, os esforços da ciência e da tecnologia que estão ali arrolados. Eles são desenvolvidos nas empresas, ou em centros de tecnologia, pois são essas entidades que elaboram patentes e produtos, uma vez que o papel das universidades é participar, sobretudo, no estudo dos modelos e dos métodos de análise dos problemas, atuando nos princípios básicos que envolvem o experimento. A compreensão de que a Universidade deve desenvolver tecnologia é equivocada.

O desenvolvimento de tecnologia é uma atividade que requer infraestrutura de laboratórios específicos de ensaios e de testes repetitivos para protótipos de produtos que estão sendo preparados para o mercado. O protótipo é uma cópia idêntica de um produto destinado a testes de laboratórios. O produto só será disponibilizado para uso geral após ter seu protótipo aprovado em todas as etapas de confiabilidade. Por isso, não é função da Universidade equipar-se com laboratórios que possuem essa finalidade. Os laboratórios de universidades e centros de pesquisa são preparados para testes e experimentos em modelos que não são necessariamente produtos.

Os resultados de parcerias entre universidades, centros de pesquisa e empresas, ou ainda de investimentos direcionados de órgãos oficiais com finalidades bastante precisas revertem geralmente em benefícios preciosos para a sociedade. Uma polêmica que ainda perdura, tanto na sociedade quanto na própria comunidade universitária, diz respeito à fronteira entre “pesquisa pura” e “pesquisa aplicada”. Após tantos séculos de experiências na humanidade, em que estudos e pesquisas remotos trouxeram benefícios para as sociedades contemporâneas, esse debate já deveria estar superado. Entretanto, o investimento em pesquisa é função da estabilidade econômica e, por isso, a discussão aflora sempre que os recursos são reduzidos.

A “pesquisa pura” é quando se refere à investigação de um problema como exercício da reflexão humana, em busca de desafios, sem a pretensão de se obter um resultado de interesse em transformá-lo num produto. Por outro lado, a “pesquisa aplicada” é aquela que tem como objetivo encontrar solução para um problema proposto de interesse aplicado, ou seja, que poderá resultar em produto útil para um cliente específico, ou para a sociedade em geral.

Não obstante, a pesquisa pura pode despreziosamente resultar em benefícios diretos ou indiretos para a sociedade e ser aplicada em situações para as quais não estava destinada. Os exemplos na Matemática são numerosos, embora suas teorias não tenham como objetivo resolver problemas de natureza aplicada. Um exemplo interessante de resultado da “matemática pura” que produziu efeitos para o dia a dia das pessoas, foi a solução do Teorema de Fermat. Sem pretensão de assustar o leitor com fórmulas matemáticas nem exigir compreensão para isso, apresentamos a seguinte proposição denominada Teorema de Fermat:

“Não existe nenhum conjunto de números inteiros positivos (“ x ”, “ y ”, “ z ” e “ n ”), com “ n ” maior que 2, que satisfaça a expressão:

$$x^n + y^n = z^n$$

A história que se conta é que o matemático francês Pierre de Fermat (1601-1665), registrou na borda da página de um dos seus manuscritos que havia provado esse teorema de maneira simples. Acontece que os matemáticos perseguiram, sem sucesso, essa solução por mais de 300 anos, tentando repetir o resultado do autor. O teorema se transformou em um desafio para os pesquisadores.

Finalmente, em 1994, o matemático inglês Andrew Wiles (1953) apresentou a solução do problema, depois de um esforço mental desenvolvido por mais de uma década e de criar estruturas matemáticas até então desconhecidas. Andrew tomou como objetivo de vida resolver esse problema, desde quando o conheceu aos 14 anos de idade. Certamente, muitos outros “Andrews” tentaram a façanha, mas ficaram no caminho.

Esse é um exemplo cristalino de uma pesquisa pura que tinha o propósito de desafiar a mente humana a resolver as questões que lhe são apresentadas. Na Matemática isso é muito corriqueiro. Muitos problemas que estruturam essa matéria não são colocados com o propósito de resolver um problema de interesse aplicado. No entanto, como foi constatado ao longo da história,

muitos e muitos resultados da Matemática foram, posteriormente, utilizados como “modelos matemáticos” que resolvem, ou explicam o comportamento de algum fenômeno na vida real.

Andrew formulou muitos resultados novos para a Matemática, explicou outros teoremas que faziam parte dessa ciência. O fato é que, curiosamente, vários dos resultados encontrados por ele são atualmente aplicados em códigos que nós utilizamos nos nossos telefones celulares, nos cartões de crédito, em segurança bancária, etc. O problema de Andrew era uma proposição de âmbito restrito ao estudo das estruturas matemáticas. Não havia intenção de aplicações práticas, mas resultou em benefícios sociais. Para uma leitura salutar sobre a história da resolução do Teorema de Fermat, indicamos uma das referências deste capítulo (SIMON, 1998).

Quando se trata de pesquisa aplicada, no entanto, ela sim, tem rebatimento mais imediato para a sociedade. Em muitos casos, a própria sociedade ignora e reage aos investimentos em pesquisa, justificando a existências de áreas mais carentes como saúde e educação. Entretanto, a política sempre se impõe definindo, por questões de segurança nacional, a aplicação de recursos em programas que requerem altos investimentos.

A “corrida espacial” do homem para chegar à Lua foi um programa extremamente caro que demandou enormes orçamentos. Ela foi inegavelmente um grande feito para a humanidade e se originou pela disputa de poder no cenário mundial entre as potências dos Estados Unidos e da União Soviética, após a Segunda Guerra Mundial, quando se instalou a chamada “Guerra Fria”.

A viagem de Yuri Gagarin em torno da Terra em abril/1961 despertou nos Estados Unidos a necessidade de acelerar as pesquisas e as tecnologias para mostrar que a nação detinha a liderança mundial. Realmente, os americanos tomaram a dianteira por terem formado estrutura de pesquisa surpreendente, inclusive porque reuniu muitos cientistas que foram perseguidos pela Alemanha. Os investimentos para se chegar à Lua foram prioritários e as pesquisas desenvolvidas para alcançar esse objetivo repercutiram enormemente em bem para a sociedade. Hoje se contabiliza mais de 60.000 produtos que foram criados, decorrentes das pesquisas desenvolvidas para se conquistar o satélite terrestre. A telefonia celular, os fornos de micro-ondas, os novos materiais (mais leves, flexíveis e resistentes), o marca-passo, as telecomunicações, etc., são algumas das descobertas que se valeram da corrida espacial (GREATAchievements, 2012).

Ao contrário do exemplo anterior, o desafio da corrida espacial proporcionou o investimento de pesquisas em muitas áreas, não apenas tecnológicas, mas também na Biologia, na Psicologia, etc., ou seja, os investimentos trouxeram efeitos colaterais positivos e que hoje estão bastante socializados.

Esses exemplos realçam a importância de grandes investimentos em pesquisa, independentemente do que ela trará para a sociedade a curto ou longo prazo. O exercício da atividade intelectual é fundamental para o homem; a evolução da sociedade em todas as áreas do conhecimento se deu porque sempre houve cérebros curiosos e ávidos pelo desafio da sua capacidade de inovar, de vencer as barreiras do conhecimento, de ir além das fronteiras do conhecimento. A Universidade e os centros de pesquisa são os espaços legítimos nos quais as pessoas com espírito curioso e investigador encontram liberdade para trabalhar.

Os exemplos apresentados mostram resultados de pesquisas desenvolvidas nos países com maior produção em ciência, tecnologia e inovação. Nesses países, a interação entre empresa e Universidade é bastante forte e resulta na produção de patentes que geram produtos inovadores que são inseridos no mercado internacional. No Brasil, os esforços desenvolvidos na pós-graduação e na pesquisa ainda estão se transformando em produtos inovadores a passos muito lentos. Uma das razões da deficiência é que nossa indústria não possui quadro de pesquisadores. Entretanto, temos resultados importantes em empresas nacionais que desenvolveram estreita relação com universidades e centros de pesquisa.

São José dos Campos, onde se encontra o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), é um polo formador de empresas que procuram o apoio dessa instituição ou se beneficia da formação dos seus excelentes alunos. A EMBRAER, que é uma das maiores empresas mundiais em jatos executivos, nutriu-se fortemente dessa aproximação.

Em Campinas, o Centro de Pesquisa em Telecomunicações - CPqD se instalou próximo à UNICAMP, que é uma universidade pública estatal, uma instituição exemplar no País. A UNICAMP modificou enormemente o perfil da região em que está situada, proporcionando a atração de empresas e indústrias que se instalaram nas proximidades e tiveram interação com a produção científica da Universidade. Nessa interação se envolvem pesquisadores e estudantes de graduação, mestrado e doutorado.

Outro grande exemplo de sucesso nacional da interação entre a Universidade e a indústria é a PETROBRAS. A empresa construiu o CENPES (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRAS) próximo à UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e, dessa proximidade, surgiram parcerias importantes para as duas instituições. A formação de recursos humanos, o desenvolvimento de pesquisas no setor de petróleo e gás e diversas outras ações de interesse comum, são fruto dessa aproximação. A PETROBRAS é liderança mundial em prospecção de petróleo em águas profundas. Das experiências resultaram as pesquisas na camada do pré-sal que está acerca de 8000 m de profundidade, a contar da superfície do mar.

Na UFRJ, também foi construído com recursos da parceria com a PETROBRAS o maior “tanque oceânico” do mundo, que se constitui no laboratório de simulação e testes de tecnologias dirigidas para estudos de prospecção, projetos de plataformas de petróleo e outras pesquisas. A PETROBRAS é a empresa brasileira que mais investe em pesquisas e tecnologia.

Mais um exemplo brasileiro de destaque é a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que é uma instituição pública de pesquisa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A empresa foi criada em 26 de abril de 1973, para desenvolver tecnologias para a agricultura e a pecuária brasileiras. A EMBRAPA possui unidades em quase todos os estados do País e suas ações de pesquisa têm abrangência nacional. A EMBRAPA se fortaleceu, constituindo um quadro de pesquisadores próprios, mas no processo de consolidação interagiu com as universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Os resultados das pesquisas trouxeram dividendos importantes para o País e colocaram a empresa numa posição de prestígio internacional. A soja é um dos produtos que colocou o Brasil entre os maiores produtores mundiais, graças às pesquisas desenvolvidas na empresa.

No Brasil, temos vários outros sucessos de empresas que já participam do mercado internacional com produtos de exportação, mas no setor de produtos de base tecnológica temos ainda um caminho longo a percorrer. É, portanto, imprescindível insistir na política de inserção de mestres e doutores nas empresas e que a interação delas com a Universidade se intensifique, pois essa é a lição que aprendemos de países que estão bem adiante da posição que ocupamos atualmente.

Finalmente, para concluir este item, é importante pontuar que outras áreas de pesquisa, não tecnológicas, contribuíram para o bem-estar social com resultados que estão incorporados ao nosso dia a dia, mas são “invisíveis” ao cotidiano. Em Psicologia, por exemplo, na área de desenvolvimento, pesquisas em conjunto com Serviço Social, Educação, Sociologia e História, possibilitaram a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando se considera a infância e a adolescência uma fase especial do desenvolvimento, e que por essa razão precisa ser protegida, e que crianças e adolescentes são sujeitos de direito, em caso de cometerem infração, observa-se a necessidade de programas de ressocialização ou reeducação.

O conhecimento produzido sobre o envelhecimento humano, tanto no âmbito da Psicologia quanto da Demografia, da Medicina, do Serviço Social, da Sociologia, da Antropologia e de outras áreas permitiu a construção do Estatuto Nacional do Idoso e a criação de diversos programas que possibilitam tranquilidade para a pessoa tanto do ponto de vista físico quanto psicológico. Além disso, serve como alerta à sociedade sobre preconceitos com relação à velhice, à discriminação em relação aos idosos. Em suma, são políticas específicas que garantem o direito do cidadão e uma visão moderna de sociedade. Outros exemplos podem ser dados no que diz respeito às pesquisas em ciências humanas, que demonstram a diversidade cultural, o impacto das diferenças de gêneros, a diversidade sexual existente entre os seres humanos e que terminam por repercutir na criação de leis, programas, políticas sociais que respeitam a diversidade cultural, racial/étnica, de gênero, de sexualidade.

As pesquisas nas áreas das ciências humanas são menos visíveis ainda para a sociedade porque elas não se transformam em “produtos portáteis”. Em geral as repercussões dos trabalhos dos pesquisadores dessas áreas são incorporadas por Políticas de Governo e, para serem reconhecidas como Políticas de Estado, penam por muitos mandatos parlamentares. Essa é uma realidade que vivenciamos nos nossos dias.

A Extensão Universitária

A Extensão na Universidade é uma atividade que se diferencia do ensino e da pesquisa, mas que se situa como resultado dessas duas outras atividades. De fato a extensão é uma ação que a Universidade desenvolve para a sociedade a partir do conhecimento produzido. No entanto, essa ação vinda da Universidade não pode

se caracterizar como prestação de serviço pura e simples, pois atividade desse tipo deve ser executada por empresas de consultoria ou de serviços rotineiros. A ação universitária deve ser caracterizada como uma contribuição diferenciada, inovadora, para a qual a sociedade recorre por não existir, em princípio, solução conhecida ou formulada para aquela demanda. Por isso a Universidade pode ser convidada a prestar atenção ao problema que não é de natureza corrente.

A Extensão é efetivamente a forma mais direta de a Universidade atender às demandas sociais. A sistemática empregada é formalizada por meio de Programas de Extensão que possuem maior complexidade na abordagem, ou por Projetos de Extensão com objetivos mais imediatos. Entretanto, em ambos os casos, estabelece-se uma troca de experiências e de conhecimento. O público demandante exige o conhecimento universitário, mas também existe conhecimento inerente a ele, que a instituição também irá se nutrir no experimento, de modo que os atores de uma parte e de outra serão agraciados com os resultados da ação extensionista.

As ações realizadas pela Extensão universitária são orientadas para públicos específicos. Os métodos utilizados na solução dos problemas são aplicados visando ao problema em questão. Por isso a atividade de Extensão tem um relacionamento mais aderente, mas de menor visibilidade.

Por suas características, a atividade de Extensão universitária enfrenta resistências na própria academia, particularmente entre docentes que se dedicam estritamente à pesquisa, por entenderem o extensionismo como atividade prática, desprovida de profundidade conceitual ou reflexiva. Para contrapor a essa situação, o Ministério da Educação iniciou política de valorização da Extensão universitária, introduzindo mecanismos de avaliação, abrindo oportunidades para o financiamento de projetos e programas. Esses instrumentos vêm valorizando a atividade, que é de importância especial para o relacionamento da Universidade com a sociedade, uma vez que o impacto da ação extensionista tem efeito mais imediato.

A ação ministerial foi iniciada com a formação do fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Federais, que realizou encontros e discussões sobre a importância da Extensão universitária, formulou diretrizes e ampliou o caráter da Extensão na comunidade universitária. A análise histórica da Extensão universitária remonta a quatro etapas de compreensão e aplicação dessa atividade nas instituições universitárias (ROCHA,2001):

- o modelo baseado no conhecimento transmitido verticalmente;
- o modelo assistencialista: voluntarismo e ação voluntária sócio-comunitária;
- o modelo institucional da ação sócio comunitária;
- o modelo acadêmico institucional.

O conceito atualmente em vigor nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES é apoiado pela definição de um fórum de pró-reitores de Extensão. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987) discutiu a extensão universitária estabelecendo compreensão mais institucional e atual, em conformidade com a visão da Universidade hoje. Com isso estabeleceu a Extensão universitária baseada nas seguintes condições explicitadas (NOGUEIRA, 2001):

- compromisso social da Universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população;
- indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa, como ação institucional;
- caráter interdisciplinar da ação extensionista;
- necessidade de institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do Ministério da Educação;
- reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; e
- necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental.

Nessa compreensão o conceito estabelecido na concepção de Paulo Freire assume maior amplitude, uma vez que inclui a Extensão universitária com outras formas de atuação sem a ênfase da conotação de militância política com a qual se identificava. As ações desenvolvidas pelo mestre Paulo Freire foram mais inclinadas às lutas pela libertação dos povos e, com isso, o conceito de Extensão universitária estava sempre associado a essa área de reflexão (ROCHA, 2001), (NOGUEIRA, 2001), (SERRANO, 2012).

Nas novas diretrizes, essa condição subsiste, mas a compreensão da Extensão como uma ação consequente com a produção de conhecimento apresenta uma visão, ou modo de atuar, que contempla outras áreas de

aplicação. Com esse status, a Extensão universitária assumiu nas IFES um espaço de importância que não era anteriormente reconhecido. O Ministério da Educação (MEC) criou o SIEX (Sistema Informação e Gestão de Projetos) para estimular a realização de projetos de Extensão nas universidades e fortalecer a atividade com abertura de editais para projetos e concessão de bolsas de estudo para estudantes. A distribuição de vagas para concursos públicos para docentes e técnicos administrativos nas IFES leva em consideração o índice de atividades de Extensão praticado nas instituições.

Não apenas o MEC, por intermédio da CAPES, mas também o Ministério de Ciência e Tecnologia, com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), que são instituições de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico do País, passaram a promover editais direcionados a projetos de Extensão, nos quais se estimulam pesquisadores a prestigiarem ações que possam repercutir em benefícios mais imediatos para a sociedade.

Com essas determinações promovidas pelo Ministério da Educação, articulado com o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão da IFES, ficou configurada uma política de governo orientada para a atividade de Extensão universitária. Ela permitiu o surgimento de outros programas e fortaleceu esse eixo de ação universitária, pois a atividade não dispunha de instrumentos mais fortes no âmbito das universidades para financiar seus projetos. A disponibilidade de recursos financeiros atraiu a atenção de pesquisadores das universidades que possuem projetos de pesquisa interagindo com comunidades e organizações sociais. Esses projetos encontraram sintonia no processo de interiorização da Universidade, com a expansão dos campi e a criação de novas universidades que foram implantadas com a política de fortalecimento do ensino superior no governo do Presidente Lula (2003-2010). As IFES ampliaram suas ações e possibilitaram o acesso ao ensino superior de jovens de camadas sociais menos favorecidas que até então não tinham a facilidade que hoje encontram.

Conclusão

A relação entre a Universidade e a sociedade é um assunto que deve ser conduzido com maior importância por parte da instituição. Pelo fato de a Universidade priorizar as duas outras atividades, o ensino e a pesquisa, despreocupa-se em tratar desse assunto com maior atenção.

Desde 2004 o Ministério de Ciência e Tecnologia criou um Departamento de Popularização e Difusão de Ciência e Tecnologia com a finalidade de proporcionar meios de se aproximar da sociedade. Dentre os vários programas promovidos, está a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que é uma oportunidade de as universidades e centros de pesquisa do Brasil realizarem exposições e encontros sobre as pesquisas e projetos desenvolvidos no País. O evento vai às praças e lugares externos, também nas escolas e nas universidades e convidam a população a comparecer e conhecer de perto o trabalho desenvolvido nas instituições. As Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC são também ocasiões em que a ciência e as discussões de temas de amplitude nacional são discutidas com a sociedade. A produção de programas para a televisão e rádios é outra estratégia que vem preenchendo os espaços da mídia, sobretudo com a expansão das emissoras públicas, que são mais receptivas à informação científica.

Finalmente, pode-se afirmar que, apesar das dificuldades encontradas para que a sociedade entenda melhor o papel fundamental da ciência para o País, podemos acreditar que avanços na relação entre as duas partes estão sendo conquistados e isso se contabiliza como amadurecimento de ambas em reconhecer que é imprescindível evoluir nesse sentido.

BIBLIOGRAFIA

- CNPQ- página oficial: <<<http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>>>. Consultado em 09/07/2012.
- ROCHA, R. M. G.. “A Construção do Conceito de Extensão universitária na America Latina”. In. FARIA, Doris Santos de (org). Construção Conceitual da Extensão na America Latina. Brasília. Editora UNB. 2001.
- NOGUEIRA, Ma. D. P. “Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In. Faria, D. S. (org). “Construção Conceitual da Extensão na America Latina”. Brasília - Editora UNB. 2001.
- SERRANO, R. Ma. S. M. - “Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.”. Disponível em : http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Consultado na Internet em junho de 2012.

SANTOS, M. F.S, A produção na universidade: compromissos éticos e políticos da pesquisa e pós-graduação em psicologia. In. Ribeiro, M.A.T. ; Bernardes, J.S.; Lang, C.E. (Org). A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p.35-53.

ANPED : <http://www.anped.org.br/forpred_doc/PNPG_2005_2010.pdf>. Consultado em 29/06/2012.

REZENDE, S. M, “Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e GREATACHIEVEMENTS Inovação: Principais resultados e Avanços”, MCT, Dezembro de 2010.

BRITO CRUZ, “Pol_c&T&i.ppt” - © CH Brito Cruz e Unicamp 08/07/2012. Fapesp <http://www.ifi.unicamp.br/~brito>.

SIMON, Sinh, “O último Teorema de Fermat” – Ed. RECORD, 1998.

GREATACHIEVEMENTS: site oficial consultado em 2012. Disponível em <<http://www.greatachievements.org/>>

P.S.: Agradecimentos aos professores da UFPE, Fátima Santos, Tanúzia Vieira e Antônio Belfort, pela leitura e revisão.

CAPÍTULO 2

UNIVERSIDADE NO SEU TEMPO E PARA ALÉM DO SEU TEMPO

Sérgio C. Buarque

Introdução

A Universidade é uma instituição que, ao longo dos tempos e em diferentes momentos da história da humanidade, esteve no centro dos principais avanços do conhecimento científico e tecnológico, organizando o conhecimento humano e criando espaços para a reflexão e a produção de ideias e interpretação do mundo. A história da Universidade está intimamente ligada aos processos civilizatórios que levaram à revolução industrial e desta à sociedade do conhecimento, depositária da conservação e reprodução do conhecimento acumulado e, ao mesmo tempo, desbravadora das novas fronteiras do conhecimento universal.

A Universidade acompanha e, ao mesmo tempo, contribui para as grandes transformações do mundo contemporâneo, que redefinem o papel e a contribuição da instituição para o desenvolvimento econômico e social. Ao longo dos tempos, mudaram também os promotores e controladores das Universidades - Igreja, mecenas e, mais recentemente, o Estado - reservando diferentes posições no sistema socioeconômico e político-institucional. Na idade moderna, o Estado passou a ser o principal promotor da educação e a Universidade tornou-se uma instituição pública³ e laica voltada para a produção de conhecimento, a formação e qualificação da população, a inovação e a difusão de tecnologia.

Como uma das múltiplas instituições e estruturas organizacionais da sociedade, a Universidade é também o resultado de uma construção social que

3. A análise a seguir será concentrada na reflexão sobre a Universidade Pública, entendendo que a Universidade particular (excetuando as grandes unidades financiadas com recursos públicos) atua quase exclusivamente como uma instituição orientada para o mercado educacional e de formação de mão de obra.

decorre das interações e conflitos de interesses no jogo político. Produto da sociedade, a instituição universitária é um agente social fundamental para o futuro, delimitada pelas circunstâncias socioeconômicas e políticas; como tal, abre caminhos para novas transformações, como componente de um sistema complexo mais amplo da sociedade e do Estado. Este ensaio procura analisar esta relação da Universidade com o seu macro ambiente e a importância de definição de um projeto institucional para realização da sua missão histórica na produção de conhecimento.

1. A UNIVERSIDADE NO MACROAMBIENTE

A Universidade pública é um corpo social vivo dentro do complexo sistema socioeconômico e político-institucional, com o qual estabelece interações dinâmicas que definem a sua configuração institucional. Assim, a Universidade é, ao mesmo tempo, uma expressão da realidade atual e uma instância geradora de mudança e inovação na sociedade e no sistema complexo que a envolve e condiciona; é um componente desta realidade historicamente determinada, mas também um vetor para além do seu tempo, sinalizando e preparando o futuro. Em outras palavras, como indica Leopoldo e Silva, a Universidade é um produto do seu tempo e, no entanto, deve “estar sempre um pouco fora de seu tempo histórico” (...) “projetando-se para fora de seu tempo, no limite contradizendo-o, exatamente para desempenhar o seu mais importante papel, que certamente não é o de reiterar os interesses hegemônicos de seu tempo ...” (Leopoldo e Silva, 2006, pags. 9 e 10).

Esta mesma posição da Universidade no tempo é ressaltada por Gilpin Faust quando afirma que “l’essence de l’université est qu’elle est responsable envers le passé et l’avenir d’une manière que peut (doit) entrer en conflit avec les demandes du moment” (Gilpin Faust, 2009, pag. 34). No entanto, na sua missão de projetar-se para fora do seu tempo – exercendo uma visão crítica do presente - a Universidade não pode ignorar as circunstâncias do macro ambiente socioeconômico e político-institucional, fatores externos à Universidade que condicionam sua existência e suas atividades educacionais e científicas e que escapam da sua governabilidade.

Desta forma, para compreender os espaços de atuação da Universidade dentro desta ambivalência é importante analisar o macro ambiente em que

se insere a instituição universitária, identificando os atores e componentes da realidade complexa sobre a qual não tem controle e que, no entanto, exerce um papel decisivo no seu desempenho.

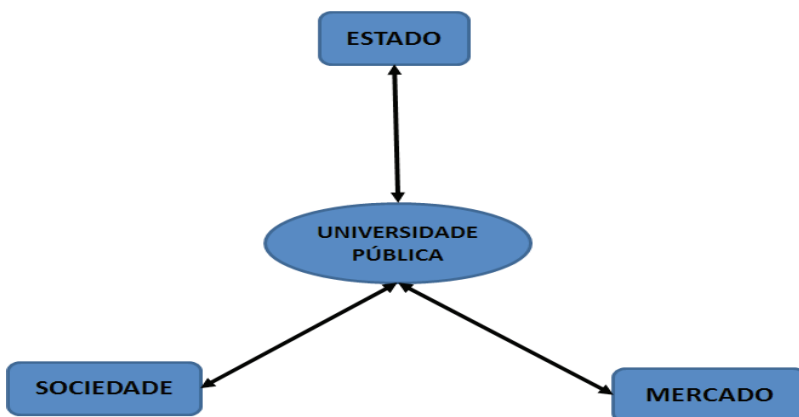
1.1 O macro ambiente

A Universidade é um subsistema do sistema complexo que constitui o seu macro ambiente; este sistema complexo, por seu turno, pode ser expresso por três grandes segmentos - o Estado, a sociedade e o mercado – com os quais a instituição estabelece relações de conflito, cooperação e complementaridade de acordo com suas características e capacidades diferenciadas. No fundamental, a Universidade é o produto desta interação dos subsistemas que compõem o macro ambiente, do que resulta a definição da sua função social, delimitando os espaços de sua atuação e sua contribuição para o desenvolvimento. A Universidade não pode ignorar esta influência do ambiente externo na definição da sua estratégia de atuação, procurando analisar e compreender os componentes do macro ambiente e suas influências sobre a instituição. Em todo caso, para se projetar para fora do seu tempo a Universidade busca escapar e suplantar, dentro do possível, estes espaços delimitados pelo ambiente externo.

Como mostra, de forma simplificada, o fluxograma 1, a Universidade interage com os três componentes numa troca dinâmica de influências, pressões e demandas diante das quais a instituição atua com sua missão de produção e difusão de conhecimento e informação. Evidente que estes três vértices do macro ambiente também estabelecem entre eles relações dialéticas de mútua influência num processo dinâmico de mudança e continuidade. Cada um destes segmentos do macro ambiente projeta na Universidade estímulos e influências diferentes e apresenta demandas de bens e serviços que podem ser respondidas pela instituição com suas áreas de atuação: conhecimento, informação, formação técnico-profissional, e inovação tecnológica.

A posição da Universidade no macro ambiente e em cada momento da história depende dos estímulos e influências externos mas também da sua capacidade de produção de conhecimento, geração de ideias e reflexão crítica, desenvolvimento de tecnologias e qualificação de recursos humanos. Em outras palavras, depende da relação da instituição com os fatores exógenos (do macro ambiente) que pode ser mediada e organizada através de uma estratégia de desenvolvimento institucional. Qual a Universidade que pretende ser no futuro e como mediar as relações com o macro ambiente?

Fluxograma 1 – Universidade no macro ambiente



O Estado define a **política educacional**⁴ e a **política de Ciência e Tecnologia** que sinalizam para a Universidade com recursos humanos e financeiros - volume e priorização de sua distribuição em segmentos e áreas de conhecimento – potencializando e condicionando a capacidade de atuação da instituição universitária. O Estado define também as diretrizes de atuação como instituição de ensino e pesquisa, os recursos educacionais e as linhas de financiamento das pesquisas que orientam a direção da produção de conhecimento no país. Além desta influência direta sobre a Universidade, o Estado gera demandas e necessidades adicionais de conhecimento, tecnologia e qualificação através da estratégia de desenvolvimento nacional (explícita ou implícita) implementadas pelas políticas públicas nos diferentes segmentos; estas políticas criam demandas e necessidades econômicas e sociais para as universidades. As políticas públicas também interferem sobre o mercado e, naturalmente, sobre a natureza e a amplitude das suas demandas de conhecimento e tecnologia, e nas relações sociais que também geram necessidades adicionais de serviços da instituição universitária.

Da sociedade, a Universidade recebe demandas de **qualificação profissional** – jovens que procuram a Universidade para sua educação e preparação para o mercado de trabalho – e de **informação, conhecimento**

4. Contendo a legislação do sistema de ensino: níveis, serialidades, critérios de ascensão, qualificações profissionais e diplomas etc.

crítico e tecnologia social que contribuam para a **melhoria da qualidade de vida** da população. Na verdade, são as políticas públicas e os projetos e investimentos sociais que promovem, efetivamente, a melhoria da qualidade de vida; mas cabe à Universidade criar as condições científico-tecnológicas que favorecem sua eficácia e ampliam os seus resultados na sociedade.

O mercado – expresso pelo conjunto das empresas e atividades produtivas – demanda da Universidade **conhecimento e tecnologia** que possam responder às suas necessidades de inovação; além disso, o mercado demanda **mão de obra qualificada** para ocupar os postos de trabalho que contribuam para melhorar sua produtividade e competitividade. A Universidade exerce, assim, um papel decisivo de articulação da demanda da sociedade por ensino superior, que os prepara para o mercado de trabalho e a empregabilidade, e a demanda de mão de obra qualificada por parte das empresas. Na economia de mercado, o conhecimento gerado pelas Universidades e instituições de pesquisa torna-se também uma mercadoria a ser vendida às empresas, seja pelo apoio tecnológico direto, seja através do registro de patentes. Embora existam críticas a esta mercantilização do conhecimento, para as Universidades o importante é considerar a existência desta demanda, que pode financiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, para definição de mecanismos institucionais de mediação e organização da sua relação com o mercado.

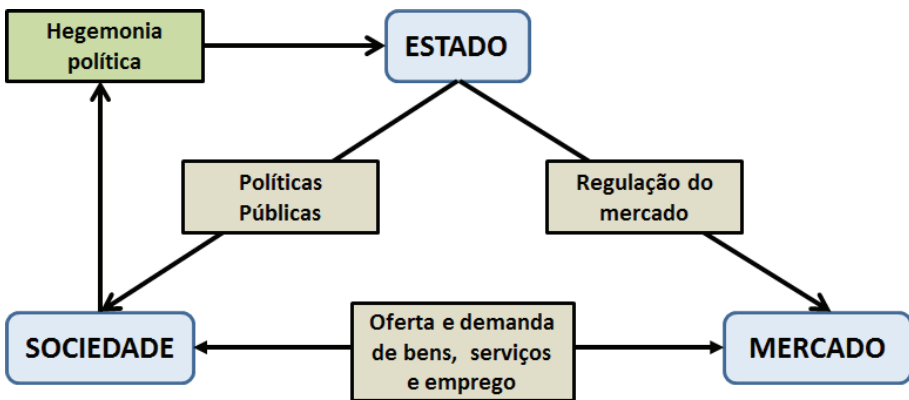
Para compreender o papel da Universidade nesta interação complexa do macro ambiente é necessário analisar as trocas de insumos e determinações que se estabelece entre o Estado, a sociedade e o mercado (o fluxograma 2 procura expressar, de forma simplificada, estas relações). O Estado – com sua estratégia e suas políticas - expressa uma determinada **hegemonia**, em cada momento da história, que decorre dos conflitos e da estrutura de poder na sociedade com seus diferentes atores sociais; em outras palavras, é da sociedade, com seus interesses diferenciados, que emergem as diretrizes e prioridades de investimentos e políticas públicas, incluindo a **política educacional** e de **ciência e tecnologia** com seu efeito direto sobre a Universidade.

As políticas públicas e os investimentos públicos em outras áreas de governo – saúde, infraestrutura econômica, meio ambiente, etc. - promovem mudanças na realidade econômica, social, ambiental e institucional que também demandam conhecimento, informação e tecnologias sociais, serviços que decorrem da produção da Universidade. Desta forma, o projeto hegemônico que se expressa no Estado gera uma influência indireta sobre o

macro ambiente em que se insere e atua a Universidade através das mudanças que promove na sociedade.

No outro lado, o Estado, incorporando um projeto hegemônico, atua sobre o mercado através de diferentes mecanismos de **regulação** que definem o seu funcionamento – evitando monopólio ou controlando oligopólio em diferentes atividades econômicas – e podem, com maior ou menor controle e regras de orientação do sistema de produção e comercialização, mediar os resultados da produção e dos investimentos privados na sociedade e no meio ambiente. Dependendo da orientação e abrangência desta regulação, o setor produtivo se sentirá mais ou menos estimulado a demandar inovações às Universidades, tanto para atender ao aumento da produtividade e da competitividade das empresas quanto para responder a exigências de sustentabilidade ambiental.

Fluxograma 2 – Relações entre as instâncias do sistema complexo

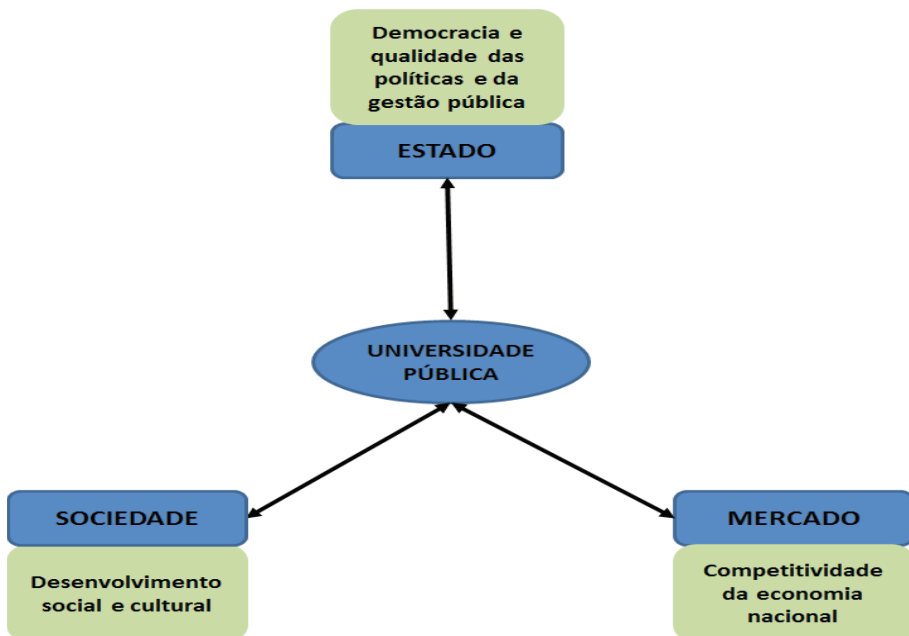


1.2 Interação da Universidade com o macro ambiente

Na sua interação com os três segmentos do sistema complexo – Estado, sociedade e mercado - a Universidade pode contribuir para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida com a geração de conhecimento, tecnologia, qualificação de mão de obra, além de oferecer uma reflexão pública que decorre do pensamento crítico sobre o mundo e a realidade. De forma mais esquemática, esta contribuição pode ser diferenciada de acordo com o segmento do macro ambiente, como mostra o fluxograma 3:

- 1) **consolidação e fortalecimento da democracia** e da **qualidade das políticas e da gestão pública** através da oferta de conhecimento e informação, mão de obra qualificada e tecnologia gerencial para o Estado e as diferentes instituições públicas.
- 2) **desenvolvimento social e cultural** do país através da disponibilização de conhecimento e informação crítica, capacitação profissional de qualidade, e tecnologias sociais para utilização direta pelas organizações sociais, como contribuição direta para a sociedade.
- 3) **competitividade da economia nacional** com o desenvolvimento de tecnologias para inovação das atividades produtivas, assistência técnica às empresas e qualificação de mão de obra para atender às demandas do mercado, cuja estrutura e dinâmica, como foi referido antes, são influenciados pelo sistema de regulação.

Fluxograma 3 – Contribuição da Universidade para o desenvolvimento



A Universidade recebe, processa, internaliza e recria as influências conflitivas do macro ambiente, podendo definir estratégias institucionais que favoreçam sua atuação e desenvolvimento como instituição. A Universidade pública se fortalece com a preparação adequada para responder às demandas que decorrem do macro sistema e, em princípio, desta forma, estará dando sua contribuição para o desenvolvimento com a oferta de conhecimento, tecnologia e qualificação.

Mas a Universidade, como já foi referido, se situa além do seu tempo e, portanto, deve trabalhar e produzir para a recriação da sua época superando os limites das demandas atuais do macro ambiente. Ao mesmo tempo em que responde a estas demandas, a Universidade pública prepara o futuro e antecipa necessidades que ainda não se manifestam e que, pelo contrário, pode abrir novas vertentes de desenvolvimento econômico e social, antecipando o conhecimento científico e os avanços tecnológicos para o desenvolvimento.

A Universidade responde a estas demandas da sociedade, do Estado e do mercado, mas deve também se liberar efetivamente se pretende mesmo se situar à frente do seu tempo, explorar as necessidades do desenvolvimento na produção do conhecimento, na formação de pensadores e intelectuais e na geração de novas tecnologias. Ao mesmo tempo em que é uma síntese das condições do macro sistema – criação do seu tempo, como diz Franklin Leopoldo e Silva – a atividade universitária se distingue e se diferencia através da geração continuada de novos conhecimentos que promovem inovação e reflexão sobre o futuro e as mudanças potenciais de longo prazo. Assim, reconhece os seus espaços de atuação dentro das complexas relações com as instâncias do sistema, mas exerce, principalmente, sua função social de se projetar além do seu tempo.

A Universidade, através das suas atividades – ensino, pesquisa e extensão – pode contribuir também para gerar mudanças no macro sistema em que está inserido através dos avanços no conhecimento e das inovações tecnológicas, na formação de quadros profissionais, no apoio técnico às instituições do governo e da sociedade, e na oferta de serviços ao mercado.

Na relação com cada um dos três segmentos do macro ambiente se manifestam as limitações da Universidade mas também o espaço de sua contribuição para o desenvolvimento humano. Assim, mesmo considerando que a Universidade não tem capacidade (nem a função) para definir o projeto

estratégico do país, que se expressa na hegemonia (produto da disputa política na arena de poder com os interesses e os poderes diferenciados na sociedade), sua produção influencia na configuração ou reconfiguração da estrutura de poder do país. Neste sentido, a Universidade **pode transmitir à sociedade conhecimento crítico** sobre a realidade de modo a contribuir para o debate e a disputa política de forma democrática e ampla e com explicitação dos resultados de diferentes alternativas políticas.

A Universidade não tem capacidade (poder) para se opor – como instituição – à estratégia do governo dominante - não tem capacidade nem estrutura para implementar políticas sociais, que cabem ao Estado nas suas diferentes escalas territoriais e nos seus diversos segmentos. Mas a Universidade pode **subsidiar e influenciar na definição das políticas e estratégias de governo** com contribuição aos **propósitos e compromissos com o desenvolvimento** – conhecimento crítico, tecnologias, formação e qualificação da população.

Da mesma forma, a Universidade não tem poder nem capacidade para substituir o Estado na sua função social de promoção das oportunidades sociais, melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais. As políticas públicas e, principalmente, a política educacional é que têm o poder de redução das desigualdades pela oferta de ensino básico e fundamental de qualidade para todas as crianças e jovens em idade escolar. A Universidade não pode reduzir a desigualdade social mas pode contribuir para aumentar a quantidade e a qualidade dos jovens preparados para um mercado de trabalho cada vez mais exigente, favorecendo a geração de renda que democratize as oportunidades sociais.

Finalmente, a Universidade não tem capacidade (nem motivo) para se contrapor ou ignorar – como instituição - o mercado; cabe ao Estado regular e orientar o mercado de acordo com o projeto hegemônico de modo a evitar os desequilíbrios, os ganhos e controles monopolísticos e as condições de qualidade dos seus produtos e efluentes. Mas a Universidade pode **incorporar as demandas** de inovação do mercado para **contribuir para a competitividade** do país, além de antecipar a inovação de processos e produtos que decorrem de necessidades futuras. A Universidade não pode ser refém do mercado e se limitar a atender às suas demandas, até porque a produção de conhecimento ultrapassa as necessidades imediatas do mercado e prepara inovações que constroem o futuro e podem alterar as próprias condições de competitividade

da economia nacional. E para organizar a sua relação com o mercado, a Universidade teria que definir um conjunto de regras e diretrizes para contratos e prestação de serviços às empresas, evitando a submissão e a fragmentação da instituição diante das decisões e iniciativas empresariais.

2. A INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE

A Universidade é uma instituição dentro de um sistema complexo (um subsistema em interação com o todo), mas é também um sistema formado por vários subsistemas em intensa e dialética interação: a **comunidade acadêmica** – categoria abstrata para expressar o conjunto de professores e pesquisadores no seu trabalho dentro da Universidade – os **funcionários e técnicos** – que garantem o funcionamento da instituição – e o **corpo discente** – caracterizado pela flutuação dos ingressos e egressos que renovam o conjunto a cada ano. As relações entre essas categorias com interesses e papéis diferenciados no sistema Universidade configura o seu funcionamento e os serviços e produtos gerados pela instituição.

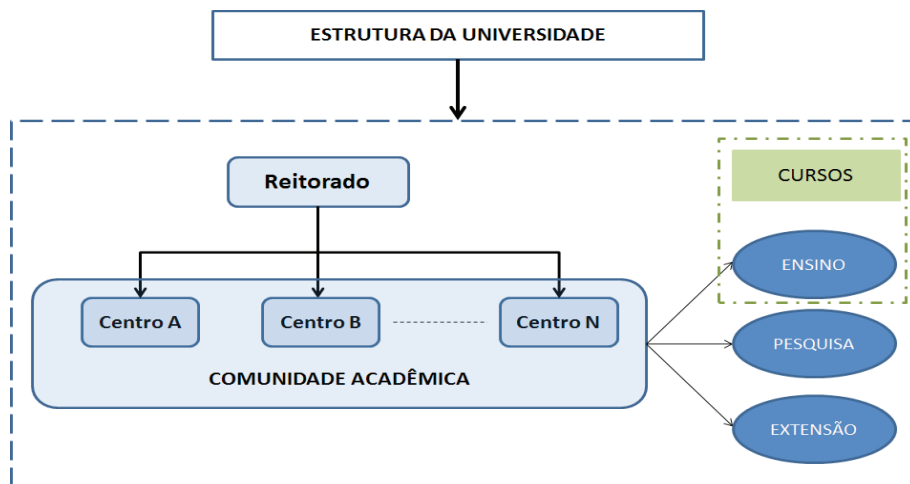
As três categorias têm responsabilidades distintas no processo de trabalho da Universidade e na sua contribuição para o desenvolvimento; a comunidade acadêmica é o agrupamento social central da Universidade, responsável direto pela pesquisa – produção do conhecimento e inovação tecnológica - e pelo ensino, sendo este último orientado para a formação do corpo discente. Os funcionários e técnicos formam a categoria de suporte ao funcionamento da Universidade e, portanto, ao desempenho das atividades do corpo docente na pesquisa e no ensino.

Mas a Universidade é, antes de tudo, a comunidade acadêmica, coletivo de membros ativos na realização da missão da instituição que confere conteúdo, pensamento e dinâmica à instituição. A comunidade acadêmica é, portanto, a essência mesmo da Universidade que expressa a síntese das suas atividades de ensino e pesquisa, produzindo conhecimento e formando as gerações futuras de profissionais qualificados. Guardadas as diferenças gerenciais e financeiras, a qualidade da Universidade é o resultado direto da qualidade e do comprometimento da comunidade acadêmica na sua função social na sala de aula, nos laboratórios e centros de pesquisa. Nesta atividade, a comunidade acadêmica atua de forma individual ou coletiva em grupos de pesquisa e em departamentos e cursos com suas diferenças de área de conhecimento.

No entanto, como **agrupamento social** a comunidade acadêmica tem **identidade e interesses próprios** na sua relação com a instituição e seus patrocinadores, o Estado, no caso da Universidade pública. E como todo agrupamento social, a identidade de interesses da comunidade acadêmica contém a diversidade de visão de mundo dos seus membros e das diferentes áreas de conhecimento com seus vínculos e compromissos externos diferenciados. Mas, para além dos interesses próprios de um agrupamento social (que inclui o desejo de bons salários e condições confortáveis de trabalho), a comunidade acadêmica é um corpo social com **responsabilidades que decorrem da missão institucional da Universidade** em que atua e trabalha. Embora cada membro isolado desta comunidade tenha suas próprias concepções políticas e ideológicas, exercitando-as como cidadãos, na condição de membro da comunidade acadêmica sua responsabilidade reside numa boa qualidade de ensino, pesquisa e produção de conhecimento e inovação.

As atividades acadêmicas são organizadas numa **estrutura de centros e departamentos** com suas áreas específicas de conhecimento, distribuindo equipamentos, instalações, funcionários, professores e pesquisadores na produção de conhecimento e na formação dos estudantes. A organização da Universidade por grandes áreas de conhecimento – Centros e departamentos – e por natureza dos serviços prestados – ensino, pesquisa e extensão – forma um sistema complexo no qual se move a comunidade acadêmica, o grupo de funcionários e o corpo discente. A estrutura por área de conhecimento tem o mérito de concentração dos saberes para focalização das atividades, mas tende a provocar departamentalização e fragmentação da pesquisa, do ensino e do conhecimento. E a diferenciação por tipo de serviço prestado define formas distintas de relacionamento com a sociedade, com o Estado e com o mercado que, por último, influencia na postura e orientação das atividades da comunidade acadêmica. De forma simplificada, este sistema pode ser visualizado no fluxograma abaixo, destacando a estrutura de Cursos ligados ao ensino:

Fluxograma 4 – Sistema Universidade



A separação e isolamento das áreas de conhecimento (e centros/departamentos) e das funções da Universidade pode provocar uma fragmentação das atividades da instituição empobrecendo o processo de conhecimento e a aprendizagem que decorrem do confronto⁵ e interação entre diferentes abordagens e áreas de conhecimento. Além disso, esta estrutura está descolada dos novos conceitos de desenvolvimento - desenvolvimento sustentável - que ressaltam a interação entre as diferentes áreas de conhecimento (confronto entre as dimensões econômica, social, ambiental, tecnológica).

Esta fragmentação da Universidade se manifesta também no perfil das suas relações com o macro ambiente; o mercado procura influenciar diretamente nas atividades de pesquisa e extensão tecnológica com suas próprias demandas e financiamentos que deslocam os professores e pesquisadores das suas atividades acadêmicas, dispersando também interesses internos na comunidade acadêmica. As fontes de financiamento de pesquisa, atuando por fora da estratégia institucional e voltada para grupos e pesquisadores individuais, tendem também a dividir a instituição e a comunidade acadêmica. Enquanto a comunidade, com seus interesses próprios, pode se mobilizar para

5. A própria estrutura organizacional da Universidade acentua esta tendência de fragmentação; com efeito, na maior parte dos casos, os professores estão alocados aos departamentos, os funcionários aos Centros e os alunos aos cursos; e pela ligação com a pós-graduação, os professores, normalmente, não se sentem vinculados aos cursos.

negociação de melhores salários e condições de trabalho, como as greves, dificilmente os grupos de pesquisa financiados pelas instituições de fomento ou com contratos com o mercado paralisam suas atividades, na medida em que se trata de outros parceiros e financiadores remunerando por serviços adicionais e cobrando resultados (o que não ocorre com o ensino).

Para reforçar as tendências de fragmentação interna da Universidade, as relações da instituição com o macro ambiente (socioeconômico e político-institucional) se dá de forma diferenciada de acordo com a área de conhecimento e com o tipo de serviço prestado à sociedade. O enfoque e mesmo os parceiros externos são diferentes para diversas áreas de conhecimento e, portanto, centros e departamentos diferentes, como também para os serviços distintos, seja pesquisa, ensino ou extensão.

Enquanto a área de humanas tende a refletir e contribuir para as políticas sociais e as necessidades da sociedade, incluindo uma reflexão e visão crítica da realidade (incluindo os impactos sociais das mudanças tecnológicas), as áreas de exatas e, principalmente, das engenharias, atuam no terreno da inovação tecnológica e reforçam a relação com o mercado. A interação entre as duas áreas contribuiria para o desenvolvimento de tecnologias que favoreceriam a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Quando se trata de áreas de conhecimento com forte componente de ciências básicas, como a física, as relações com o ambiente externo são bem menores, recebendo, portanto, moderada influência da sociedade e do mercado; a sua relação e, digamos, dependência, é mais clara em relação ao Estado e suas políticas de ciência e tecnologia.

3. MUDANÇAS NO MACRO AMBIENTE

Para o cumprimento da sua missão e das suas responsabilidades sociais, a Universidade deve definir uma estratégia para se situar positivamente no macro ambiente socioeconômico e institucional, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento. Para isso, é necessário analisar e compreender as múltiplas influências que recebe do contexto externo (macro sistema) seja para responder às suas diferentes demandas, seja para se proteger de eventuais impactos negativos. Ocorre, contudo, que o macro ambiente e seus subsistemas – Estado, sociedade e mercado – estão em permanente mudança e reorganização, redefinindo, portanto, as influências, demandas e impactos na Universidade.

Desta forma, a Universidade deve estar sempre atenta a estes movimentos do macro ambiente para ajustar sua estratégia e reorientar suas prioridades.

O mundo está atravessando grandes turbulências econômicas, sociais e políticas e se defronta com os desafios contemporâneos das grandes inovações e disputas competitivas, das mudanças climáticas, da degradação ambiental e das novas estruturas de poder, com a emergência da China e da Índia. Estes desafios demandam novas atividades da Universidade, principalmente na pesquisa, e cria novos determinantes políticos e econômicos que influenciam o futuro da Universidade. E as transformações políticas e sociais do Brasil das últimas décadas formam uma nova configuração do sistema complexo em que está inserida diretamente a Universidade; estas mudanças podem alterar as sinalizações e as demandas, além de redefinir o seu papel como instituição. As tendências do futuro devem criar novas condições do macro ambiente que promovem demandas e responsabilidades diferenciadas para a Universidade pública brasileira.

3.1 Desenvolvimento sustentável

A atenção se volta no momento para a crise econômica e financeira que, em grande medida, tem razões estruturais, questionando alguns dos fundamentos da economia de bem-estar da Europa e do consumismo desenfreado do modelo norte-americano, convivendo com os níveis persistentes de pobreza e exclusão social no restante do planeta. Mas, para além dos problemas econômico-financeiros, os desafios do futuro que impactam sobre a organização e a natureza das atividades das Universidades, no Brasil e no mundo, decorrem de uma crise de civilização que cobra medidas e políticas estruturais e de longo prazo, embora sempre combinando com iniciativas que administrem a crise de curto prazo e seus impactos sociais e políticos. Esta articulação do imediato com o futuro constitui a grande dificuldade dos políticos e dos empresários, assim como da atividade acadêmica, particularmente na pesquisa e nas inovações. Por outro lado, cabe às áreas de humanas da Universidade um papel decisivo na reflexão crítica sobre esta crise estrutural e sobre os modelos econômicos centrados no consumismo e no imediatismo.

A maioria dos políticos e dos empresários, cada um com seus determinantes, não consegue pensar o longo prazo; enquanto os primeiros

estão sempre contaminados pelas emergências e pelas pressões imediatistas da sociedade, tão mais intensas quanto mais graves sejam a situação da população, os empresários se orientam pelas sinalizações do mercado. Desemprego, pobreza, exclusão social pedem medidas de resultados imediatos; ocorre, contudo, que o equacionamento destes problemas leva, normalmente, a consolidar e ampliar os fatores estruturais da crise civilizatória (o melhor exemplo reside na decisão do governo brasileiro de redução do IPI para automóveis que, na tentativa de moderar o desemprego, reforça o modelo do transporte privado de grande consumo de combustível fóssil). O imediato conspira contra o futuro; cabe à Universidade advertir para este conflito e criar novas condições tecnológicas, organizacionais e políticas para tratar do emergente com um olhar para o longo prazo e com iniciativas que preparem o futuro.

A crise civilizatória se manifesta, entre outros aspectos, no conflito entre um consumismo desenfreado (além de extremamente desigual) e a qualidade e a sustentabilidade ambientais. Somos 7 bilhões de habitantes com um PIB de US\$ 70 trilhões, devendo chegar, em 2050 com uma população mundial de 9 bilhões e um PIB de US\$ 280 trilhões, de acordo com estimativas das Nações Unidas; mesmo assim, tendo hoje ainda dois bilhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, cuja inclusão social ampliará mais ainda a pressão do consumo sobre o meio ambiente, se mantido este padrão de consumo. Este dilema civilizatório cobra da Universidade e dos cientistas uma reflexão, análise e discussão com a exploração de soluções políticas, sociais, econômicas e tecnológicas.

O Brasil faz parte ativa desta voracidade consumista incorporando novos segmentos sociais dentro dos velhos e insustentáveis padrões de consumo. A euforia de um crescimento econômico, mesmo ainda medíocre, e do consumo das massas esconde os possíveis desdobramentos de longo prazo. O imediatismo coloca o Brasil de costas para o futuro, gastando quase 15% do PIB com passivos – juros, Previdência e assistência social – e algo próximo de 4,3% do PIB com a educação (dados da União), precisamente o que prepara o futuro (dados do Ministério da Fazenda para 2010). Como os Estados Unidos (ao contrário da China, da Índia e da Europa), o Brasil poupa muito pouco, o Estado e a sociedade gastam, consomem e desperdiçam, embora a população pobre não tenha o essencial – em renda e em serviços – para usufruir de qualidade de vida; o Brasil reproduz o conflito global de um

consumo conspícuo e desenfreado com pobreza e baixa qualidade de vida de parcela importante da população.

Da perspectiva de uma instituição como a Universidade – que deve se projetar para fora do seu tempo – a grande atenção deve ser concentrada na análise, discussão e busca de alternativas civilizatórias, tanto no terreno das políticas quanto no desenvolvimento de tecnologias, sem descuidar dos problemas e estrangulamentos emergentes. Embora as linhas básicas da pesquisa sejam orientadas pelo sistema de inovação e pelas políticas de ciência e tecnologias dos governos, a Universidade pode influenciar na definição das prioridades; e mesmo que as empresas estejam focadas em soluções de curto prazo, cabe à Universidade contribuir para a criação das condições para novos padrões de produção e de consumo.

A necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que equacione o dilema civilizatório tem levado as instituições internacionais ao conceito de desenvolvimento sustentável que, de alguma forma, questiona as bases civilizatórias centradas no consumismo e na matriz energética de origem fóssil. Esta proposta de desenvolvimento sustentável se manifesta na harmonização entre a eficiência econômica, a equidade social e a conservação ambiental, plena de tensões e conflitos técnicos e políticos (*Buarque, 2002*). E, com efeito, esta não é uma proposta hegemônica, amarrada pelas exigências de curto prazo, cabendo às Universidades um papel central de antecipação das soluções e das mudanças estruturais da civilização.

A proposta de desenvolvimento sustentável requer uma reorientação ativa da Universidade de modo a contribuir para interação e complementaridade equilibrada entre a eficiência econômica, a qualidade de vida e a conservação ambiental. As linhas de pesquisa e ensino da Universidade devem gerar conhecimento e tecnologias que reduzam as tensões entre as dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, a característica multidisciplinar do conceito de desenvolvimento leva a uma exigência de inter-transdisciplinaridade nas atividades acadêmicas com a interação e articulação intensa de economistas, sociólogos, biólogos, físicos, químicos e cientistas políticos. Não se trata, evidentemente, de acabar com as estruturas organizacionais que permitem um aprofundamento das diversas áreas de conhecimento. Mas a Universidade deve constituir uma nova estrutura institucional que crie e amplie os espaços para pesquisa e ensino integrados e integradores das diversas áreas de conhecimento. Os avanços científicos nas diferentes áreas de conhecimento

tendem a fertilizar sobre as outras áreas numa interação e troca intensa de descobertas e inovações (Santoro Trigueiro, 1999).

A Universidade brasileira tem de pensar o futuro do Brasil e contribuir para antecipar as alternativas e preparar as políticas e as tecnologias para abrir novos caminhos de desenvolvimento. Vale lembrar que o Brasil tem uma posição altamente favorável na dotação de recursos naturais e da biodiversidade, ao mesmo tempo em que tem grandes desvantagens em dois outros componentes da sustentabilidade: a baixa qualidade de vida da população, e o nível modesto de competitividade e produtividade. Os indicadores sociais mostram que o Brasil está longe de padrões aceitáveis de desenvolvimento, contando com alto nível de pobreza e desigualdade social, qualidade baixa da educação, e deficiência de acesso a serviços sociais, especialmente saneamento.

3.2 Nível de competitividade

A competitividade de uma economia nacional depende de vários e diversificados fatores, entre os quais o sistema logístico, o marco regulatório e institucional, mas decorre, antes de tudo, da qualidade da educação e do nível tecnológico. Estudos internacionais mostram que o Brasil se situa em posição de desvantagem competitiva na constelação das nações.

A competitividade da economia brasileira está num estágio intermediário do Índice de Competitividade Global⁶, estudo do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês); o Brasil ocupa a 53ª posição (num total de 142 países analisados), em 2011, embora tenha melhorado um pouco em relação ao levantamento de 2009 (58ª posição), ficando bem abaixo da China (26ª), do Chile (31ª) e África do Sul (50ª). O Brasil leva uma vantagem no que se refere ao tamanho do mercado interno, tendo o décimo melhor posicionado, e ainda melhora sua competitividade quando se trata da sofisticação do ambiente de negócios; mas despenca na classificação nos itens que tratam de infraestrutura (é o 104º), desequilíbrios macroeconômicos (fica em 115º lugar), qualidade da educação (115º), rigidez do mercado de trabalho (121º), e limitado incentivo à competição (132º lugar). Os fatores que comprometem a competitividade

6. Índice de Competitividade Global (GCI, em inglês) organiza 12 pilares de competitividade: instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, saúde e educação primária, educação superior e capacitação, eficiência no mercado de bens, eficiência no mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro, prontidão tecnológica, tamanho de mercado, sofisticação de negócios e inovação.

da economia brasileira são infraestrutura deficiente, regulação inconsistente, restrição do mercado de trabalho, educação precária, nível médio de ciência e tecnologia, burocracia governamental, corrupção, e violência (WEF, 2011).

A Universidade, com a pesquisa e com o ensino, pode contribuir de forma decisiva para o equacionamento destes estrangulamentos, da mesma forma em que pode desenvolver novas tecnologias para melhoria dos serviços sociais básicos e para a sustentabilidade do desenvolvimento. Mas a Universidade brasileira também se situa num nível modesto no ranking mundial das melhores instituições de ensino superior e pesquisa, assim como o ensino fundamental; segundo estudo da Times Higher Education que identificou as 200 melhores universidades do mundo (www.timeshighereducation.co.uk), apenas a USP-Universidade de São Paulo conseguiu entrar na lista, mesmo assim na 178ª posição (apenas 22 tem qualidade inferior à USP).

A Universidade tem uma responsabilidade grande na criação das condições de competitividade da economia com a produção de conhecimento e geração de tecnologias e inovação. Assim, da perspectiva política, se os empresários (mercado) e o Estado brasileiro quiserem promover uma melhoria significativa da posição do Brasil no jogo competitivo mundial terão que implementar medidas para ampliar a qualidade da educação superior e da pesquisa no Brasil, vale dizer, fortalecer as Universidades e instituições de pesquisa. Por outro lado, a Universidade pública deve definir também uma relação de cooperação com as empresas (mercado) de modo a fortalecer a sua contribuição para a melhoria da competitividade através do desenvolvimento tecnológico.

3.3 Sistema de inovação no Brasil

A Universidade pública brasileira deve atentar também para as tendências de mudança no sistema de inovação do Brasil, dentro do qual se insere, recebendo influências e respondendo às diretrizes e necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico. No momento, Universidade pública brasileira convive com três movimentos combinados e contraditórios no sistema institucional:

3.3.1 Pesquisa e inovação nas empresas

Acompanhando um movimento mundial, existe uma tendência no Brasil de aumento das atividades de P&D por parte das empresas públicas

e privadas, incluindo elevação da sua participação no total dos gastos e de pessoal envolvido na pesquisa; parte desta pesquisa das empresas tem sido realizada, é verdade, em convênios com as Universidades. Com efeito, de acordo com dados do IBGE (Pintec, 2008), cerca de 30% das empresas industriais brasileiras (indústria de transformação e indústria extrativa mineral) introduziram inovações tecnológicas (processo ou produto), seja com apoio externo, incluindo Universidade, seja com pesquisadores próprios.

As empresas industriais brasileiras consultadas empregavam 30 mil profissionais de nível superior nas unidades internas de pesquisa, o que representava cerca de 7,72% dos pesquisadores ativos no Brasil (dados de 2008 quando estes eram 388.573 mil). Por outro lado, apenas 18% dessas empresas que inovaram contaram com o apoio das Universidades no seu esforço de inovação tecnológica, o que parece evidenciar um certo distanciamento da universidade em relação ao esforço de desenvolvimento tecnológico empresarial.

Quando se trata de gastos com P&D, segundo o MCT, as empresas brasileiras alocaram, em 2010, cerca de R\$ 28,12 bilhões em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, equivalente a 46,18% do total aplicado em pesquisa e desenvolvimento no Brasil; vale ressaltar, contudo, que mais de 80% dos gastos empresariais em P&D foram realizados por empresas estatais (www.mct.gov.br). A participação das empresas, incluindo o setor privado, em pesquisa e desenvolvimento tecnológico tende a se ampliar no futuro, acompanhando um movimento internacional e refletindo a disputa competitiva em escala global.

Quando se compara o desempenho do Brasil em C&T com outros países, constata-se que o país se situa num nível intermediário na maioria dos indicadores, embora, quase sempre abaixo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China): de acordo com dados do MCT-Ministério da Ciência e Tecnologia (2008), o Brasil se situa em 10º lugar em percentual de pesquisadores nas empresas, abaixo da China, da Rússia e, principalmente, da Coreia do Sul, e mesmo até do México; no que se refere ao investimento, o Brasil investe em C&T apenas 1,09% do PIB (média), muito abaixo da Coreia do Sul, com 3,37%, e também da China com 1,54%, e pouco acima da Rússia (1,04%); no número de pesquisadores por mil pessoas ocupadas no país, Brasil é o 13º com 1,4 em mil, muito abaixo da Coreia, com 10 por mil, da Rússia com 6,4 em mil, da Argentina com 2,9 em mil, e da China com 2,1; finalmente, quando

se trata de registro global de patentes, o Brasil, mesmo tempo melhorado sua posição, se situa em 10º lugar, abaixo da China, da Rússia e da Coreia do Sul (www.mct.gov.br).

3.3.2 Ensino à distância

Nos últimos anos, recorrendo aos recursos tecnológicos de informação e comunicação, tem havido uma expansão do ensino à distância⁷ com oferta de cursos de alta qualidade por parte de grandes Universidades de todo mundo. Vários cursos oferecidos são gratuitos e emitem certificado de conclusão para os alunos que realizarem as exigências acadêmicas. As principais Universidades dos Estados Unidos e da Europa já oferecem diversos cursos (em diferentes áreas e níveis) de forma aberta, vários deles sem necessidade de seleção, com diferentes níveis de profundidade, concorrendo com os mecanismos tradicionais e presenciais de ensino.

Universidades de mais de 80 países, tanto públicas quanto privadas, já adotaram a educação à distância em todos os níveis de ensino, em programas formais e não formais, atendendo a milhões de estudantes. Apenas para citar alguns, a UNED (Universidad Nacional de Educación a Distancia), da Espanha, oferece cerca de 25 cursos de graduação e pós-graduação nas mais diferentes áreas do conhecimento; o Reino Unido conta com uma das principais instituições de educação a distância do mundo, a Open University UK que possui cerca de 600 programas de EAD e conta com mais de 700 mil alunos de graduação, pós-graduação e extensão. Nos Estados Unidos quase todas as grandes Universidades têm curso à distância; a American World University oferece para brasileiros 76 cursos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, a Universidade de Harvard conta com mais de cem programas on-line com cursos de educação à distância nas mais variadas áreas do conhecimento, o MIT Massachusetts Institute of Technology tem cursos gratuitos de graduação e pós-graduação e o site [Petersons](#) disponibiliza uma relação com as principais instituições americanas que oferecem programas de EAD para estrangeiros; França, Canadá, e Portugal também oferecem cursos à distância.

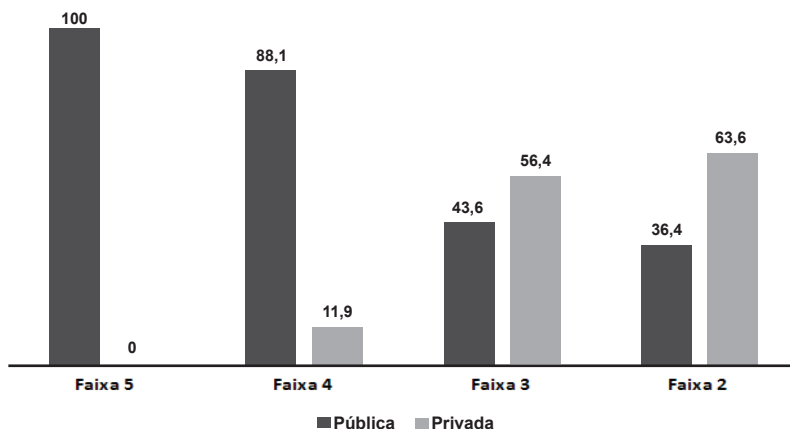
7. De acordo com a legislação brasileira, educação à distância é uma modalidade de ensino que utiliza tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Decreto 5.622, de 19.12.2005, que revoga o Decreto 2.494/98 e que regulamenta o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Base 9.394/96

No Brasil, o MEC tem credenciado um grande número de Universidades com cursos à distância de graduação e pós-graduação, em muitos casos combinando com formação presencial. Em 2004 já existiam 215 cursos de ensino à distância catalogados pelo MEC que eram ministrados por 116 instituições no Brasil, segundo dados da Associação Brasileira de Educação à Distância.

3.3.3 Crescimento das instituições privadas de ensino superior

Nos últimos anos, tem havido um crescimento das instituições privadas de ensino superior no Brasil com ampliação da oferta de vagas e matrículas, em parte com apoio do governo através do programa de pagamento de anuidades (PROUNI); esta tendência representa uma disputa com a Universidade pública no ensino superior brasileiro. A qualidade do ensino dessas instituições privadas é, no geral, bem inferior à das Universidades públicas; como mostra o gráfico 1, das dez Universidades classificadas no nível mais alto (nível 5) nenhuma é privada e das 59 incluídas na faixa 4 (segundo melhor nível) apenas 11,9% são privadas, percentual que sobe para 56,4% quando se trata das instituições do nível 3; e na faixa 2, a participação privada representa quase 64% do total das unidades de ensino superior (escala crescente da qualidade de 1 a 5, segundo estudo da CAPES/MEC). Como vemos, a participação das instituições privadas no total das unidades de ensino superior aumenta na medida em que declina a faixa que expressa qualidade.

Gráfico 1 - Distribuição das Instituições públicas e privadas de Ensino Superior por faixa de qualidade (% do total)



Fonte: CAPES - 2010

De qualquer forma, independente da diferença de qualidade, cerca de 88,3% das instituições de ensino superior no Brasil são privadas (dados de 2010), tendo as Universidades públicas reduzido a sua participação de 13,2%, em 2001, para 11,7%, em 2010 (dados do INEP); em número de matrículas, em 2010, as instituições privadas de ensino superior contavam com 74,2% dos alunos (em 2001, esta participação era de apenas 68,9%). A Universidade pública está perdendo espaço no seu papel de formação de quadros intelectuais e profissionais para a sociedade e o mercado de trabalho, o que termina comprometendo a oferta de técnicos e profissionais de alta qualidade para os desafios e exigências das novas tecnologias.

Como as instituições privadas de ensino superior se orientam pela demanda dos jovens pela sua formação profissional, a disputa pelos alunos carrega um conflito entre a cobrança de taxas competitivas e a valorização pelo mercado de trabalho, que requer pessoal preparado. Para as Universidades públicas e, portanto, gratuitas, a prioridade se volta para a qualidade da formação dos seus alunos e egressos no nível exigido pelo mercado de trabalho; por conta disso, as Universidades públicas tendem a ser mais rigorosas que as instituições privadas no processo seletivo dos candidatos.

Na pesquisa, ao contrário, excetuando as iniciativas empresariais de P&D, a contribuição das instituições privadas é irrelevante na medida mesmo em que representa um custo muito alto e um retorno financeiro incerto e de longo prazo. Desta forma, no sistema de inovação a Universidade pública continua tendo completo domínio; mas na formação de recursos humanos (ensino superior) a expansão tem sido concentrada nas unidades privadas.

4. PROJETO DE UNIVERSIDADE

Diante das mudanças no macro ambiente e considerando a importância da Universidade pública para o desenvolvimento brasileiro, a instituição deve formular estratégias para se adaptar às novas condições e exigências externas; em outras palavras, significa que a Universidade deve reformular sua forma de atuação, suas prioridades, sua postura e atitudes no ambiente externo, e redefinir a sua organização para cumprir melhor seu papel na produção do conhecimento, na inovação e na formação de recursos humanos.

Entretanto, paradoxalmente, a instituição formada para pensar criticamente o mundo e para gerar inovações é também a guardiã do pensamento consolidado, resistindo ao novo e impermeável a mudanças. Como afirma Santoro Trigueiro, a “dificuldade em adaptarem-se às grandes transformações externas, que exigem amplas alterações em sua gestão tradicional, estrutura e regras internas de funcionamento é fato bastante evidente nas Universidades públicas brasileiras. Evidencia-se um grande hiato, um descompasso entre novas e contínuas demandas da sociedade e as respostas necessárias por parte dessas Universidades, decorrente de razões as mais diversas” (Santoro Trigueiro, 1999, pag. 42).

O mesmo autor acrescenta que a “desagregação interna é um dos graves problemas e maiores riscos das Universidades públicas brasileiras, as quais carecem de projetos globais, visões mais abrangentes e discussões mais amplas sobre o seu futuro e o novo papel que lhes cabe na sociedade” (Santoro Trigueiro, 1999, pag. 44). No entanto, quanto mais difícil, mais necessário se torna a construção de uma estratégia ou um projeto de Universidade para se adaptar às novas condições do macro ambiente de modo a ampliar sua contribuição para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população.

A complexidade da Universidade – comunidade acadêmica, estrutura de centros e departamentos por área de conhecimento, e diferenciação dos serviços (ensino, pesquisa e extensão) – é da natureza mesma da instituição e, embora possa promover fragmentação e dispersão, permite também criar uma dinâmica de aprendizagem e transformação em interação com os fatores externos (macro ambiente). A Universidade deve ter um projeto coletivo - estratégia institucional - que considere a sua complexidade e diversidade interna como um diferencial positivo para a criatividade e a inovação; mas este diferencial deve ser organizado e estruturado em torno de um projeto coletivo que defina as diretrizes, prioridades, regras e políticas de relacionamento com o ambiente externo.

A estratégia institucional da Universidade permite situar positivamente a instituição no macro ambiente de modo a cumprir, da melhor forma possível, sua missão na criação das condições de desenvolvimento humano e social e, particularmente, do desenvolvimento sustentável do Brasil. Com base na sua comunidade acadêmica, a Universidade deve definir uma estratégia de fortalecimento institucional, com análise das condições sistêmicas e das circunstâncias históricas e com o olhar para sua contribuição para o desenvolvimento.

Embora a estratégia institucional não seja, evidentemente, o projeto de desenvolvimento nacional, que não compete à Universidade e ultrapassa sua capacidade de formulação e implementação, deve incorporar pressupostos do desenvolvimento sustentável para o qual pretende contribuir: eficiência econômica, equidade social e conservação ambiental. Desta forma, mesmo considerando as influências externas (macro ambiente), sobre as quais não tem controle, a Universidade se prepara para produção do conhecimento, formação de cidadãos e profissionais qualificados e desenvolvimento de tecnologias que melhorem a qualidade de vida e que reduzam a degradação ambiental. Ao mesmo tempo, portanto, em que se adapta às condições contemporâneas do macro ambiente – o Estado e suas políticas, a sociedade e suas demandas e necessidades, e o mercado com suas demandas de inovação - a Universidade busca criar os elementos que permitem promover mudanças na realidade que preparam o desenvolvimento no médio e longo prazos.

Como já foi referido antes, a Universidade não pode substituir Estado na implementação de políticas e investimentos, que refletem o projeto dominante a nível nacional, fatores que condicionam e influenciam

o desempenho da Universidade; mas a instituição universitária não pode ser apenas a “correia de transmissão” de uma determinada hegemonia política no país. Assim, mesmo que não possa ignorar estas políticas em cada momento histórico (projeto hegemônico), a Universidade deve formular sua estratégia procurando definir a melhor forma de cumprir sua missão institucional, voltada para o desenvolvimento sustentável. Esta passa pela dedicação de cada um dos seus membros e do conjunto da instituição à melhoria constante da qualidade do ensino e da pesquisa, incluindo o respeito à pluralidade e à livre produção e divulgação de conhecimento.

Como dizia Hannah Arendt, a Universidade tem como principal função social a imparcialidade e independência frente às pressões sociais e políticas. Ou seja, cabe à Universidade, antes de tudo, fazer bem, com seriedade e qualidade, e com abertura intelectual, o que está definido na sua missão institucional como compromisso público: ensino, pesquisa, extensão para oferecer à sociedade cidadãos qualificados, conhecimento e inovação tecnológica.

Para exercer com qualidade essa missão a Universidade deve ser um espaço de produção de conhecimento e crítica, um território de debate livre de pensamento e ideias. “Les universités par nature, nourrissent une culture de turbulence eh même d’indiscipline” (Gilpin Faust, 2009, pag. 34), declarou Drew Gilpin Faust ressaltando a importância de liberdade acadêmica e tolerância com a heresia. Esta ideia de tolerância com a “heresia” deve ser um dos fundamentos da vida acadêmica e universitária, componente central da criação intelectual, abrindo espaços para inovação, aprendizagem e conhecimento; todo o contrário da ideologização e reação a ideias novas e mesmo à controvérsia que existe no meio acadêmico brasileiro.

O espaço de produção de conhecimento pressupõe uma intensa, aberta e democrática interação e confronto de teorias, conceitos, metodologias e áreas de conhecimento; todo o contrário do individualismo acadêmico e da fragmentação de áreas, a aversão ao debate e disputa de ideias, isolamento de professores e pesquisadores no seu mundo intelectual e com seus próprios modelos. Além do isolamento interno de áreas e grupos de pesquisa, a própria Universidade parece sofrer de um autismo intelectual que a afasta do mundo e da sociedade a que deve servir, com medo e rejeição das pressões e demandas, principalmente uma defesa contra as sinalizações do mercado. Santoro Trigueiro afirma a respeito que as grandes ameaças às Universidades

residem nas “...suas práticas obsoletas, suas dificuldades em adequar-se a um novo contexto de relações econômicas e sociais, em seu conservadorismo e em diversos problemas – como o corporativismo e o individualismo exacerbado – que esvaziam o potencial inovador e criativo das Universidades” (Santoro Trigueiro, 1999, pag. 48)

Esta interpretação crítica da Universidade peca, claro, pela generalização que simplifica a grande diversidade entre as instituições públicas de ensino superior e pesquisa no Brasil; mas parece refletir o comportamento dominante nas Universidades públicas brasileiras. Vale destacar, além disso, que a fragmentação coincide com a consolidação de uma estrutura de poder no interior das Universidades. Na medida em que constitui um obstáculo à formulação de uma estratégia institucional, a constatação desta realidade reforça a necessidade de construção de um projeto coletivo para contornar as dificuldades.

O fundamental é que a Universidade defina o seu ambiente interno como um espaço livre e democrático da produção de conhecimento e que se abra para o mundo nas relações com o Estado, a sociedade e o mercado. Em outras palavras, a Universidade deve combinar uma ampla reestruturação interna com uma radical reformulação da sua relação com ambiente externo. No ambiente interno, seria importante promover os movimentos capazes de **quebrar o isolamento dos pesquisadores e das áreas de conhecimento** estimulando pesquisa inter-multi-disciplinaridade e promovendo debate e discussões em torno dos trabalhos; poderiam ser ampliados os poucos centros multidisciplinares de ensino e pesquisa para a interação científica que já existem em algumas universidades públicas. Deveria ser estimulado o **debate interno** de forma crítica sobre diferenças teóricas, conceituais e metodológicas e de abordagens e inovações contemporâneas, sobre os desafios do futuro e sobre alternativas de desenvolvimento. Trata-se de agitar o campus tornando-o um espaço de intensa reflexão e crítica, incluindo um amplo e aberto debate sobre o próprio papel da Universidade no desenvolvimento.

A Universidade deve discutir e tentar **reformular os sistemas de avaliação** da atividade acadêmica e científica para além das avaliações externas (CAPES, CNPq, etc.)⁸ introduzindo novos critérios com base nos resultados

8. Mesmo entendendo que a Universidade não pode alterar todas as condições externas, que decorrem de outros processos decisórios, deveria ser proposta uma reformulação dos critérios de avaliação das Universidades e da pesquisa na Universidade de parte das fontes financiadoras

e na qualidade da reflexão teórica e das inovações tecnológicas, revendo e complementando os critérios quantitativos; entre os indicadores poderia incluir a interação com as diferentes áreas de conhecimento, a discussão interna na academia e a relação externa com o macro ambiente. A avaliação deve respeitar o conceito de liberdade acadêmica mas não pode aceitar que esta seja confundida com o direito individual de cada professor ou pesquisador de fazer o que quiser, mesmo quando signifique não cumprir calendário ou programa de curso, nem o tempo de dedicação às atividades acadêmicas.

O sistema de avaliação da Universidade deve introduzir mecanismos de **valorização do ensino** que estimule as atividades docentes com prêmios para os melhores professores; as regras atuais de avaliação tendem a desqualificar a atividade docente da Universidade, afastando os melhores professores da sala de aula.

Ao mesmo tempo em que promove esta reorganização e reanimação, a Universidade deve mudar sua relação com o macro ambiente – sociedade, Estado e mercado – rompendo seu isolamento e interagindo de forma construtiva com os parceiros. Numa linguagem simples, poderiam ser realizados dois movimentos combinados: **abrir as portas** da instituição para a sociedade e os parceiros, trazendo para o campus diferentes atores sociais – governantes, empresários, e grupos diferenciados da sociedade – para conhecer sua estrutura, suas atividades e produção científica e tecnológica e sua capacidade de soluções e inovações⁹; e **ir para a rua** na divulgação do trabalho acadêmico e do conhecimento acumulado, levando a ciência, a literatura, a filosofia para a sociedade com apresentações em organizações da sociedade e em espaços governamentais.

Podem ser pensadas várias formas de interação, incluindo um trabalho de jornalismo científico com participação nos órgãos de imprensa, como algumas Universidades já fazem, ou revistas de divulgação, principalmente com os meios da tecnologia da informação e comunicação. As Universidades federais têm as rádios e televisões que podem ser veículos poderosos de comunicação com a sociedade, mas não parecem ter alcançado uma grande penetração social. Esta é uma forma de “contaminar” a comunidade acadêmica

que têm levado ao excessivo individualismo e isolacionismo dos pesquisadores e professores e estimulado o distanciamento dos pesquisadores da sala de aula.

9. Na relação da Universidade com o mercado devem ser estabelecidas regras institucionais para regulação da venda de serviços como royalties.

com o mundo real e os problemas da sociedade e, ao mesmo tempo, levar à sociedade os avanços da pesquisa e da produção científica.

A Universidade ganharia uma grande dinâmica e daria uma contribuição significativa para o futuro do Brasil com a promoção de uma intensa e profunda reflexão e discussão sobre os desafios do futuro com produção de conhecimento crítico e formulação de propostas e alternativas de desenvolvimento, alertando para as tendências e os desafios do futuro.

Tudo converge, portanto, para a formulação de projeto coletivo de Universidade na forma de uma estratégia de desenvolvimento institucional que prepare a instituição para os desafios do futuro e fortaleça sua capacidade de cumprimento adequado e satisfatório da sua missão institucional. Isto requer, antes de tudo, a compreensão do seu universo sociocultural e das circunstâncias em que atua, o macro ambiente com suas múltiplas influências e seus diferentes parceiros. Diante destas condições, a estratégia institucional deve definir as prioridades de ação para o fortalecimento institucional a partir das suas condições internas e suas vantagens institucionais.

Dentro da realidade mas além do seu tempo, a Universidade deve exercer seu papel central no desenvolvimento socioeconômico, cultural e tecnológico nos quatro grande vetores: formação de quadros profissionais de alta qualidade para atender às demandas do Estado, da sociedade e do mercado, preparando as gerações futuras de profissionais e cientistas; produção de conhecimento e inovação tecnológica para ampliar a qualidade de vida da população e favorecer a competitividade da economia brasileira; difusão e transmissão de conhecimento e tecnologia para a sociedade e as empresas, incluindo uma visão crítica da sociedade; e desenvolvimento de tecnologias que favoreçam a sustentabilidade do processo de produção e dos novos produtos.

A estratégia institucional da Universidade pública brasileira deve preparar para seu duplo papel: ***expressar o seu tempo*** - tratando da realidade do presente e dentro das circunstâncias atuais - e ***situar-se para além do seu tempo***, apontando e projetando para o futuro.

BIBLIOGRAFIA

- BONINI, Luci; e de CARVALHO, Fernanda - História das Universidades no Mundo no Brasil -- coleção de slides do curso - Fonte: <http://pt.shvoong.com/humanities/1619974-origem-da-niversidade/#ixzz1we53sqam>
- BUARQUE, Sérgio C. - “Construindo o desenvolvimento local sustentável – metodologia de planejamento” – Editora Garamond – Rio de Janeiro – 2002 (2ª edição em 2004)
- GILPIN FAUST, Drew – “Les discours de Harvard” - In L’Université en crise – mort ou résurrection? – Revue du Mauss nº 33 – premier semestre 2009 – Editora La Découverte
- LEOPOLDO E SILVA, Franklin – “Universidade: a ideia e a história” – in Estud. av. vol. 20 nº 56 – São Paulo – Jan./Apr. 2006 ([http:// dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000100013](http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000100013))
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ COMISSÃO ASSESSORA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA - (PORTARIA MEC nº. 335, de 6 de fevereiro de 2002) – RELATÓRIO - Agosto de 2002
- MUSSELIN, Cristine – “Les reformes des universités en Europe” – in L’Université en crise – mort ou résurrection? – Revue du Mauss nº 33 – premier semestr 2000 – Editora La Découverte
- SANTORO TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto – “Universidades públicas – desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo” – Editora UNB – Brasília – 1999
- WORLD ECONOMIC FORUM - The Global Competitiveness Report 2011– 2012 – Genebra – 2011

CAPÍTULO 3

O DESENVOLVIMENTO RECENTE E A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Tânia Bacelar de Araujo

Introdução

A universidade pública tem história relativamente recente no Brasil. No período colonial a elite estudava na Europa. Com a transferência da corte portuguesa para a colônia algumas escolas superiores foram criadas no Rio de Janeiro e na Bahia. Durante o processo de separação da Metrópole, surgiram vários projetos de criação de universidades, mas não se consolidaram. Embora autorizada desde 1915, somente em 1920, já na República, o governo federal reuniu escolas politécnicas, faculdades de direito e de medicina da então capital brasileira, origem da Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira universidade do país. (Mendonça, 2000).

Uma comparação da situação brasileira com a dos Estados Unidos na época da Independência revela uma diferença inicial relevante: o Brasil, em 1822, com 4,5 milhões de habitantes, não possuía universidades, enquanto os Estados Unidos, em 1776, com 2,5 milhões de habitantes, contavam com nove universidades. Para vários autores, Portugal temia que aqui se estabelecessem instituições que pudessem rivalizar com as portuguesas.

Mas, nas décadas iniciais do século XX, o Brasil mudava rapidamente. A crise do último ciclo econômico de base agrária – o do café - e a marcha para a industrialização estimulavam a urbanização. A emergente classe média urbana buscava se profissionalizar. O contexto passava a ser mais favorável à criação de universidades.

O modelo federativo adotado pela República permitiu que, em 1927, o Governo de Minas Gerais criasse a sua universidade e, em 1934, nascesse a USP, que em parte da literatura sobre a trajetória brasileira neste campo é reconhecida como a primeira tentativa digna deste nome. As demais ainda

funcionavam como um conglomerado de faculdades. Mais que isso, como bem destacou Anísio Teixeira (1989), a concepção prevalecente da escola superior no Brasil foi “a de um organismo composto de cátedras de certas matérias, que constituíam o currículo do curso único oferecido pela escola”. Nesse contexto, a cátedra impedia que a produção pudesse crescer além da capacidade individual do catedrático. Apesar desta limitação, esse modelo portava uma vantagem: dava estabilidade ao docente, ao mesmo tempo em que lhe propiciava “liberdade e independência de que necessita para ser um verdadeiro professor universitário”, ressalta Teixeira.

Um passo importante foi dado, em 1937, quando o ministro da Educação, Gustavo Capanema, cria a Universidade do Brasil e atribui-lhe a finalidade de “controlar e padronizar o ensino superior do Brasil”: o germe do grande debate sobre a autonomia da Universidade foi, neste momento, colocado às claras. E ele persiste até os nossos dias, vez que a relação entre Estado (ente instituidor e financiador) e universidade pública (ente que se pretende autônomo) não é nada simples.

O debate sobre esta difícil relação, a organização deste ente e seu papel no desenvolvimento do Brasil foi se tornando central. Mas assumi-lo não será fácil, mesmo com o país apresentando momentos de grande dinamismo econômico.

De acordo com Nagle (1976), no Brasil dos anos 20 a 45 do século XX, diferentes tarefas eram atribuídas à universidade pelos grupos que, na sociedade civil, lideravam o debate acerca da importância e do papel do ensino superior no país.

“O preparo das classes dirigentes – ponto de honra dos sistemas democráticos –, a formação do professorado secundário e superior – problema importante dado o autodidatismo reinante – e o desenvolvimento de uma obra nacionalizadora da mocidade – núcleo para o qual convergem os problemas da universidade e da sociedade.” (op. cit., p. 134).

Em 1961 ocorre um fato novo relevante: foi criada a Universidade de Brasília. O professor Darcy Ribeiro, então no governo, retoma a idéia de universidade como instituição integrada, orgânica e atuante, onde a cultura científica é essencial, ao mesmo tempo em que a profissionalização é vista

como fundamental. Seu projeto, entretanto, foi interrompido pelo golpe militar de 1964.

No longo período da ditadura, a Reforma Universitária se inscreveu numa fase de perseguição a docentes e estudantes, tidos como de esquerda, em especial após o Ato Institucional nº 5, quando a liberdade de expressão foi tolhida por completo no país.

Já na fase da redemocratização, o ensino superior se amplia de modo significativo no governo de Fernando Henrique Cardoso, um acadêmico reconhecido internacionalmente. Mas o crescimento da oferta de vagas foi puxado pelo setor privado, enquanto as universidades públicas tinham seus orçamentos controlados sob a justificativa da crise fiscal grave do setor público. Nova legislação criou facilidades para a instalação de novos cursos, de faculdades e centros universitários sob a égide do setor privado ao mesmo tempo em que as teses liberalizantes do FMI e do Consenso de Washington estimulavam a tentativa instituir o ensino público pago - o que encontrou forte resistência e não vingou.

Embora a universidade pública conservasse ainda seu papel estratégico na pesquisa e na pós-graduação, o ensino passou, em boa parte, para as mãos de empresários. É assim que o país entra a século XXI com grande número de instituições do ensino superior com corpo docente predominantemente de tempo parcial: a maioria vai à universidade somente para dar aula, o que limita o contato entre professor e aluno à sala de aula. O resultado em termos de qualidade do ensino fica claro em qualquer avaliação: o ensino público lidera os melhores lugares nos rankings de qualidade.

O Censo do Ensino Superior de 2000, elaborado pelo Ministério da Educação, mostra que 67% das matrículas estavam no setor privado. No terço restante as universidades públicas federais respondiam por pouco mais de metade das vagas existentes (55%), dada a importância das universidades públicas estaduais, como as de São Paulo.

Nesse contexto, apesar do crescimento da oferta de vagas, o Brasil termina o século XX com apenas 2.694 mil alunos no terceiro grau. O Censo Demográfico feito pelo IBGE mostra, por seu turno, que naquele mesmo ano, da população de 10 anos e mais, apenas 4,4% tinham pelo menos o curso superior completo. Um número preocupante para um país que chegara a ser a oitava maior economia do mundo, com uma base industrial ampla, moderna e diversificada.

Na década inicial do século XXI essa situação mudou para melhor, tendo o percentual de brasileiros com curso superior alcançado 7,9%, em 2010, segundo o novo Censo Demográfico do IBGE. Já o Censo do Ensino Superior, de 2010, mostra que as matrículas na graduação pularam para 6.359 mil (136% a mais que em 2000), com o setor privado respondendo por 4.736 mil (74%) e as universidades federais respondendo por 15% das vagas. Já na pós-graduação (173,4 mil matriculados), as universidades públicas respondem por 83,5% dos alunos, cabendo maior peso às federais (55%), enquanto a rede privada abriga apenas 16,5% das vagas.

Para além da trajetória até aqui tratada, um debate de fundo se coloca: o que é uma universidade pública e qual seu papel no desenvolvimento socioeconômico de um país como o Brasil.

Marilena Chauí, filósofa e historiadora, professora titular da USP, destacou-se no debate sobre a Universidade e a tendência de privatização em curso no Brasil das últimas décadas do século XX. Ela parte da crítica ao neoliberalismo, a quem atribui a pressão pela privatização, e cunha o conceito de “Universidade Operacional”, para definir o que entende ser a proposta da Reforma do Estado conduzida no Brasil na década de 1990. Ao mesmo tempo em que combate a “Universidade Operacional”, defende que a universidade pública é uma “instituição social” especial:

“Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela”.

Distingue “a **instituição** – que tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, da **organização** – que tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares”.

Partindo desta visão da universidade pública e das dificuldades que no Brasil ela encontra para exercer seus múltiplos papéis, tenta-se relacionar, nos capítulos seguintes, seus desafios com aqueles que a trajetória do desenvolvimento socioeconômico recente lhe vai colocando.

O desenvolvimento brasileiro recente e as universidades

O propósito deste capítulo é o de situar o debate sobre a universidade pública no contexto do desenvolvimento nacional para poder entender melhor a trajetória dessa instituição e os desafios que lhe afetam. Para tal, se identificam algumas heranças importantes do processo histórico de construção do Brasil como nação, para, em seguida, destacar os traços mais marcantes do processo de desenvolvimento brasileiro recente, inclusive a consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e os principais impactos nas universidades públicas em especial nas federais.

1. HERANÇA DO SÉCULO XX, UNIVERSIDADES PÚBLICAS E O SISTEMA DE C&T

O século XX marca uma mudança fundamental no Brasil: o país deixa de ser um mero exportador de bens primários para se tornar uma das mais importantes economias industriais do mundo, ao mesmo tempo em que transita de uma sociedade rural para um país marcadamente urbano. É neste contexto que surgem e se consolidam as instituições universitárias brasileiras.

O Brasil consegue construir uma trajetória que o leva a ter a oitava maior e mais diversificada base industrial do mundo no início dos anos 80 do século passado. Mas a forte importação de máquinas, equipamentos e *know how* é uma das características do processo de industrialização que muitos analistas chamaram de “substitutiva de importações”. Isso explica porque a universidade não foi pressionada a se articular fortemente com as demandas do processo de intenso crescimento econômico do Brasil nessa fase.

Criada exatamente no momento em que a industrialização deslanchava no país, a universidade se concentrou, no entanto, na sua função de ensino e suas pesquisas, na grande maioria dos casos, não se entrelaçam diretamente com as necessidades do novo padrão de desenvolvimento do país. Assim continuou sendo quando nos anos 1950 e 1960 se implanta a chamada indústria pesada. Exceções como sempre podem ser encontradas e serão destacadas mais adiante.

Nos anos setenta, a crise do petróleo não atingiu o Brasil e no seu auge a economia do país continuou “em marcha forçada”, financiada com poupança externa. Mas o papel das universidades não se alterou significativamente, salvo

em casos especiais, como o do setor de petróleo e gás, que afetou muito a UFRJ e consolidou um centro de excelência em pesquisa no Rio de Janeiro (CENPES). Nos anos 1980, com o “choque dos juros”, aplicado pelos Estados Unidos, é que o país entra em crise, posto que, sendo grande devedor, o setor público nacional não conseguia mais financiar suas despesas com os encargos de sua grande dívida. Endividado e refém dos credores, o Estado desenvolvimentista se inviabiliza e vai reduzindo seu ímpeto de grande patrocinador dos rumos do desenvolvimento socioeconômico nacional. A política de educação superior não escapa a esse momento de crise, mas em 1985 (governo Sarney) cria-se o Ministério da Ciência e Tecnologia, o que foi uma mudança importante no cenário de apoio à pesquisa nacional.

A renegociação da dívida externa, no início dos anos de 1990, e o controle da inflação criaram melhores condições macroeconômicas no país. Mas a crise da dívida pública (agora crescentemente interna) permaneceu aguda e foi um dos grandes obstáculos a maiores investimentos nas universidades e centros de pesquisa públicos brasileiros. Tal dívida, em ambiente de juros elevados, afeta diretamente o Orçamento Geral da União, no qual os encargos financeiros crescem e comprometem os demais itens do gasto público, inclusive aqueles com a educação.

Na década final do século XX, o Brasil mergulha no processo de “financeirização” que se instalara mundo afora, pelo qual a acumulação se dá sob os imperativos e a lógica da valorização financeira. Em artigo recente, Leda Paulani destrincha a trajetória do momento em que o Brasil faz esse mergulho. Segundo a autora, “no Brasil, ao processo determinado desde dentro, mas comandado pelo capital de fora, acrescenta-se agora a instalação da lógica financeira na cabine de comando do processo de acumulação em nível mundial”.

O desequilíbrio provocado pela dívida externa, a hiperinflação que veio junta, a vulnerabilidade externa na qual o país ficou depois de vários anos de política de câmbio fixo, a crise financeira aguda do setor público, (isso tudo sob a influência das políticas liberais impulsionadas pelo “Consenso de Washington”, principalmente na década de 1990), criavam um ambiente que limitava o financiamento às universidades públicas, que também enfrentam dificuldades para financiar seus orçamentos e travam sua expansão. Abre-se, então, espaço para o crescimento intenso do ensino superior privado no país, existente desde os primórdios da República, em expansão a partir dos anos de

1960, quando as matrículas no ensino superior no país aumentam de modo significativo, tanto que as matrículas no setor privado pulam de $\frac{2}{3}$, em 1980, para $\frac{3}{4}$ no total de alunos, no final do século XX.

Como se vê, o país foi estruturando seu sistema universitário a duras penas. E se a construção do sistema de ensino e pesquisa público no Brasil, que é recente, não foi tarefa fácil, essas características ainda são mais importantes quando se trata do Sistema Nacional de C,T&I.

A literatura sobre o assunto registra que, até fins do século XIX, as atividades de pesquisa científica se ligavam, sobretudo, à mineralogia, química, ciências naturais, agronomia, zoologia, estudos de problemas bacteriológicos e microbiológicos. As pesquisas se realizavam em instituições como museus – particularmente o Museu Imperial (1818), depois Museu Nacional, o Museu Paraense (fundado em 1866) e hoje Museu Goeldi, o Museu Paulista (1893) – e institutos de pesquisa tais como o Instituto Agrônomo de Campinas (1887), o Instituto Vacinogênico de São Paulo (1892), o Instituto Bacteriológico de São Paulo (1893), e o Instituto Soroterápico de Butantã (1899). Um marco importante da ciência brasileira é a criação, em 1900, do Instituto de Manguinhos, sob a liderança de Oswaldo Cruz.

Já no século XX os maiores avanços se processam após a Segunda Guerra Mundial. Em 1949, é criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em 1950, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e, logo depois, o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA). Em 1951, o país inova, criando duas importantes instituições cuja função é coordenar os esforços nacionais de pesquisa: o CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas e a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Na década seguinte, o Governo de São Paulo cria a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pioneira dos sistemas estaduais em operação.

No período do regime militar, merece registro a criação de Centros de Pesquisa nas principais empresas estatais, entre os quais se destacam o CENPE da Petrobras e o CPqD da Telebrás. A Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (1973) também é dessa época.

Do lado do modelo de financiamento e coordenação merece referência a criação do FUNTEC – Fundo de Desenvolvimento Tecnológico, administrado pelo então BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (hoje BNDES). Desse fundo nasceu, em 1965, a Financiadora de Estudos e Projetos

(FINEP) que teve importante papel na coordenação de ações de financiamento a C&T e na implantação de cursos de pós-graduação nas universidades.

Somente em 1985, já no percurso da redemocratização, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia. Contudo, tanto o Ministério como as instituições de financiamento e de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, bem assim as universidades públicas enfrentaram séria crise financeira na década de 1990. Já no apagar das luzes do século XX emerge um fato positivo: a criação dos Fundos Setoriais.

Mesmo diante dos avanços realizados no século XX, um dos consensos na literatura disponível centra-se no estágio ainda precário da construção do Sistema Nacional de Inovação, que se situaria em um nível intermediário de construção, possivelmente, ao lado de países como México, Argentina, Uruguai, África do Sul, vez que a Índia e a China empreenderam avanços significativos que permitem considerá-los à frente do Brasil.

Tal incipiência é uma das explicações para a dificuldade de articular o Sistema de C,T&I nacional às demandas do setor produtivo do país, que evoluiu bastante e se tornou um dos mais relevantes do mundo.

Estudiosos desse assunto, como Wilson Suzigan e Eduardo da Mota Albuquerque (2007) ao analisarem a interação entre nossas universidades e as empresas do país, em perspectiva histórica, mostram a existência de um padrão marcado pela “debilidade das interações”. Quando ousam explicitar importante causa desse padrão, indicam o “caráter tardio” da criação das instituições de pesquisa e das universidades no Brasil e da própria trajetória da industrialização brasileira, também “tardia”, face ao que aconteceu principalmente na Europa e Estados Unidos.

Para explicar esse distanciamento afirmam que:

“Dado o estágio de desenvolvimento do país e dado o estágio de construção do sistema nacional de inovação, existem conexões apenas parciais entre a dimensão científica e a dimensão tecnológica no caso brasileiro. Por isso, fluxos bidirecionais e mutuamente reforçadores estão limitados a alguns setores, e são mais densos em algumas regiões”.

Diante disso, casos de sucesso reconhecido de interação universidade x setor produtivo são raros no Brasil e resultaram de longa articulação entre

centros de pesquisa, governo e setor produtivo. Os principais exemplos seriam:

- Nas ciências da saúde, a produção de soros e vacinas pelo Instituto Oswaldo Cruz e Instituto Butantã;
- Nas ciências agrárias, a produção de algodão, de florestas para celulose, de grãos e carnes pelo Instituto Agrônomo de Campinas e especialmente pela EMBRAPA;
- Na mineração, engenharia de materiais e metalurgia a contribuição dada pela Universidade Federal de Minas Gerais;
- Na engenharia aeronáutica, a produção de aviões pela EMBRAER, com o apoio do Centro Técnico Aeroespacial e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica;
- Nas geociências, a extração de petróleo e gás pela PETROBRAS em estrita articulação com as pesquisas da COPPE/UFRJ e da Universidade Estadual de Campinas.

O fato é que, apesar de todas as dificuldades, o Brasil chega ao final do século XX com estes dois sistemas estratégicos em consolidação: o sistema universitário e o de C,T&I.

Um novo momento no início do século XXI

Os anos iniciais do século XXI trazem uma mudança de cenário nacional, embora mantendo intensas as condições que permitem ao país continuar sob a égide da financeirização.

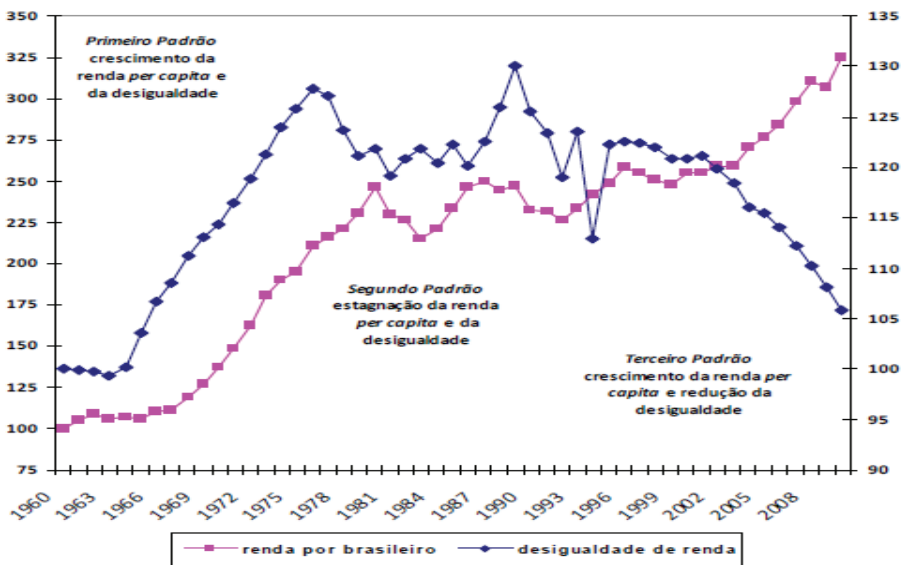
Qualquer indicador que se tome, mostra que a situação do Brasil hoje é muito melhor do que aquela prevalecente no final do século XX. Resta, no entanto, um problema relevante, que é expresso na relação dívida pública/ PIB, que está associada à crise da dívida na qual mergulhou o setor público brasileiro na década de 1980: a dívida externa se metamorfoseou em dívida interna ao longo dos anos e se mantém muito elevada - a dívida bruta ainda representa 60% do PIB, em 2010. Mesmo assim, no ambiente pós-estouro da bolha imobiliária americana, no final da primeira década deste século, tal índice ainda é bastante razoável. Os Estados Unidos e vários países do bloco europeu têm essa relação num patamar superior a 100 por cento.

A melhoria do quadro fiscal foi abrindo espaço para a retomada de políticas públicas, em especial as federais. Na educação superior, dois programas merecem destaque: o PROUNI e o REUNI. O primeiro define sistema de incentivo público que permite acesso às universidades privadas dos jovens brasileiros, em especial dos que não conseguiam sucesso no vestibular das universidades públicas. O segundo financia a expansão do ensino público com a criação de novas universidades ou de novos campi das existentes. Um dado importante é que tal expansão se deu especialmente no interior do país, e em especial nas suas regiões mais pobres, num momento em que a economia nacional se dinamizava em novas bases.

Pode-se falar em novas bases por que a mudança mais relevante que aconteceu no Brasil, nos anos recentes, foi a do seu padrão de crescimento econômico.

O gráfico a seguir, elaborado em estudo do IPEA, mostra a mudança central: o país deixou de crescer concentrando renda e passou a crescer reduzindo a concentração da renda.

Brasil: evolução dos índices da renda *per capita* nacional e do grau de desigualdade da renda pessoal* (1960 = 100)



Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração IPEA).

O país começa tirando partido de uma conjuntura internacional ainda favorável, em particular, nos países do Sudeste asiático liderados pela China, que incrementa as exportações e melhora as condições do seu balanço em transações correntes, reduzindo sua vulnerabilidade externa e introduzindo fator de dinamismo em segmentos da extração mineral e do agronegócio voltados ao mercado mundial.

Internamente, o Governo combinou bem política social com política econômica e isso foi muito importante. E qual foi a opção estratégica escolhida? Atuar firme do lado da renda para estimular a demanda, diferente do que os economistas gostam de recomendar, que é atuar primeiro no lado da produção. Com políticas sociais amplas (num marco herdado da Constituição Federal de 1988) e com firme aceleração do valor real do salário mínimo, se melhorou o nível de renda das famílias. O país começara desde o pós-Constituinte a experimentar políticas de transferência de renda e o governo do presidente Lula acelerou esse processo. Teve coragem, por exemplo, de dar uma cobertura praticamente universal com o Programa Bolsa Família a quem ganhava até um quarto do salário mínimo. Do lado da política econômica, expandiu-se significativamente o volume do crédito em condições de pagamento favoráveis (em especial, prazos longos) e isso aumentou a capacidade de compra das pessoas e melhorou a sua possibilidade de inserção no mercado.

Renda mais alta, crédito abundante e bem escalonado gerou uma surpresa para muitos: revelou o potencial de um amplo mercado insatisfeito existente no país, o mercado da maioria da população. Justamente aquela parte da população que ficou fora do crescimento brasileiro no século XX. Isso ajudou na retomada do crescimento de uma das maiores economias do mundo a uma taxa próxima de 5% ao ano.

E o consumo ativado estimulou o investimento. Tanto que, quando veio a crise de 2008, as estatísticas sobre o Brasil revelavam que já não era mais o consumo das famílias que puxava o crescimento, era o investimento que o estimulava. A taxa de investimento começou a crescer o dobro da taxa de crescimento do PIB.

Vale ainda ressaltar que não foi o mercado quem patrocinou esse tipo de crescimento: foram políticas públicas. Quando se observa, por exemplo, o que está por trás do aumento do consumo, logo se constata que é a política de transferência de renda, é o aumento real de salário mínimo, é a ampliação do

crédito, é o apoio à agricultura familiar... Houve, portanto, um conjunto de políticas públicas que acionaram esse padrão de crescimento. O Gráfico abaixo tenta representá-lo.

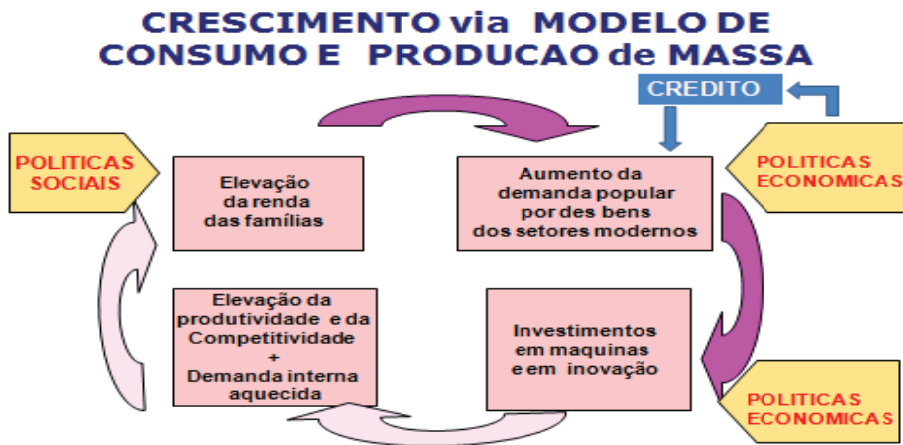


Gráfico baseado em Ricardo Bielshowsky em estudo para CGEE(ADAPTADO)

Sobre tal dinâmica cabem alguns destaques. Primeiro, ressalte-se que as regiões Norte e Nordeste se saíram melhor nesse padrão de crescimento do que naquele que dominou no século XX. Tanto que essas regiões lideram as taxas de crescimento do emprego formal nos últimos anos, assim como lideram o crescimento do consumo das famílias, medido pelo volume de vendas no varejo. O IBGE aplica uma pesquisa mensal no varejo e, pelos seus dados, para um crescimento médio de 40% do Brasil, o Norte e o Nordeste estavam em um patamar de 52% de crescimento das vendas entre 2003 e 2009.

Segundo, deve ser destacado que o sucesso do modelo adotado ainda depende de se conseguir manter o dinamismo do mercado interno enquanto se promove a expansão do investimento e se busca alcançar importante melhoria na produtividade da mão de obra e na competitividade da economia nacional. (Ver parte de baixo no Gráfico acima exposto). Para isso, o papel da universidade é estratégico. Investir na qualificação dos recursos humanos e em pesquisas que apoiem a inovação nas empresas são iniciativas essenciais. E ambas recaem pesadamente nas universidades públicas, especialmente a segunda, dado que no Brasil, o essencial da produção de conhecimento novo, capaz de patrocinar esforços de inovação, é gerado nas universidades públicas, com destaque

2010



Como se vê, o Brasil vive um momento novo neste começo do século XXI e as universidades são afetadas por ele. Os impactos deste novo mapa já estão sendo estudados, pois seus efeitos no padrão de desenvolvimento regional do país não serão desprezíveis.

OPORTUNIDADES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO E DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Cabe aqui um olhar voltado para o futuro do país, partindo do contexto mundial.

Mudanças no cenário mundial

Antes de tudo, vale dizer que no ambiente mundial não existe apenas a crise financeira. Ela é importante, mas há mudanças profundas em curso no

mundo permeando esta que ficará na história como uma das grandes crises do capitalismo.

Primeiro, a mudança do conceito de desenvolvimento que é, por sinal, uma alteração muito positiva: o conceito hegemônico de desenvolvimento do século XX está perdendo força e o conceito de desenvolvimento sustentável está ganhando força. Qual era o conceito do século XX? O desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico liderado pela indústria: o PIB per capita elevado e o alto grau de industrialização eram marcas dos países ditos desenvolvidos. Não é à toa que o Brasil resolveu ser um país industrial. E conseguiu (ser) chegar à oitava potência industrial do mundo: só que fez isso a pesado custo social e qualquer custo ambiental. O debate ambiental, aliás, sequer estava presente na agenda do Brasil. Agora, o mundo está mudando e cada vez menos se acredita que desenvolvimento é sinônimo de crescimento e isso se mede num PIB per capita elevado. Hoje já se está cobrando mais desse conceito de desenvolvimento.

O cuidado com a natureza, que ganha força em meados do século XX, entrou na agenda mundial, principalmente por conta do aquecimento global. O aquecimento global está colocando um novo tema na agenda mundial: a discussão do padrão de consumo. E está alertando, não dá para sonhar com o padrão de consumo americano do século XX, ele é insustentável, pois o planeta terra não o suporta. Vamos ter que aprender a ser felizes com outro padrão de consumo. Essa é a discussão que se faz hoje. E veja-se que esta é uma variável muito difícil de mudar, porque remete a valores e toca nos sonhos das pessoas. Não é fácil atuar nessa variável porque ela não é só econômica.

Por outro lado, estão mudando os paradigmas técnicos. A indústria do século XX era a produto do paradigma eletromecânico. A indústria do século XXI está associada à era da eletrônica e da nanotecnologia. Essa transição já começou e se impõe a cada dia. Tudo que era eletromecânico está se tornando eletrônico, porque a eletrônica tem um atributo que a eletromecânica não tem: a flexibilidade. Exemplo interessante é o da comparação entre a mais avançada máquina de datilografar elétrica e o pior computador. A máquina de datilografia mais avançada tinha uma borracha muito fina, mas rasurava, e se o escritor quisesse consertar teria que começar a datilografar o texto de novo. O pior computador permite consertar e continuar, não precisa fazer de novo. Isso aí é definidor da mudança, daí a tendência, o que era eletromecânico tende a ser eletrônico.

Na agricultura também. A agricultura do século XX era a da química, do fertilizante, dos defensivos... A de hoje reflete a disputa dois outros paradigmas: ou é a agricultura dos transgênicos, que tem por base a genética, ou a agricultura biológica baseada na biologia. São outras ciências mãe e outros padrões técnicos, completamente diferentes do que era a agricultura do século passado.

A mudança do padrão energético é outra já em curso. Anuncia-se o fim da era da energia fóssil e o começo da era da energia renovável. Diante desta, o Brasil está muito bem situado, pois com a descoberta do petróleo no pré-sal terá peso relevante no final da era das energias fósseis e já está na vanguarda mundial na era das energias renováveis. Elas já representam 43% das fontes atuais na sua matriz energética, contra uma média de 13% no cenário mundial.

A geopolítica mundial, por sua vez, sofre mudança relevante. No final do século XX, a principal potência econômica eram os EUA, a segunda, o Japão e a terceira, a Alemanha. Estes dois países perdedores da Segunda Guerra Mundial, donde até podiam ser potências econômicas, nunca potência militar. Então, o mundo ficou com um único país que podia ser potência econômica e militar, e isso não foi bom. Esse cenário está mudando, novas potências emergindo e todos os analistas concordam que o século XXI verá um mundo mais multipolar ainda. Tanto que na crise econômica em curso se escuta muito pouco falar do G7, em compensação se ouve mais falar muito do G20, no qual o Brasil é agente importante.

Finalmente, vale destacar a quebra da onda liberal. As últimas décadas do século XX foram marcadas pela hegemonia do pensamento liberal. O Brasil resistiu o que pôde na década de 1980, mas “mergulhou de cabeça” nos anos seguintes e pagou caro por isso. No começo do século XXI, o liberalismo não acabou, claro, mas perdeu força no mundo e no Brasil. Uma das mudanças que o Brasil realizou foi a de retomar a presença do Estado brasileiro na vida do país. Mesmo com o tamanho da dívida pública que o país tem hoje, o esforço foi na direção de ampliar a presença das políticas públicas.

Como mudança síntese: o rumo à sociedade no conhecimento, que vai marcar o século XXI. Nela os países vão ser obrigados a investir cada vez mais em educação e em capacidade de inovar, que vão ser duas variáveis muito importantes para os rumos do desenvolvimento socioeconômico e que são dificuldades do Brasil.

As janelas de oportunidade para o Brasil e os desafios para a Universidade

No contexto mundial acima descrito, o Brasil está diante de pelo menos duas importantes janelas de oportunidades.

Primeiro, para o Brasil urbano e industrial se abre a possibilidade de consolidar o que foi a opção estratégica do país no século XX: a de ser uma potência industrial e um país urbano. Quando se olha para frente o Brasil tem tudo para manter essa trajetória. Além de um mercado interno amplo, integrado, possui uma base industrial grande, moderna e diversificada, que vai da produção de avião até à moda. Ao mesmo tempo, tem um sistema financeiro amplo, bem estruturado, moderno e sólido, além de possuir uma base de serviços especializada e moderna. Portanto, quando se olha para o Brasil, percebe-se que o país tem tudo para continuar apostando nessa direção. No entanto, um problema merece destaque, os segmentos industriais mais intensivos em conhecimento, exatamente os de maior valor agregado da indústria brasileira, apresentam dificuldade de enfrentar a competição com bases produtivas de outros países, a da China em especial. E está perdendo espaço mesmo no mercado nacional. O Brasil, nos anos recentes, passou a importar mais bens de alto valor agregado e a exportar mais commodities e isso é um problema para um país que quer continuar sendo uma importante potência industrial. Está aí um enorme desafio.

Para enfrentá-lo, a universidade, em especial a pública, será chamada a participar, pela razão já exposta anteriormente. No perfil do sistema nacional de C&T, que se montou no país, a pesquisa está muito concentrada nessa instituição. Basta realçar que ela concentra mais de 2/3 dos pesquisadores em tempo integral atuantes no país, quando nos Estados Unidos este percentual é bem inferior a 20%.

Por outro lado, quando se olha para o mundo rural identificam-se novas oportunidades numa visão de futuro. E esse é um debate muito interessante porque o Brasil do século XX não queria muito olhar para o mundo rural. Essa é a verdade. Como a sociedade brasileira se queria urbana e industrial, a agenda do rural no Brasil perdeu força. Mas, quando se olha para o mundo hoje, percebe-se o seguinte: a matriz energética está mudando na direção das energias renováveis, e as energias renováveis estão no mundo rural, não estão nas cidades. O Brasil nesse contexto tem uma posição muito privilegiada

porque com a descoberta do petróleo na camada do pré-sal o país vai ser ator relevante do fim da era do petróleo. A sociedade brasileira, contudo, não pode encantar-se com isso, porque na verdade o maior potencial do Brasil é para ser ator relevante da nova era da energia, a era das energias renováveis. O Brasil já exhibe hoje uma matriz energética mais diversificada do que a média mundial, 43% da oferta de energia do país é renovável, quando a média mundial é 14%. E tem potencial para várias energias renováveis, a biomassa, a eólica, a solar, entre outras.

Além disso, o Brasil tem água, e água hoje é um recurso escasso no mundo. Por outro lado, o país tem muita terra fértil, o que pode permitir dobrar sua superfície cultivada, sem considerar a Amazônia neste processo. E domina a tecnologia agrícola muito bem. Isso num contexto mundial de demanda crescente por alimentos. A FAO e o Banco Mundial estão alertando que, nas próximas décadas do século XXI, vai haver enorme pressão no mercado de alimentos, porque a demanda mundial está crescendo rapidamente e a oferta não está acompanhando. O capital financeiro percebeu muito bem esta tendência e está especulando fortemente nesse mercado. Então, essa é a realidade (que está aí). A China aumenta a renda média e a população está comendo mais, o mesmo ocorre com a Índia. Só aí está um terço da humanidade. Por sua vez, a América Latina e a África também pressionam o mercado mundial de alimentos.

Quando se busca a solução, os analistas apontam para o Brasil porque aqui há terra, água e tecnologia. E mais, existem estudos muito interessantes mostrando o seguinte: quando uma pessoa aumenta sua renda, ela passa a comer mais proteína e mais fruta. O Brasil hoje é mundialmente competitivo na produção de proteína e na produção de frutas e ostenta potencial enorme para ser muito mais importante como produtor de alimentos. Portanto, essa é uma janela de oportunidade muito interessante e uma oportunidade para se voltar a discutir o Brasil rural. E vale destacar que para fundamentar tal debate uma mudança importante está em curso nos anos recentes. O Brasil começou a aprender a considerar melhor a convivência com o agronegócio e com a agricultura familiar.

Quanto ao padrão do agronegócio, é inegável a importância que teve a pesquisa para explicar os atuais padrões de produtividade e competitividade alcançados pelo país. A EMBRAPA esteve por trás dos avanços obtidos. Resta um esforço importante a fazer na agropecuária de base familiar, dada a sua

importância na oferta de bens alimentares no mercado brasileiro. Eis um espaço aberto também às universidades brasileiras nas próximas décadas.

Se o Brasil está diante de grandes janelas de oportunidades, cabe, então, falar dos seus principais problemas. Alguns merecem destaque. Primeiro, a educação, e principalmente a educação básica, posto que está na base da criação de oportunidades de inserção na sociedade. E é aí onde o país tem uma de suas mais importantes “máquinas de gerar desigualdades”. A escola básica no Brasil seleciona. Quem pode, faz uma escola boa, quem não pode, faz uma escola ruim. E neste caso, a partida já discrimina. Em outros países, o sistema básico é universal e de qualidade elevada. Então, na partida, qualquer cidadão está na mesma escola. Assim, vai depender dele o que acontecer daí para frente. Aqui não. Quem vai para escola de péssima qualidade já começa na desvantagem. Então este é o grande desafio do Brasil. O IDEB de 4.1 para os anos finais do fundamental não é aceitável, é média muito baixa. Mas toda média no Brasil é enganosa pelo tamanho da desigualdade social herdada. Quando se desagrega esse valor médio, percebe-se que 40% dos municípios e 44% das escolas estão abaixo dele, sendo que a pior situação ocorre nos estados do **Nordeste**. Como se vê, esse é o grande desafio. E para enfrentá-lo, mais uma vez, a universidade tem um papel indelegável, ela é quem forma os professores dos demais níveis de ensino. E não existe possibilidade de se ter ensino de qualidade sem professor bem qualificado. Isso requer uma prioridade ao ensino, difícil de construir no ambiente universitário atual, onde a pesquisa é a atividade mais valorizada tanto pelo sistema de avaliação como pelos próprios professores. E o ensino na graduação ainda enfrenta mais problema, pois o pessoal mais qualificado e ativo tende a concentrar seu tempo e suas energias na pesquisa e nos cursos de pós graduação.

Vale assim destacar que o momento brasileiro atual é ao mesmo tempo estimulante e desafiador. Estimulante pelas potencialidades apresentadas pelo país e pela trajetória recente de seu desenvolvimento, o que já requereria um debate importante sobre o papel da universidade, em especial as públicas, na construção de novo patamar de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. E desafiador posto que as tendências anunciadas e os desafios que o país ainda precisa enfrentar remetem a uma redefinição do papel que a universidade pública desempenhou até o presente. O país requer mais delas, e este debate ainda está muito tímido, dentro e fora do meio acadêmico.

Considerações Finais

O esforço aqui realizado de ligar a trajetória da construção das universidades no Brasil ao processo histórico de desenvolvimento socioeconômico do país é uma tentativa de estimular o debate sobre tal interação. O sistema nacional de universidades públicas carece de uma discussão mais aprofundada sobre esta temática. Um dado chama a atenção: dos mestres atuantes no país, 43% trabalham da atividade de educação e 30% na administração pública. Entre os doutores a endogenia é ainda mais evidente, 77% na educação e 11% na administração pública. A pergunta que fica é se este é mesmo o perfil da demanda de um país no estágio de desenvolvimento atual do Brasil e inserido num ambiente mundial que transita para a sociedade do conhecimento e onde a inovação é cada vez mais variável estratégica.

A tentativa de análise aqui apresentada focou as funções de ensino e pesquisa desempenhadas pelas universidades brasileiras. Outra atividade, a de extensão, compõe o tripé que estrutura tais instituições. Ela não tem merecido, porém, destaque na vida universitária do país, apesar de sua relevância para o tema ora tratado: a relação universidade e desenvolvimento socioeconômico nacional. O sistema de avaliação vigente não a valoriza, os modelos de financiamento das universidades não a priorizam e isso influi nas decisões de alocação de tempo e dedicação dos professores e alunos. Este é outro tema importante para o futuro: qual o peso que deve ter a extensão e que a estratégia de estímulo deve ser adotada nas políticas de educação superior do Brasil no século XXI.

Por fim, um alerta aos leitores deste texto: o tema tratado levou a análise a se concentrar no papel das universidades, em especial as públicas, na construção do desenvolvimento socioeconômico do país. Mas nunca é demais lembrar que não é só para isso que ela deve existir. Retomando Marilena Chauí, citada na introdução, a universidade pública é muito mais que uma *organização*, como o é a universidade privada, que tem a si mesma como referência, busca o lucro e faz da competição com as concorrentes um dos determinantes centrais de sua existência e sobrevivência. A universidade pública é uma *instituição* e, como tal, tem na sociedade seu “princípio e sua referência normativa e valorativa”. Mesmo inserida numa sociedade de classes, como o são as dos países capitalistas como o Brasil, cabe à universidade pública lembrar sempre que ela é financiada pelo conjunto da sociedade e a ela deve

referenciar-se. Nesse contexto, seu papel de agente permanente da crítica é fundamental. Difundir o conhecimento existente e criar o conhecimento novo é seu papel, mas ele requer, antes de tudo, que isso seja feito revelando as contradições do mundo que a cerca e não as abstraíndo. A perda da visão crítica seria a morte da universidade pública. Daí a importância fundamental da autonomia da universidade pública.

BIBLIOGRAFIA

- CHAUI, Marilena (2003). A Universidade sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, nº 24, set/out/nov/dez.
- MENDONÇA, Ana Waleska P.C (2000). A Universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação, n ° 14, mai/jun/jul/ago.
- NAGLE, Jorge, (1976). Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU, EDUSP.
- PAULANI, Leda (2012). A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história (inédito).
- SUZIGAN, Wilson e ALBUQUERQUE, Eduardo da Mota (2007). Pesquisa sobre interação universidade – empresa no Brasil. Revista Inovação Vol. 3, nº 2, março/abril, Campinas/SP.
- TEIXEIRA, Anísio (1989). Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1989. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

CAPÍTULO 4

A UNIVERSIDADE À BEIRA DO ABISMO: AMBIGUIDADE E OBSCURIDADES DA CRISE?

*Alfredo Pena-Vega**

Introdução¹⁰

As sociedades industrializadas passam por um período de dúvidas e incertezas causadas, principalmente, pela crise econômica forjada por um modelo canônico subjacente ao desenvolvimento. Paradoxalmente, para estas sociedades que se tornam cada vez mais dependentes do conhecimento, a crise econômica atual põe em xeque o comprometimento desta sociedade com relação à educação, mesmo que se destaque a decisão de algumas das grandes potências econômicas em investir massivamente nessa área, considerando que se trata de um investimento seguro para a retomada do sagrado crescimento econômico. Malgrado o desastre social da crise, a razão econômica – a racionalidade superior – se torna mais importante, em detrimento da formação de uma consciência crítica no que diz respeito ao esgotamento do modelo atual. Trata-se, sempre, do predomínio da mesma concepção de progresso, quer dizer, ciência – tecnologia – crescimento econômico, seguido-se uns aos outros, de maneira determinista. Ora, é esta visão de progresso que, certamente, não deveria mais existir. Além do mais, nós experimentamos diferentes graus de incertezas, e em tempos de crise econômica a questão que se coloca é: porque e como as universidades devem desempenhar um papel cada vez mais importante a fim de influenciar nas reflexões sobre os problemas vitais ao planeta.

Esta crise fez aparecer, igualmente, o fato de que cada vez mais a sociedade confiou às suas instituições de educação responsabilidades maiores,

* Professor-pesquisador do Instituto interdisciplinar de Antropologia do Contemporâneo (IIEC-CEM) – EHES/CNRS, diretor científico do Observatório Internacional de Reformas Universitárias –ORUS INT

10. Meus agradecimentos a Ester Maria Aguiar de Sousa pelo excelente trabalho de tradução, a minha amiga, a professora da UnB Vanessa Castro pela sua leitura, correções e comentários alentadores e a meu amigo o professor Elimar Pinheiro do Nascimento - CDS – UnB- pelas suas críticas sempre construtivas.

jamais antes atribuídas, e as expectativas se ampliaram: para nós, a educação não serve mais, apenas, para instruir as crianças e os jovens, ela deve, igualmente, nos livrar da pobreza e nos fornecer uma nova visão da sociedade, melhor qualidade de vida, a conscientização da ameaça à biosfera. Será que os nossos estabelecimentos de ensino superior podem assumir estas responsabilidades, cada vez mais numerosas, com relação ao domínio do desenvolvimento socioeconômico? Qual é o limite razoável das responsabilidades sociais atribuídas ao ensino superior, e como poderíamos garantir que todos os países, tanto do Norte, como do Sul sejam capazes de se adaptar a estas exigências? Será que se adaptar a estas responsabilidades não exige uma transformação radical da concepção e do sistema dominantes do ensino superior? Será que a universidade tem condições de encarar estes desafios? Será que ela tem os meios para realizá-los? Existe uma vontade política para isto?

Paradoxalmente, esta situação de crise ultrapassa a especificidade de um « modelo » de educação que seja chileno, inglês, francês, espanhol, italiano, canadense, entre outros. Entretanto, há um denominador comum: certo descompromisso do Estado que caracterizava esta especificidade de multi- crise, as tensões que animam os ambientes universitários resultariam de um conjunto de transformações inscritas nesta nova fase cognitiva do capitalismo (concepção dominante chamada « economia do conhecimento »). Os atores da universidade procuram ao lado da resistência às reformas, fazer aparecer as profundas dinâmicas que transformam « a universidade universal » de ontem em miríades de universidades homogeneizantes regidas sob o rótulo de « excelência » e a ideologia da avaliação e/ou a excelência – onipresente, instrumentalizada para todos os fins de uma estratégia da concorrência e de uma lógica contábil.

Mas se pode dizer que esta crise da universidade é antiga, o que ela significa, hoje? Ela é uma crise de natureza radical, ou seja, que diz respeito às raízes da nossa sociedade, ou se trata, ao contrário, de uma crise superficial, traduzindo os problemas de adaptação ao capitalismo cognitivo?

Se fizer uma opção por um diagnóstico rápido, pode-se considerar a seguinte hipótese: a conjunção da crise econômica com a contestação (mesmo que adormecida) da comunidade universitária (professores, pesquisadores) e estudantes, ela se caracterizaria mais como um fenômeno de conjuntura do que da conjugação desses fatores. Colocou-se em destaque as divergentes orientações de um e de outro desses fatores e se tomou como elemento

demarcatório o movimento de contestação dos estudantes (no Chile, na Espanha, no Canadá e na França) como um movimento reivindicativo, e que o movimento da comunidade universitária, a despeito de seu jogo de palavras, às vezes, conservador, visava, de fato, à « reforma administrativa » da universidade (o que se poderia chamar de reformazinha). Resultado, a crise aparece, de maneira geral, como uma série de acidentes encadeados, de cuja natureza contingente se esclarece por sua rápida extinção/reaparecimento, como uma espécie de doença de crescimento, como que se as sociedades estivessem submetidas a diversas etapas de sua evolução. « De toda maneira, a hipótese que vincula estreitamente o accidental e o fundamental, neste caso, é central, porque, efetivamente, trata-se do postulado de toda antropologia do cotidiano visto que o estudo dos fatos (acontecimentos – ocorrências) não é o estudo da história, mas a via de acesso clínico considerando tudo aquilo que dissimula as regularidades sociais, a « marcha normal » da sociedade »¹¹.

Será que este postulado corresponde a uma realidade global do atual estado da universidade? Certamente que não, existe uma diversidade de situações que comportam ambiguidades e obscuridades da crise; no entanto, há um liame fundamental entre a crise da universidade e a da sociedade da qual não se pode prever o processo.

Qual é a tese central? A crise pela qual atravessa a universidade é de porte extremamente profundo, mas de uma profundidade por sua vez antiga e anunciada (anunciadora). Esta crise não se resolve numa reforma da universidade (de tipo administrativo ou « reforminha »), que é o seu aspecto mais certo, mas também, seu aspecto mais banal (simplista). Esta crise não mais se resolve numa tentativa revolucionária, segundo a teoria proclamada pela maioria dos grupos da esquerda ultrarradical, notadamente, no Chile. Este é o seu aspecto metafórico. A crise que afeta as universidades revela, no fundo, os problemas permanentes apresentados por toda a sociedade. Ela anuncia, antes de tudo para o futuro, o crescente papel da universidade, da juventude, da elite, cujo nó górdio é, justamente, uma outra missão social, política e ética que a universidade deverá enfrentar.

11. Edgar Morin, Pour une sociologie de la crise, página 12, in Communications Maio, 1968. La prise de la parole, n°12.

Mas, o que é que realmente está acontecendo?

De uma maneira geral, pode-se afirmar que, em certos países, como a França, desde o meio até o fim da década de 1990, a visão das políticas públicas postulava que o desenvolvimento do ensino superior era fortemente favorável ao desenvolvimento socioeconômico; que a autonomia da pesquisa e do ensino nas universidades era a garantia de um ensino de qualidade. Qual a organização do ensino, em áreas especializadas, forneceria a pesquisa e as elites de que os países precisavam; que, levando-se em conta as expectativas de curto prazo das empresas, esta seria a melhor forma de adaptar o ensino superior às necessidades da sociedade; que o ensino superior constituía um conjunto homogêneo; que as políticas de ensino superior podiam ser definidas em nível nacional. Todos estes postulados foram tomados em consideração, uns após os outros. Desta forma, mostra-se necessário uma redefinição, desde o nível local ao nível mundial, das políticas de formação que sejam capazes de preparar as elites para os desafios do século XXI e para as profundas mudanças para as quais será preciso se adaptar, tanto o modo de vida, como o de produção e o de governo. Definir a natureza das elites de que o mundo terá necessidade, formular os termos do novo contrato entre ensino superior e sociedade, levar em consideração a transformação radical da universidade, criar os recursos internacionais necessários para o futuro: estes seriam, hoje, os desafios de um novo caminho, no âmbito da universidade.

Algumas razões da crise do sistema universitário francês

O que caracterizou o sistema universitário francês – e tudo o que o tornou, historicamente, a base de sua solidez – « foi que ele desenvolveu em torno de sua armadura institucional um modo de racionalidade, um estilo de ensino e um modo de relacionamento com o resto da sociedade fundado sobre a seleção que a reforça e a sustenta». «Cada um desses elementos tem a sua própria lógica, o que já o torna extremamente resistente em si mesmo, mas que é, também, profundamente independente de todos os outros elementos e que dão à amarradura institucional assentos que à primeira vista parecem inabaláveis.» (Michel Crozier, 1968).

Durante longos anos, um monopólio institucional foi mantido. « Este monopólio não tolera a menor concorrência; então, não deveria existir mais

de uma Universidade, mais que uma faculdade, mais que uma escola por espaço geográfico; no limite, « mantinham-se voluntários, pois não se teria em atuação, jamais, mais que um professor por disciplina ou subdisciplina, em determinado lugar » [Michel Crozier, 1968]. A manutenção deste monopólio exige uma « contrapartida », como, curso obrigatório, audiência cativa e a recusa de toda ingerência de qualquer influência exterior na gestão da Universidade. Dizendo de outra forma, é exigida uma centralização como contrapartida natural, quase inelutável, do monopólio. Isto pode ser visto com um distanciamento, como uma solução de um mal menor, para manter um mínimo de eficácia e de coesão, levando a que o isolamento do mundo exterior e a ausência de concorrência interna torne-se, necessariamente, conservador. Este sistema, que se pode dizer como fazendo parte da « exceção intelectual francesa », desmoronou-se no curso dessas últimas décadas, por várias razões.

A aliança estabelecida entre universidade, juventude e elite, que estava profundamente ligada a este modelo de desenvolvimento, mostrou os seus limites. Contrariamente ao que se pensava, a Universidade francesa, à semelhança de outras universidades europeias, conheceu nesses últimos vinte anos uma verdadeira revolução doce, que contribuiu para preparar para as reformas em curso e, especialmente, para esta última, no período relativo a sua « nova forma de governar ». Estas ditas « reformas » de mais a mais, não são outra coisa além do « reforço das lógicas competitivas e produtivistas douradas e ancoradas no funcionamento do ensino superior e da pesquisa ». Assiste-se, pelo contrário, a uma « revolução amarga », distante da visão idílica de uma pretendida « universidade emancipadora »¹², aberta a tudo e a todos. « Nós passamos da universidade de massa para a universidade-empresa » construída por novos mecanismos jurídicos e institucionais, tendo como único objetivo aumentar a rentabilidade da empresa universitária.

12. Ver: Qual significado foi dado à ação de emancipação? A universidade entre globalização e internacionalização. Da Universidade Necessária à Universidade Emancipatória”, organizado (dir) José Geraldo de Sousa Junior. Editora Universidade de Brasília, 2012.

Quem pode compreender bem o que isto significa?

A Universidade não representa todo o ensino superior francês. As classes preparatórias, aquelas de BTS¹³, os IUT¹⁴ (as quais constituem formalmente parte das universidades) e o agrupamento das pequenas, médias ou grandes escolas, públicas ou privadas, participam largamente do recrutamento para o ensino superior. Mas, é em detrimento das formações universitárias que os estudantes evadem cada vez mais, e isto acontece, mais particularmente, nos estudos científicos. O setor não universitário do ensino superior oferece formações técnicas e profissionais, algumas vezes, de qualidade, mas, muitas vezes, muito medíocres. Mesmo que a situação evolua depois de alguns anos para a fração superior (as “grandes escolas”), este setor não tem vocação para desenvolver a pesquisa e para prover as ferramentas de cultura e de pensamento, e gerar os meios humanos e científicos de realizá-lo. É nas universidades que se acha a grande maioria dos “mestres, dos pesquisadores e dos profissionais do conhecimento”. No entanto, quando se evoca a emergência de uma « sociedade do conhecimento » [Beaud, Caillé, 2010], nossas universidades têm cada vez menos estudantes e estes estudantes que estão na universidade, raramente são os melhores. Uma situação como esta é absurda. Em nenhum país do mundo a Universidade pode ser o elo frágil do ensino superior.

Este ponto não é o de maior importância, é aquele que faz a especificidade francesa e, com certa nuance, também na Alemanha; quer dizer, as universidades, as escolas profissionalizantes, as grandes escolas de formação e a « alta elite » fazem parte do serviço público que a França mantém até hoje. É isto que explica em grande parte as diferenças entre as universidades francesas e as dos países anglo-saxônicos.

Esta situação de massificação atinge um nível de paroxismo destacado com clareza na obra *Refonder l'université* (Beaud, Caillé, 2010), onde, apoiando este raciocínio, os autores mostram que os estudantes, desde que tenham a oportunidade, fogem da universidade. A maior parte deste público, em vez de seguir os longos e fundamentais estudos superiores, se desvia desta maneira, deixando a universidade. No entanto, foi solicitado, em contrapartida, que a universidade acolhesse uma população saída do ensino secundário,

13. Brevê de Técnico superior (BTS) é um diploma nacional de ensino superior, criado em 1959

14. Instituto Universitário de Tecnologia (IUT)

sem que ela tenha os pré-requisitos necessários para isto, mesmo que não manifeste o desejo de se engajar em um determinado curso. Os princípios de democratização da universidade se apagam, pouco a pouco, por trás das palavras chaves competitividade, atratividade, visibilidade internacional.

A internacionalização do conhecimento veio para romper com o monopólio da universidade. Aquilo que se chama o « Processo de Bolonha », sobre a harmonização da arquitetura do sistema europeu de ensino superior, está na origem de uma nova estratégia neoliberal de racionalidade e de gestão do conhecimento, numa perspectiva puramente economicista. As palavras de ordem agora são a qualificação da mão de obra para que ela se adapte às transformações econômicas em direção a uma economia de serviços e de saberes, a preparação para uma pesquisa apreendida pelas necessidades econômicas (tudo o que é do domínio das ciências humanas não rentáveis não consegue financiamento), a concorrência internacional (todos contra todos), a adaptação aos desenvolvimentos econômicos, na medida que as empresas se internacionalizam. Dizendo de outra forma, daqui em diante, o ensino superior se acha submetido aos princípios gerais, econômicos, da visão economicista da Europa: mercado aberto, concorrência, eficácia.

Dessa forma, o problema não é de como fazer face à mercantilização da educação, mas de se questionar se a internacionalização e o capitalismo cognitivo vão transformar o conhecimento, desde que este é um bem público, em uma economia do conhecimento cada vez mais competitiva e mercantilizada? Para alguns adeptos da concepção da universidade neoliberal, num processo de globalização no qual o valor da tecnologia é indispensável, os países sem capacidade de gerar um forte conhecimento que integre as inovações e as novas tecnologias não podem ser competitivos em matéria de internacionalização da educação. Depois, é preciso lembrar que é com o surgimento das novas tecnologias que as desigualdades, tanto no interior do próprio país, como com o país e outros países, se agravaram. A diferença notória entre os países atualmente é desvendada pela capacidade nacional de criar conhecimento e também de saber desenvolver as novas formas de aprendizagem, de ensino, de integração.

A consequência de tudo isso reside em que a globalização e a abertura do mercado de educação, no sentido da internacionalização do ensino, impuseram a ideia de que o conhecimento científico é uma matéria que se pode transferir, mercantilizável, quer dizer, que se vive atualmente um processo de

comercialização dos serviços de educação submetido às regulações, antes da ordem do mercado financeiro do que à ordem dos capitais culturais, científicos, acadêmicos, entre outros.

Esta descrição sumária constitui o pano de fundo não somente do declínio da universidade, mas, sobretudo, da forma pela qual são sustentados os debates públicos sobre a universidade francesa, no momento em que se desenha (pode até ser), o futuro da universidade. Resta invocar o último aspecto da crise do sistema universitário francês.

O contágio neoliberal dos espíritos: o discurso encantador da autonomia

A esquerda social democrata não tem nada a contribuir aos neoliberais em matéria de visão da Universidade, uns e outros sofrem do contágio dos espíritos, quer dizer, a existência dos germes (neoliberais) transitando entre o pensamento social democrático e conservadores, provocando em cada indivíduo que é atingido por estas ideias, desordens patológicas e gerando os germens susceptíveis de conquistar outros indivíduos. Isto é o que demonstra um dos números especiais da revista inglesa *The Economist* que se encarrega de contaminar os espíritos espalhando os germens da ideologia neoliberal no sentido de propor estas ideias às universidades europeias. Segundo afirma esta revista, as universidades sofrem de « muito controle estatal e pouca liberdade de dirigir suas próprias coisas. [...] Há pouco progresso, talvez nenhum, na introdução de direito de inserção realista, que libere as universidades do controle governamental ou que concentre a pesquisa nas universidades da elite ». O maior problema é o da mão invisível do Estado. O governo alemão (o regional, assim como o central) procura dirigir ao máximo cada um dos aspectos da vida universitária: Quem a Universidade emprega e quem são as pessoas que aí podem ensinar ? O Estado vem progressivamente reduzindo o financiamento das universidades, não somente em lhes proibir de faturar os direitos de matrícula, mas, também, incentivando a concorrência universitária »¹⁵.

É esta ideologia que modela a atuação da universidade atual e está na origem da razão da última crise: novo empreendimento, « nova forma de

15. Ver, *The Economist*, « Head in the Clouds », 8 de setembro de 2005

governar » contra a retórica da autonomia que passa, no final das contas, pela autonomia financeira, daí para a existência de uma base financeira independente do poder político.¹⁶ Esta independência financeira poderia verdadeiramente existir no dia em que a universidade tivesse a possibilidade de fixar as taxas de inscrição. O aspecto da autonomia financeira é uma ilusão. Na especificidade francesa, e segundo a nova lei [Liberdade e Responsabilidade das Universidades, « não se trata de uma autonomia [(falsificada)] destinada a permitir, sem o dizer, um desengajamento do Estado. A medida « revolucionária » foi a menos discutida: a transferência da massa salarial para os estabelecimentos, de maneira duvidosa, pela qual os funcionários e professores universitários, enquanto funcionários do Estado são pagos com os recursos das suas universidades. Esta é uma bomba retardatária, fraudulentamente depositada pelo legislador, e que começa a detonar os seus efeitos arrasadores » [...]. De um lado, com efeito, os estabelecimentos universitários não são mais os responsáveis pelas suas despesas, que estão concentradas, na maioria, com as folhas de pessoal cujo montante está legalmente definido pelas regras gerais da sua função pública. Mas, por outro lado, elas não são mais responsáveis por seus recursos, que estão, no essencial, atribuídos pelo estado, enquadrados por este (direitos de matrícula). O discurso encantador sobre a autonomia é, portanto, mais paradoxal pois que as universidades não dispõem de nenhuma autonomia real na definição das suas missões e da sua organização pedagógica»¹⁷.

A autonomia, no dogma neoliberal, tem por princípio adaptar a universidade às regras da Nova Empresa Pública. « Isto se traduz pela introdução das lógicas procedentes da ordem econômica capitalista, tanto no funcionamento e na composição das instâncias, como nas missões que devem caber às universidades » [...].

Retornando à análise de situação anterior, que está baseada num princípio de colegiado (defendido, por alguns, como universidade cidadela, desligada do mundo, algumas vezes mesmo sagrada, simbolizada pela herança da Sorbonne), a gestão das universidades deverá, daqui em diante, ser efetuada por um conselho de administração restrito, no qual a composição dos membros deve ser procedente do mundo socioeconômico, cuja ideia foi

16. Ver, Christophe Charle, Charles Soulié (dir.), *Les ravages de la « modernisation » universitaire en Europe*, Edition Syllepse, 2007.

17. Ver, *Il est temps de sortir de l'autonomie de façade des universités françaises*, Collectif, Le Monde, 25 octobre 2012.

fortemente acolhida. No seio desse processo, os presidentes/empresários terão atribuições de poder sem precedentes, a fim de satisfazer eficazmente os objetivos de rentabilidade, cada vez mais sob pressão do ministério e das novas agências de avaliação.»¹⁸

Eis o novo discurso de gestão: a autonomia financeira! Salvo se esse discurso invadir hoje a universidade francesa, ela está em vias de polarizar a comunidade científica, notadamente por sua imprecisão e por tensões levantadas sobre os critérios econômicos, o que poderia tornar competitiva a universidade-empresa. Resta uma questão no espírito de muitos europeus: quem pagará a crise? « Nós não queremos pagar pela crise de vocês »! Bradavam os manifestantes durante as greves da universidade na Itália.

O problema social e do conhecimento: um desafio para o futuro

A maior dificuldade para se sair dessas contradições, me parece, no final das contas, é a de não se ter outra dimensão do problema: sua dimensão política e sua dimensão social.

Para que essas novas funções sociais pudessem ser experimentadas e gradualmente difundidas por um terreno favorável e pudesse ser oferecidos como alternativas aos numerosos germes da nova cultura geral, era preciso que pudesse ser feita a junção entre uma elite (esclarecida) inovadora da sociedade, a comunidade universitária e os estudantes. Ora, esta junção é extremamente difícil porque o sistema dividiu radicalmente os diversos atores, cuja colaboração é requisitada.

A contestação social em diversos países da América de Sul, no Canadá, na Europa e na China, não é uma contestação das categorias mais avançadas culturalmente do mundo universitário. Ela é, em larga medida, o reflexo de um antagonismo de uma camada social – a classe média – a qual, em face das incertezas da sociedade, se questiona sobre o destino de seus filhos.

É neste sentido que a crise da universidade desempenha um papel revelador da situação da nossa sociedade; ela desvenda (exterioriza, manifesta, faz aparecer, deixa visível) os mecanismos, as dinâmicas, tensões, contradições que estavam até então escondidas (internas, subterrâneas, escorregadias,

18. Ver, Davy Cottet, Jon Bernat Zubiri-Rey, Parick Sauvel, L'Émergence du cognitarat face aux réformes universitaires en France, in Multitudes n°39, pag. 58, 2009.

mascaradas) nas profundezas obscuras. Assim como afirma Cláudio Naranjo « a crise da educação que, aliás, não é uma crise dos estudantes, vem confirmar um mal já antigo, mas, pouco visível, todavia ela tem seu lado positivo, porque é bom que esse mal se torne visível»¹⁹. C. Naranjo nos mostra que a palavra « crise » que se pode encontrar em um livro chinês de profecias - I *Ching*, no qual se encontra um hexagrama que tem esse nome – é composto de dois ideogramas sobrepostos, que significa « perigo » e « oportunidade », respectivamente. Esta é a natureza da crise. Não se trata somente de alguma coisa ruim, pelo contrário, há um potencial: o de se descobrir que a mudança é necessária »²⁰. A partir daí, como nós vamos procurar entender mais tarde, a crise da universidade não é uma coisa que se isole, é mais um aspecto do funcionamento de nossa sociedade na qual praticamente todas as instituições estão em crise.

Ora, este papel revelador da crise da universidade pode ser ilustrado a partir de diferentes situações que se observam no contexto de certos países europeus: por exemplo, a retomada do desemprego e, especialmente, do desemprego dos jovens diplomados, depois dos anos eufóricos para o emprego. « O sentimento de fragilidade econômica europeia intensificada pela crise atravessada por países como a Alemanha, e o crescimento dos países emergentes (China, Índia, Brasil) ou das consequências da integração dos 25 novos países à Europa foram sentidos de forma mais aguda pelas novas gerações, a repercussão dessa competição generalizada e a luta necessária para a manutenção do *status* social para os estudantes »²¹. Nós circulamos, então, de uma percepção de crise mais generalizada, a uma percepção mais particular no que concerne ao ensino superior propriamente dito. Começa-se agora a ressentir os efeitos das transformações da oferta de ensino superior produzidos na década de 1990. « As disciplinas acadêmicas tradicionais sofrem cada vez mais a concorrência das novas disciplinas, definidas não pelos métodos ou tradições intelectuais, mas pelos objetos ou domínios da intervenção e por tomada direta da demanda social, econômica ou profissional».²²

Esta é a situação que emprestou sua dimensão social à contestação universitária e a fez ecoar muito profundamente no seio da consciência social.

19. Ver, Claudio Naranjo, *Cambiare l'educazione per cambiare il mondo. Per un'educazione salvifica.*, Editrice Universitaria Udinese, pag. 122, 2005.

20. Ver, Claudio Naranjo, *Op. cit.*, 2005

21. *Op. cit.* Les ravages de la « modernisation » universitaire en Europe, pag 12.

22. *Op. cit.* Les ravages de la « modernisation » universitaire en Europe, pag 13.

A dimensão científica-cultural se tornou cada vez mais um instrumento essencial da ação num mundo complexo que não pode ser inteligível se não por intermédio da utilização de novos conhecimentos que necessitam de um aprendizado cultural.

Como permitir aos educadores entender « o espírito vivo », de compreender « as transformações geradas pela fronteira entre as disciplinas » de entrar no progresso de invenção de uma disciplina nova com a ajuda de « conceitos migratórios » transferidos por « pesquisadores marginais » se a instituição escolar se contenta em ligar os campos de pesquisa entre as fronteiras estabelecidas.

Como permitir aos educadores descobrirem inteligentemente os princípios organizadores do conhecimento se lhes designam estes princípios a priori?

Nós atingimos, então, uma questão essencial para nossa discussão. O porquê de o ensino parecer, por muito tempo, estar fundado sobre um saber afirmado (poderia se pensar, então, a ciência como certeza), se torna o objeto de interrogação, pois não resta mais nada a salvo, em decorrência da abrangência desta reintegração crítica. Ou é justamente aí que reside o sentido de uma nova missão para a educação, que deve ser pensada, desta vez, numa perspectiva de aparência. Portanto, a partir dessa colocação, a questão da educação deve ser vista numa lógica de contrato social? Um contrato suposto, já que teve a sua base de construção numa comunidade de partilha. O conceito de gestão do conhecimento responde, então, à necessidade de elaborar novos sistemas de legitimidade e de novos sistemas de conhecimento.

Desde que a ciência passou a se constituir, hoje, como o objeto de certa contestação, jamais se deixou de aplicar tantos recursos para a produção de saberes e para a sua transmissão e, entretanto, jamais o equilíbrio entre as nações ou o destino do planeta parecem depender da maneira pela qual os conhecimentos são produzidos e partilhados.

Nós não temos, com esta colocação, a ambição de desconhecer as grandes descobertas, nem mesmo de explorar todos os enigmas de um projeto que se possa assimilar a uma tentativa de conhecimento do conhecimento. Trata-se, antes, de saber qual é o desafio ao qual se está confrontando o sistema educativo, ter a medida das novas relações entre ciência, o público e os « atores econômicos », a fim de melhor discernir as consequências do que está em jogo.

Desde que esta concepção científica do conhecimento tornou-se dominante, a ideia de uma nova política do conhecimento (no sentido de um paradigma de civilização da diversidade) e a de outro modelo societal, em ruptura total com o paradigma econômico se tornou necessária. Ou, tem-se que admitir que todos os planos considerados até aqui, contêm uma visão puramente economicista da educação: Tratam o ensino superior como um bem de mercado e o consideram sob um ângulo de sua visão (utilitarista) no âmbito de uma economia global. Isto parece mais nítido quando se associa de imediato o conhecimento a uma estratégia de competitividade.

Para se compreender a dimensão deste desafio, e apreendendo as evoluções possíveis e sustentáveis, é preciso mostra rapidamente quais são as grandes lógicas de análise e de ação que daí podem ser tiradas.

O sistema educacional (em decorrência, a universidade) não poderá se contentar em operar os reajustes de tipo institucionais, quanto à « nova governança »; todo mundo está de acordo sobre a autonomia necessária das universidades. Mas este princípio pode ser interpretado de maneiras diametralmente opostas. Sobre este ponto, a discussão deve ser largamente aberta, mas obedecer a uma dupla preocupação. De uma parte, é conveniente não confundir autonomia de gestão (principalmente local) e a autonomia científica (indissociável das garantias estatutárias nacionais). De outra parte, para assegurar a vitalidade democrática e científica dos colegiados de professores-pesquisadores que formam a própria Universidade, é indispensável que se concebam as montagens institucionais que assegurem ao corpo universitário os reais contra-poderes face aos reitores da Universidade e aos conselhos de administração.

Não é unicamente repensando o sistema, em termos de concorrência exacerbada (a lógica da « excelência ») que as universidades se tornarão mais eficazes. Reconhecer que as universidades são confrontadas com o imperativo de se adaptarem à diferenciação gradual da oferta e da demanda do conhecimento especializado. Dizendo de outra forma, não é preciso reduzir a educação a termos quantitativos. O exemplo muito eloquente é o da transformação de um grande número de sistemas de ensino superior nacional, caracterizado por uma enorme diversidade, chamado a se tornar um « único mercado educacional europeu », competitivo, o que constitui o principal objetivo de todas as declarações (Declaração de Paris, 1998, Declaração de Bolonha, 1999, Declaração de Lisboa, 2000). Não se trata de provocar as

mudanças teóricas visando constituir o modelo de universidade clássico, mas, de produção de uma metamorfose²³.

Uma história, contada por Morin, já há mais de 30 anos, diz que Ivan Illich teria tido uma ideia muito interessante que pode ser resumida da seguinte forma²⁴. Ele queria pura e simplesmente suprimir o ensino superior. Quando Edgar Morin o reencontrou, pouco antes de sua morte, e lhe pediu um texto sobre a reforma da universidade, ele lhe respondeu com o maior desprezo: « reformar, isso não ! É preciso explodir com a universidade, um ponto é o suficiente!! ». Edgar Morin lhe respondeu « está certo, em certo sentido eu lhe compreendo perfeitamente, mas eu não cheguei ainda a esse ponto de radicalização ». A ideia de Ivan Illich era a de criar um tipo de painel de controle: as pessoas diriam que conhecimentos elas queriam adquirir e se lhes respondiam « eis o ensino mais adequado para isso ».

Sem ir até o ponto de fazer explodir a Universidade, como preconizava Illich, é necessária uma mudança radical de cultura, que deve ser induzida com responsabilidade por um « contrato social ». Não se trata de criar uma nova responsabilidade, mas de progredir até um retorno da responsabilidade.

À guisa de conclusão

A necessidade de uma metamorfose da universidade, que parece anunciada, é inseparável de uma metamorfose da Educação. As universidades europeias viveram desde o fim do século XVIII sob o modelo teórico medieval. Vinda de um país periférico, a Prússia, a reforma promovida por Humboldt provocou a criação de universidades divididas em departamentos, sem comunicação. Ora, é esta universidade que precisa ser metamorfoseada. Mas, para que se consiga isso é necessário desmontar o crescimento do « insignificante » (C. Castoriadis), quer dizer, nós devemos abandonar essa invasão da futilidade que atinge o conjunto da sociedade ocidental.

23. Elimar Pinheiro do Nascimento e Alfredo Pena-Vega (orgs) As novas dimensões da universidade: Interdisciplinaridade, sustentabilidade e inserção social. Editora Garamond, 2012, 177 pages.

24. De uma maneira geral, nas obras de Ivan Illich, mais particularmente « Une société sans école », Illich reclamava a dissolução do monopólio do sistema educacional, ele empregava a mesma palavra disestablishment que designa em inglês , a separação entre a Igreja e o Estado. A idéia defendida por Illich, especialmente em seus livros dos anos 1970 é de que o número de instituições (desde a escola e, em ampliação, até se chegar à universidade) esperaram uma saída, sem a qual elas se tornariam malignas e contraproducentes.

Nós estamos diante de desafios extraordinários, incomensuráveis que nós precisamos levar em consideração. É por este motivo que, sem isto, nós não teremos uma « revolução cognitiva » na educação e nada acontecerá de modo durável. Falar hoje de crise pode parecer pura futilidade, pois, a palavra crise adquiriu um sentido tão geral que parece ultrapassado, e, por consequência, muito pouco útil. Nós queremos, então, restringir a análise da crise, da crise e de suas acepções do conhecimento.

Observa-se vários movimentos de diversificação:

Uma diversificação dos atores da educação

Esta diversificação não se limita somente a uma eventual « privatização » mais ou menos importante do setor educacional. Em vários Estados europeus, atores públicos e privados coexistem, na realidade, já há muito tempo, muitas vezes, do ponto de vista histórico, sob as bases religiosas. Ela garante, neste caso, a evolução dos atores privados, com a presença crescente de atores protegidos por uma lógica comercial, mesmo que isto não seja uma exclusividade. Ela protege ainda o pensamento dos atores de origem « exterior » os estrangeiros, eventualmente, multinacionais (ator de dimensão multinacional). Diante desta realidade, pode-se propor que o ensino e a pesquisa praticados na universidade deveriam se tornar bens comuns. As produções relevantes feitas por eles nas instituições seriam consideradas como objetos não lucrativos.

A diversificação dos atores inclui, igualmente, a produção dos atores públicos, que garantem a certeza da expansão da participação (ou aquilo que se chama muitas vezes, a democratização) da educação, mas, também, da circulação ou da mobilidade crescente dos públicos demandantes (mesmo que esta não deva ser exagerada e deva ser considerada de modo diferenciado, segundo o nível de educação demandado). Atenção à retórica da mobilidade. « Obstáculos não vão faltar, com certeza. Adiá-los é, também, uma forma de por à prova a vontade e a maturidade, o que provoca um risco de diminuição da duração dos estudos, etc. Para sair disso, é preciso querer, realmente. E então?

Isso não é ruim? Ora, hoje, mesmo aqueles que não sentem a menor necessidade nem a menor inveja de participação, tomam partido...*Move baby !!* »²⁵

25. Ver, Michail Maistky, Pirojki à la bolognaise. Le miroir russe de l'université européenne. Multitudes, pag. 100.

Uma diversificação de métodos e meios de educação

Esta diversificação remete não somente àquela dos atores, mas, também, às evoluções tecnológicas que favorecem a circulação de diferentes modelos, às suas virtuais misturas e miscigenações, suas inflexões comuns pelo fato de que uma desmaterialização do saber renova a questão dos meios técnicos, financeiros, mas, também, humanos, de educação.

Uma diversificação dos objetivos

A liberalização, se ela é acompanhada por uma lógica comercial, não atua somente sobre os atores movidos por uma lógica comercial. É preciso lembrar que a educação comporta, desde longas datas, jogos ideológicos ou identitários que contribuem para estruturar o sistema educacional (identidade religiosa, cultural, de língua, de minorias). Este jogo, longe de se reduzir, pelo contrário, se desenvolve.

Se estas diversas tendências podem contribuir para facilitar o acesso à educação e ao crescimento da oferta de educação, elas podem, igualmente, provocar efeitos perversos e suscitar, hipoteticamente, novas questões e novas necessidades.

No meio dessas questões, se encontra, no primeiro plano, a questão do papel do Estado num contexto renovado, sabendo que ele não saberia renunciar às responsabilidades que lhe cabe nem poderia por em dúvida as obrigações internacionais existentes que se lhe impõem, de assegurar o direito à educação, incluindo todas as suas implicações.

BIBLIOGRAFIA

- ARDOINO, Jacques, Les avatars de l'éducation. Problématiques et notions en devenir. Presse Universitaire de France. 2000, 270 p.
- BEAUD, Michel; ENCRENAZ, Pierre; GAUCHET Marcel; VATIN, François; CAILLE Alain. Reformer de l'université. Pourquoi l'enseignement supérieur reste à reconstruire. Edition de la Découverte. 2010, 276 p.
- CROZIER, Michel. Prise de la parole, Revue Communications, n°12, 1968
- DUPUY, Jean Pierre. L'avenir de l'économie. Flammarion, 2012. 269 p.
- HANNOUN, Hubert. Ivan Illich ou l'école sans société. Les éditions ESF. 1973. 175 p.

- MORIN, Edgar. Pour une sociologie de la crise, revue Communications n°12. 1968.
- NARANJO, Claudio. Cambiare l'educazione per cambiare il mondo. Per un'educazione salvifica., Editrice Universitaria Udinese. 2005, 122 p.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. PENA-VEGA, Alfredo. As novas dimensões da universidade. Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Inserção social. Editora Garamond, 2012. 177 p.
- PENA-VEGA, Alfredo Complexidade e Interdisciplinaridade. Realidades e experiências de pesquisa (Editores), Arlindo Philippi Jr. E Antônio J. Silva Neto. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Editora Manole Ltda, 2011. 998p.. Revue Communications, n°12, 1968.
- STEINER, George. Maître et disciplines. Gallimard, 2004. 2004 p.

CAPÍTULO 5

COTIDIANO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Aécio Gomes de Matos

Depois de ter lido os textos dos autores que me antecederam dando uma visão das funções estratégicas de ensino, pesquisa e extensão da universidade pública e sua inserção política e econômica, pretendo agora trazer uma visão do cotidiano dos professores e estudantes diretamente envolvidos neste contexto.

Minhas implicações

Para falar deste cotidiano, gostaria de falar primeiro da minha própria história na relação com a universidade, minhas expectativas iniciais, minha vida de estudante, minhas lides como professor e como pesquisador. Isto pode dar ao leitor uma ideia das minhas implicações e dos possíveis vieses no meu olhar.

Quando vim do Crato, Estado do Ceará, no início dos anos 60, a Universidade estava na minha cabeça como único caminho. Para aqueles que não queriam seguir os negócios do pai como comerciante ou fazendeiro, não havia outra saída. Tentei a escola de cadetes da aeronáutica, mas descobri que era daltônico, não podia pilotar. Ao ser informado do meu desligamento o capitão me sugeriu – *Você poderia ir para o ITA*. (Instituto Tecnológico da Aeronáutica)! Terminei decidindo vir para a Escola de Engenharia de Pernambuco, de velha tradição, desde 1895.

Figuras como os professores Newton Maia, Luiz Freire, Luiz Siqueira, Eliomar Martorelli, Arnaldo Barbalho formavam uma verdadeira aura em torno da “Escola”. Aprendi mais sobre ética, humanismo e política do que sobre engenharia mecânica. A escola de engenharia dividia com as faculdades de Direito e de Medicina a liderança do movimento estudantil no Recife. Ali ganhei consciência política e envolvi-me nas lutas estudantis; primeiro, nos confrontos com a Reitoria pelo aperfeiçoamento do ensino e depois, na luta contra a ditadura. Amarguei um ano e meio de prisão quando perdi um ano do curso. Recomecei o ano seguinte, beneficiado por ordem judicial, assistindo

aulas com a ajuda de colegas de turma que iam me buscar na prisão, em seus carros, sempre escoltado por dois policiais militares armados de fuzil. Mais uma vez a universidade vinha reforçar minhas convicções políticas e éticas, o companheirismo e os compromissos sociais.

A graduação em engenharia me permitiu começar uma vida profissional projetando indústrias, racionalizando seu funcionamento, organizando suas relações de produção. Mas a minha formação política na universidade levou a outros caminhos. Aos pouco comecei a me perguntar se preferia trabalhar com foco nas máquinas ou nas pessoas que as operavam. A decisão foi clara. O que eu tinha aprendido na escola e na vida já me habilitava para trabalhar com processos organizacionais, centrado nas relações interpessoais. O caminho foi rápido, em poucos anos concluí um doutorado em psicologia organizacional, orientando de Max Pagés, um professor revolucionário que articulava psicanálise freudiana com a dialética marxista.

O meu retorno à universidade não foi planejado. Antes de me decidir por fazer uma carreira acadêmica, como professor, eu atuei muito anos como consultor organizacional. Um dia fui convidado para compor o júri de um concurso para professor de psicologia do trabalho na UFPE. Agradei o convite e decidi fazer o concurso, eu mesmo: nove psicólogos e um engenheiro; apenas uma vaga. Passei, fechei meu escritório de consultoria e, em seguida, fui contratado. Era 1991. Começava minha experiência na vida acadêmica.

Essa nova experiência, como professor, na mesma universidade onde me graduei, contrastava com o mito e com as experiências que nos embalava a todos nos anos 60. No meu sentimento, o mundo da academia havia mudado. E continuou mudando cada dia mais rapidamente. Para mim, o compromisso político e o humanismo que caracterizavam a academia da minha vida de estudante foram gradualmente sendo substituídos pela modernização compulsiva, pela especialização em campos cada vez mais isolados, pela competitividade interpessoal com ênfase para a produtividade quantitativa.

Em minha trajetória como professor e como pesquisador, pude sentir que o clima organizacional na universidade tem estado cada dia mais tenso, sobretudo para os professores pesquisadores que precisam demonstrar resultados para os seus currículos Lattes e para os cursos de pós-graduação que participam. Os índices de adoecimento por conta do estresse²⁶ são

26. Mais adiante apresento referências bibliográficas sobre esta questão, que se constata nas

elevados e chegam a justificar afastamentos recorrentes de muitos docentes para tratamento de saúde.

Mesmo aqueles que discordam, em princípio, dos padrões perversos do produtivismo das avaliações, terminam tendo que se submeter sob pena de perderem os financiamentos para suas pesquisas ou serem afastados pelos próprios colegas do corpo docente dos programas de pós-graduação de que participam, como aconteceu recentemente na área de educação.

Eu não fugi muito desse padrão, mas, aos poucos como pesquisador comecei a interessar-me pela vida nas instituições e fui procurando sistematizar as observações do cotidiano com base num referencial científico da análise institucional, com um caráter dialético, sem perder as referências vivas do dia a dia.

Como organizei minha reflexão

O foco das minhas reflexões sobre a universidade pública no Brasil considera que sua missão deveria ser definida como contrapartida ao financiamento público de suas atividades com autonomia de gestão. Procurei entender como essa contrapartida é percebida e exercida no cotidiano da academia. Como os compromissos institucionais da universidade pública com essa contrapartida têm sido percebidos pelos seus professores, pesquisadores e estudantes? Como são definidas as prioridades institucionais, individuais e de grupos? Como se comportam os professores diante dos indicadores de avaliação de desempenho CNPq/CAPES, postos como condição de acesso a bolsas, financiamento das pesquisas e progressão funcional? ... E quando esses indicadores não parecem comprometidos com as causas sociais mais relevantes? Como reagem os professores diante do crescente estresse causado pelo excesso de trabalho induzido por essa avaliação de desempenho?

Na prática, o maior interesse sempre foi saber como essas questões e suas respostas se expressam no cotidiano. Para isso, ouvi e registrei 18 entrevistas abertas com professores universitários de diferentes áreas de conhecimento nas Ciências exatas, ciências sociais e humanas e ciências da saúde. Registrei ainda 10 relatos de situações vividas por estudantes nas suas relações com os professores e as estruturas de gestão da universidade. Neste material se expressam sentimentos e ansiedades, realizações pessoais e

reflexões dos entrevistados na minha pesquisa.

frustrações. Embora o número de entrevistas e relatos seja pequeno, a análise institucional considera que os discursos de professores e estudantes, colhidos individualmente, fazem parte de um amplo discurso coletivo como parte de uma cultura comum. É essa cultura que é, de fato, o objeto de análise.

Com base nesse método, procurei organizar as reflexões em torno de quatro temas complementares: 1º) a universidade e o projeto de sociedade; 2º) a política de financiamento da produção acadêmica; 3º) o poder e a hierarquia na academia; 4º) a gestão e a organização social na universidade.

Nas reflexões sobre cada um desses quatro temas, procurei estabelecer as interdependências dialéticas em busca de uma visão de conjunto para dentro e para fora da universidade, explorando os aspectos institucionais e operativos da vida acadêmica, sem perder de vista as questões subjetivas e os relacionamentos interpessoais que dão vida ao cotidiano.

Espero que as referências introdutórias e os textos que foram apresentados até aqui tenham colocado cada leitor diante do contexto institucional, político e econômico que enquadram o cenário onde se situam os atores da universidade pública, não apenas professores e estudantes, mas todos aqueles que estejam se perguntando sobre as verdadeiras razões pelas quais a sociedade insiste em manter uma universidade pública.

A evolução histórica da academia, suas crises e as reais necessidades do apoio acadêmico a um projeto de desenvolvimento para o País foi o ponto de partida para uma escuta atenta dos que vivem no cotidiano as contradições e as mediações da vida acadêmica. Nesta perspectiva, vou tratar, a seguir, de maneira detalhada, o conteúdo estruturante de cada um dos quatro temas propostos, explorando as hipóteses e questionamentos que orientaram a postura da pesquisa que deu suporte a este texto com base na realidade objetiva e subjetiva que se funda no cotidiano dos entrevistados.

Em cada momento dessas reflexões, procurei trazer trechos das entrevistas e dos relatos colhidos na pesquisa, de maneira a dar uma amostra do nível de diálogo que permitiu formular as análises apresentadas.

1º) TEMA - A UNIVERSIDADE E O PROJETO DE SOCIEDADE

Em primeiro lugar, este tema coloca em debate a existência ou não de um esforço determinado e orientado para o engajamento dos professores e

pesquisadores da universidade pública brasileira, numa reflexão engajada na busca de alternativas para o desenvolvimento da organização social, política e econômica da nossa sociedade. Alternativas de desenvolvimento para a nossa sociedade que contemplem padrões mais efetivos e sustentáveis de democracia, de participação popular, de amplo acesso a serviços públicos de qualidade, de desenvolvimento econômico com padrões dignos de emprego e equidade de renda, alimentação, educação, saúde, moradia.

A ideia de que a universidade deve se limitar ao desenvolvimento da pesquisa básica não se coaduna com as reflexões críticas de intelectuais que defendem a autonomia e os compromissos políticos da academia, como Marilena Chaui (2003), para quem ...

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas.

O paradoxo político da universidade

Observe-se, no contexto histórico que procurei traçar na introdução deste livro, que os caminhos percorridos pelo processo civilizatório nos últimos dois séculos levaram a universidade a identificar seus propósitos em uma encruzilhada que vai do compromisso político humanista e do engajamento no aperfeiçoamento da democracia e das condições socioeconômicas da maioria da população, ao incremento do conhecimento utilitário, com vistas a uma modernização tecnológica e a um crescimento econômico concentrador de renda. Nessa encruzilhada, percebe-se que o mundo universitário vai se estruturando em áreas segmentadas de conhecimento, segundo as determinações de uma sociedade comandada pelo mercado. Suas estruturas têm se organizado como unidades produtivas isoladas em departamentos especializados, em núcleos e grupos de trabalho que orientam seus esforços na busca de padrões quantitativos de eficiência, em relação aos quais são avaliados, qualificados e financiados.

Nas análises aqui apresentadas, ficou-se atento para não perder a perspectiva de que essa trajetória histórica é resultado de escolhas e que não é fruto de um determinismo alheio às condições socioeconômicas, culturais, ideológicas e políticas da sociedade e do próprio contingente de professores de onde saem seus gestores.

Nas entrevistas e depoimentos recolhidos não fica muito claro que os professores e os estudantes têm como uma das suas preocupações relevantes ou tarefas prioritárias, a busca de soluções para os problemas das desigualdades sociais e das carências de grande parte da população. Na prática, fica mais evidente a falta de engajamentos políticos consistentes sobre a utilidade do conhecimento que se produz na academia, em relação ao quadro social degradante que resulta das enormes desigualdades sociais.²⁷

De uma maneira muito genérica, os professores sentem que a universidade, enquanto instituição pública deve uma resposta à sociedade como responsabilidade social.

- A universidade, por ser pública, tem de atender a sociedade, ela não pode ser uma ilha. A universidade não pode estar fechada nela mesma. A gente não pode fazer pesquisa que não tenha uma perspectiva social. E02²⁸

Mas essa consciência crítica sobre o papel e o compromisso político da universidade com o aperfeiçoamento da sociedade que a financia é muito insipiente e só aparece de maneira genérica, como uma ideia ou como algo desejável, mas que não tem muita chance de se concretizar por parecer uma missão quixotesca.

- Eu não vejo o departamento de física, aqui, como sendo o bastião do desenvolvimento da sociedade, em aspectos práticos. E09c

No cotidiano, a forma como se encara essa responsabilidade parece evasiva. Percebe-se o trabalho universitário acima das questões objetivas da sociedade, diferenciando suas funções apenas como retaguarda acadêmica.

27. O Brasil tem a décima-terceira pior distribuição de renda do mundo de acordo com o índice de Gini com renda per capita de US\$ 11.000 segundo <http://agendaglobal21.wordpress.com/tag/coeficiente-de-gini/>

28. Os termos do diálogo com os professores e estudantes estão referidos em cada trecho transcrito pelo número da entrevista (E), do relato (R) ou da observação (O) e a ordem do texto no tema selecionado (letra minúscula).

- Quando você vem me perguntar o que estou fazendo para a sociedade atual, eu digo que a sociedade atual precisa saber usar o que já tá por aí, para acabar com a pobreza, estou colocando assim, porque é uma visão minha que as pessoas vêm muitas vezes me perguntar, mas tá todo mundo passando fome e o que você está fazendo, fica sentadinha estudando. Eu vou ser político se quiser resolver o problema e não ser cientista. E07b

Observa-se aí uma contradição entre um sentimento que reconhece como legítimo o compromisso social da instituição universitária e uma prática limitada a um conhecimento científico puro. Uma forma de mediação desta contradição aparece num discurso defensivo que transfere as responsabilidades de transformações sociais para a própria sociedade ou para o estado.

- As questões de sociedade são questões para o Governo resolver, não são questões da universidade. A universidade já contribuiu demais para o governo, agora, ele precisa usar dessa ciência que já foi realizada. Ensinar a pescar, ensinar a guardar a água quando chove, mas isso já está sabido, não precisa de nenhuma pesquisa. Grande parte dos nossos problemas sociais já é muito bem conhecida, isso é uma questão política, não é uma questão científica, certo? E07a

Neste aspecto a comunidade acadêmica não se difere muito da grande maioria silenciosa da população nas sociedades modernas, onde estamos, todos, prisioneiros de uma lógica individualista, buscando estratégias de sobrevivência.

Tudo indica que a lógica utilitarista que atinge a todos e domina as engrenagens institucionais em todos os espaços da modernidade é também a que modela o mundo acadêmico, inclusive o dos professores que se declaram conscientes do compromisso da universidade pública com a sociedade.

De fato, não aparece nas reflexões dos entrevistados nenhum engajamento político em projetos de pesquisas e/ou em ações extensionistas que visem uma transformação social mais aprofundada, como o aperfeiçoamento do modelo democrático ou redução das desigualdades sociais.

Há que se estar consciente de que, nesta lógica, estamos todos reproduzindo os mesmos vícios sociais que engendram os problemas da nossa sociedade atual. Ouvi de um dos professores mais politizados que conheço na UFPE, o seguinte discurso:

- A universidade quer promover alguns valores, no entanto, nós nos traímos e nos percebemos fazendo, justamente, o que pede o capitalismo: o egoísmo, o individualismo, a produtividade, que é um dos valores mais vividos, mais trazidos, no momento. E você se distancia, cada vez mais dos valores que seriam mais aqueles valores voltados para a solidariedade, para a justiça, para a honestidade, para o bem estar social. E isso, também, é gerador de certa ansiedade, de certa angustia. E13a

A ambiguidade envolvida neste tipo de discurso se reflete até mesmo naqueles que reconhecem a existência de vínculos sociais e políticos da universidade pública com a sociedade e que têm a percepção de um determinismo histórico, não apenas em relação à instituição, mas, sobretudo em relação à sociedade.

- Há uma montagem (que começou muitos anos atrás) de uma visão neoliberal, de uma visão contabilística. Eu acho que houve um desmonte de um modelo ou de uma proposta, pelo menos, não digo de um modelo exercido, mas de uma proposta de uma universidade mais crítica, de uma universidade mais reflexiva, para uma universidade mais pragmática, mais de resultados, digamos. E15a

Esse determinismo sobre o papel e o modelo operativo da universidade é contestado na análise sócio-histórica do processo universitário realizada por Franklin Silva (2006), para quem, muitos estudos sobre a universidade não dão conta do viés que consiste em perceber que o “*percurso histórico que levou a um determinado perfil assumido pela instituição nos tempos atuais, é visto em suas linhas gerais como inevitável, natural e necessário*”. Para este autor, não há como explicar os modelos atuais de universidade como algo inquestionável e a ser aperfeiçoado na mesma linha das escolhas já feitas; a reflexão crítica, o questionamento responsável, próprio da missão universitária precisa ser objeto de análise e de pesquisas. Só assim se poderia por em cheque o atual modelo de universidade.

Na prática, este processo de evolução das universidades não é novo. Basta considerar que as universidades, que em determinado momento sócio-histórico se viam atreladas primordialmente aos estudos teológicos, mudaram seu curso, justamente a partir do espírito crítico que a presidiu como dispositivo de revitalização e transformação.

A aceitação determinística da universidade como ela é hoje, com uma restrita contribuição “científica” para as transformações sociais, termina por legitimar o modelo de academia existente entre nós, caracterizado pela segmentação da estrutura acadêmica e por direcionar o esforço dos professores e pesquisadores para áreas de conhecimento isoladas umas das outras em centros acadêmicos, em departamentos, núcleos, linhas e grupos de pesquisa.

- Então, eu acho que, em alguns setores, a universidade responde à sociedade, agora, ela responde da mesma forma como a sociedade é: desigualmente. E04b

Nesse contexto, as práticas acadêmicas parecem mais focadas em compromissos com grupos de interesses mercadológicos de fora da universidade e pouco assimiláveis ao que estamos chamando aqui de interesses sociais politicamente posicionados.

- No departamento, nós temos vários projetos que envolvem interação com vários agentes econômicos. Exemplo, nós temos um projeto grande em amplificadores óticos com a Ericsson. Nós temos um projeto com a Petrobras. O pessoal de computação científica tem vários projetos relacionados a fluídos em poços de petróleo. E08b/c

Essa percepção do engajamento utilitarista dos professores e da instituição parece ter sido reforçada pela evolução do quadro socioeconômico e político que tem sido avaliado como um momento positivo do País e, em particular, do estado de Pernambuco. Isso leva a universidade a identificar seu propósito como o aperfeiçoamento tecnológico e instrumental, seu objetivo como o incremento do conhecimento *utilitário*, sua missão relacionada à modernização e ao crescimento econômico.

- A universidade deve, no caso da nossa área de desenvolvimento tecnológico, formar recursos humanos capacitados para levar inovação para as empresas. E17

Nesta perspectiva, os próprios professores acham que aquilo que a universidade deve priorizar como retorno à sociedade é formar quadros profissionais para atender as demandas mais evidentes do mercado de trabalho, inclusive aquelas mais tradicionais.

- Nós praticamos uma clínica tradicional, quase do modelo privado, nós trabalhamos, basicamente, com isso... capacitar o aluno pro tipo de atendimento psicoterápico. E15b

Desta forma, se pode explicar a ideia mais ou menos generalizada nas entrevistas de que, embora a universidade defina seu papel na superação do desenvolvimento pelo domínio da racionalidade, com o incremento do conhecimento técnico-científico, sua prática está longe de ter maiores repercussões na sociedade como um todo. Não há dúvida de que os professores sentem que a universidade pública tem um débito para com a sociedade, que espera um retorno considerável dos investimentos realizados com recursos públicos, mas esse sentimento pode ser muito subjetivo. O que fica claro no conjunto dessas análises é que a universidade pública no Brasil não coloca entre as suas prioridades uma reflexão crítica sobre o modelo de sociedade em que vivemos e nem mesmo sobre a sua própria forma de organização acadêmica.

O modelo institucional de universidade pública e o cotidiano

No Brasil, a lei de Diretrizes e Bases da Educação considerou que as Instituições de Ensino Superior têm como objetivos centrais a “criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”, seja numa perspectiva mais pragmática através de cursos de formação e concessão de diplomas profissionais; seja com propósitos mais gerais de incentivar a pesquisa científica e tecnológica voltada para o desenvolvimento do conhecimento sobre o homem e seu meio. Esta lei visa a difusão desse conhecimento e a sua aplicação prática como prestação de serviços e a participação da comunidade em práticas de extensão. Veja-se aí, na ênfase ao pensamento reflexivo sobre o homem e seu meio, uma clara referência ao que estou chamando aqui de “projeto de sociedade”.

Ao se considerar as diretrizes dessa lei, parece no mínimo estranho a falta de um debate mais aprofundado na universidade com foco nas causas

do quadro nefasto das desigualdades sociais. A defasagem entre o que se comprometem as instituições e as práticas do cotidiano nessas mesmas instituições é um dado de realidade que se pode constatar nos depoimentos dos próprios docentes.

- Eu tenho uma opinião muito clara em relação a isso. As questões de sociedade são questões para o Governo resolver, não são questões da universidade. E07a

- A nossa universidade, em particular, ela é completamente vazia disso (da contribuição para compreender o que será a cidade, o que será o meio ambiente) E10a

Neste contexto, os mecanismos de controle institucional e a própria estrutura organizacional da universidade parecem funcionar de maneira eficaz, no sentido de desviar a preocupação do universo acadêmico para atividades com viés funcionalista, em detrimento de um engajamento de professores, pesquisadores e estudantes em projetos mais comprometidos com transformações sociais mais profundas.

As linhas de pesquisa que o departamento tem, ele não nos permite fazer esse tipo de contribuição, E09b

O fato dos professores terem muitas de suas atividades voltadas para a sociedade (qualificação profissional, desenvolvimento tecnológico, ...) pode dar a entender que existe um engajamento social voltado para o desenvolvimento e para o aperfeiçoamento da sociedade, mas na prática a comunidade universitária parece se submeter aos modelos dominantes e sua contribuição vai sempre no sentido de aperfeiçoá-los, mesmo quando no conjunto o sistema social e as estruturas dominantes sejam consideradas injustas e incoerentes com as referências de justiça social.

- Eu acho que ela (a universidade) tem a função de reprodução da sociedade. E03

Pode-se perceber pelas entrevistas que os professores não percebem ou não dão ênfase às diferenças e aos antagonismos entre uma atuação da universidade comprometida com um projeto de justiça social e outra voltada para atender as demandas dos mercados. Os depoimentos parecem indicar um conhecimento genérico das precárias condições de vida da maioria da

população em nosso País, mas apenas como uma situação dada, sobre a qual a universidade nada pode fazer; quando muito pode desenvolver esforços pontuais em áreas específicas; sempre na expectativa de que algo de fora possa assumir esse papel de mudança social profunda: o governo, como já foi dito anteriormente, as organizações da sociedade civil (militantes políticos, ONGs).

- Eu vejo isso (um projeto de futuro para a sociedade brasileira), muito mais nas organizações externas, não governamentais e tal, muito mais preocupadas do que as universidades públicas. Aqui não assisto isso muito não. E11

A universidade e os professores no seu cotidiano vivem assim uma ambivalência; de um lado, discursos politicamente corretos como estão escrito na missão institucional, nas políticas governamentais e nos planos estratégicos de cada instituição; do outro, uma prática conformista e utilitarista, focada nos resultados pontuais de cada área, cada grupo, cada professor. Uma ambivalência típica das sociedades individualistas de lógica liberal, cuja mediação tende a desconsiderar até mesmo os projetos desenvolvimentistas empreendidos no País.

Na prática, a ausência do olhar crítico da universidade sobre muitos desses projetos pode comprometer a qualidade dos resultados, se considerada a hegemonia dos grandes grupos financeiros impõe seus modelos de economia política. Falta na academia o espírito crítico com sensibilidade para uma análise mais aprofundada, inclusive dos problemas e oportunidades que resultam das crises financeiras nacionais e internacionais. Falta contrapor aspectos importantes envolvidos nas decisões políticas como a crescente degradação ambiental e suas consequências sobre condições de vida dignas nas grandes cidades, onde se localiza a maioria dos centros universitários.

O conhecimento como mercadoria

Nada parece justificar a falta de uma contribuição mais organizada da universidade neste debate, por mais que se escrevam artigos e se promovam seminários com olhares segmentados, cada um na sua área. Pensar em alternativas para o modelo social, político e econômico do País parece não motivar os quadros de nossas universidades, mesmo diante da evidente falência dos modelos socialistas e da crescente crise do capitalismo nos países mais

ricos. Os professores não parecem se entusiasmar com uma pauta acadêmica mais integrada que questione a política econômica, buscando alternativas diferenciadas para os modelos tradicionais de desenvolvimento, dos quais Celso Furtado já reclamava na década de sessenta.

Não basta o pânico que se alastra em todo o mundo e que mobiliza os movimentos sociais que se agigantam nos Estados Unidos, na Europa, nos países árabes, ... inclusive no Brasil. Os intelectuais dos grandes centros acadêmicos permanecem isolados em seus nichos de saber.

Na falta de uma crítica mais sistemática sobre a organização e o papel da universidade e do compromisso social da academia, Ahmet Insel (2009) demonstra que o conhecimento vai progressivamente perdendo o *status* de bem comum para se transformar em mercadoria, um recurso econômico valorado segundo sua raridade e sobre o qual vigoram as leis do mercado: direitos de propriedade, valor cotejado pelas escalas de medidas atreladas à economia, índices de produtividade, instâncias de regulação..., tudo muito semelhante aos mercados de transações de bens, serviços ou capital.

Nesta mesma direção, Grégoire Chamayou (2009) chama a atenção para o fato de que na academia moderna envelheceram e perderam sentido os quatro valores fundamentais do *ethos* científico de Merton: o *universalismo*, que respondia pela abrangência e integração dos saberes acadêmicos, o *comunalismo*, que considera a pesquisa como um bem público; o *desinteresse*, assegurando que a pesquisa não visa benefícios dirigidos por interesses particulares; o *ceticismo* organizado, negando a pretensão de controle da verdade. Para esse autor, no momento atual da academia esses valores foram substituídos por virtudes mais práticas como a lógica utilitarista de raízes anglo-americanas, a apropriação privada e concorrencial dos novos conhecimentos originados da pesquisa, a ambição pessoal e o conformismo da maioria.

Em síntese, pelo que pude perceber nas conversas com meus interlocutores com relação a este primeiro tema, parece muito insipiente o engajamento da universidade pública brasileira e dos seus quadros docentes em projetos mais comprometidos com transformações estruturantes da realidade social, política e institucional do País.

Não tenho dúvidas, nesse contexto, da necessidade urgente de uma reflexão política sobre o papel da universidade na redefinição de um modelo de desenvolvimento sustentável e socialmente mais justo, particularmente

num dos raros momentos de inflexão história do modelo de economia, face à crise mundial que se arrasta e se aprofunda há meia década. É o momento de marcar a posição da universidade.

2º) FINANCIAMENTO E PRIORIDADES DA ACADEMIA

Neste tema, o foco é o modelo de financiamento da produção acadêmica no Brasil, considerando a correlação entre o investimento em pesquisa e desenvolvimento e as prioridades estratégicas da universidade pública. Como no tema anterior, serão cotejadas ao mesmo tempo as políticas institucionais, as referenciais teóricas e as reflexões dos agentes envolvidos no cotidiano acadêmico. Pretende-se uma leitura do investimento em pesquisa, não apenas pelo seu viés econômico e modernizador, mas também como um fator determinante dos comportamentos e das relações funcionais no contexto universitário.

Investimento em pesquisa: Estado e mercado

O investimento em pesquisa tem sido liderado em todo o mundo pelas universidades. Desde a metade do século XX a vanguarda científica das universidades dos países capitalistas centrais vem garantindo o controle do desenvolvimento tecnológico que faz a diferença na disputa pelos mercados cada vez mais globalizados.

No Brasil, apesar da falta de engajamento em projetos comprometidos com transformações sociais mais amplas, evidencia-se a compreensão de que a universidade deve procurar desempenhar um papel importante no incremento do conhecimento técnico-científico, no aperfeiçoamento tecnológico e na modernização das estruturas de produção e gestão.

Não obstante, o nosso investimento em pesquisa ainda seja muito incipiente, o Plano de Ação Ciência Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2011, apresentado pelo Governo Federal, previa o incremento dos investimentos em P&D para 1,5% do PIB até 2010. Na prática, até a presente data, apesar do esforço do governo e da iniciativa privada, essa participação tem se limitado a 1,2%, sendo um terço deste valor devido à iniciativa privada. É verdade que as estatais (Petrobras, Eletrobrás), representando uma parte significativa deste investimento privado, terminam sendo investimento governamental.

Conforme se pode observar no Quadro abaixo, os resultados dos investimentos em P&D têm se demonstrado um fator determinante de domínio do poder econômico dos países desenvolvidos. De fato, estes países investem per capita quatro vezes mais do que a média dos países periféricos. Estes investimentos se refletem no número de pesquisadores empregados, uma vez que os países desenvolvidos contam com 85 pesquisadores para cada 10 em atividades nos países periféricos. Tudo isso se reflete diretamente no valor das receitas dos *Royalties*: os países desenvolvidos auferem, em média, receitas per capita num valor 174 vezes superior à média dos países periféricos.

Investimento e rendimento de Pesquisa e Desenvolvimento

Países	Valor de PIB per capita (US\$)	Royalties US\$/capita	Investimento P&D		Pesquisadores por milhão de habitantes
			% do PIB	US\$ per capita	
Japão	31.267,00	138,00	3,1	969,28	5.287
França	30.386,00	97,10	2,2	668,49	3.213
USA	41.890,00	191,00	2,7	1.131,03	4.605
Reino Unido	33.238,00	220,80	1,9	631,52	2.706
Bélgica	32.119,00	106,50	1,9	610,26	3065
Brasil	8.403,00	0,50	1,0	84,03	344
México	10.751,00	0,70	0,4	43,00	268
Argentina	14.280,00	1,40	0,4	57,12	720

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-2008/PNUD (tabela 13, p. 275)

Pesquisa e dependência

A prática de investir em pesquisa e desenvolvimento não apenas cria uma grande desigualdade do nível de desenvolvimento entre os países centrais e os países periféricos, mas projeta essas desigualdades de maneira diferenciada, tanto no retorno sobre o investimento, como na dependência científica e tecnológica. O baixo investimento que se reflete, em primeiro lugar, do reduzido número de pesquisadores em atividade nas universidades dos países periféricos e, em segundo lugar, na baixa produção científica com resultados práticos, também inibe o interesse das grandes corporações empresariais que,

naturalmente, optam pelos centros acadêmicos mais avançados, deixando os países periféricos na dependência do investimento estatal, como é o caso da Brasil.

Este quadro parece se agravar à medida que o modelo de desenvolvimento e as tecnologias adotadas pelos países periféricos são as mesmas dos países centrais. Isto leva tanto à condição da dependência tecnológica como à subordinação financeira. Existe um sentimento muito claro dessa dependência entre os nossos pesquisadores, que terminam lavrando frases de efeito que revelam um sentimento de denúncia difícil de ser menosprezada.

- Eu costumo dizer que talvez fosse melhor os pesquisadores brasileiros já irem trabalhar no exterior, Estados Unidos e Europa, porque nós trabalhamos para eles. E09c

Observe-se que as pesquisas dos países desenvolvidos se refletem nos *Royalties*, enquanto o nosso financiamento científico é predominantemente estatal e, as nossas pesquisas, em vez de se dirigirem para os interesses sociais, terminam sendo apenas subsidiárias ou complementares ao que já foi desenvolvido para o mercado.

Para complicar este quadro, observe-se que no caso do Brasil, historicamente o Estado sempre tem feito opções por políticas desenvolvimentistas voltadas para o mercado, ou seja, articulando o crescimento da economia com os interesses de grandes corporações empresariais. Isto aparece de maneira muito clara, desde Juscelino Kubitschek, passando pelos militares, pelo governo liberal de Fernando Henrique Cardoso e, finalmente, pelos dois governos do PT, partido cuja característica maior era justamente a luta dos trabalhadores por justiça social.

Um aspecto evidente da necessidade de uma intervenção crítica da universidade sobre essas políticas é a falta de uma reflexão mais aprofundada sobre o incentivo que vem sendo dado à indústria automobilística, na contramão de uma política de transportes coletivos, minimamente coerente com os interesses populares. Nesta mesma direção, seria necessário questionar porque o Brasil se tornou o paraíso dos eletrodomésticos, dos fármacos, dos alimentos, dos bancos. Setores dominados pelo capital internacional.

Esse comprometimento com os interesses das grandes corporações, além de contribuir para consolidar o modelo do desenvolvimento dependente,

termina orientando a alocação dos recursos públicos e privados para pesquisa e desenvolvimento em função das mesmas prioridades do mercado, incorporadas como políticas públicas.

As entrevistas revelam que, de fato, existe uma percepção entre os pesquisadores entrevistados quanto a esse viés mercadológico na determinação das políticas públicas sobre as prioridades do financiamento da pesquisa acadêmica.

- A produção científica é muito mais voltada para o mercado.

E01b

Se não bastasse essa orientação maior das políticas de financiamento, os pesquisadores não entendem porque os financiamentos se orientam para a formulação de projetos voltados para temas mais abrangentes de interesse dos setores produtivos, com um viés tipicamente capitalista.

- Na verdade, é uma contradição tão forte, porque a universidade quer promover alguns valores; ela critica o capitalismo, no entanto, nós nos traímos e nos percebemos fazendo, justamente, o que pede o capitalismo. E13a

Este viés se reforça por lógicas de avaliação de produtividade definida pelos órgãos financiadores induzindo os pesquisadores a focar suas prioridades naquilo que reflete a hegemonia das políticas públicas, vistas aqui como “o que pede o capitalismo”, em detrimento de outros nichos de produtividade que não são considerados.

- Sem dúvidas, eu mesmo acho que a CAPES, às vezes, ela esquece que têm nichos produtivos que não são considerados dentro dos critérios dela, então, eu acho que a produtividade, ela é boa, o trabalho em cima de produtividade porque, se não, você passa a não ser respeitado pela sua produtividade com relação a artigos. E19

O que se questiona é: como fugir da lógica produtivista e dependente das políticas de cunho capitalista para focar em nichos produtivos mais consentâneos com uma política desenvolvimentista sustentável comprometida com as prioridades sociais? Como o universo acadêmico, ele também, poderia ser menos dependente?

Hierarquia na academia

Os modelos de gestão das empresas privadas se regem por uma lógica pautada pela produtividade e eficácia econômico-financeira. Por sua vez, as organizações se constituem e são geridas para formular e executar políticas públicas com uma lógica de estado e se organizam tradicionalmente segundo um modelo técnico-burocrático. Por seu turno, as universidades, de maneira muito particular, se ordenam e são geridas por uma mescla de normas burocráticas com o instituto da autonomia universitária garantida pela constituição. Essa mescla cria uma prática muito complexa conjugando hierarquia e méritos que nem sempre têm suas referências internas muito claras.

Essa fórmula de regulação da gestão universitária envolvendo o instituto da autonomia com a hierarquia de cargos, o mérito acadêmico atribuído segundo critérios de produtividade intelectual e o financiamento de projetos, aparece de maneira muito complexa, tanto ao olhar dos modelos de gestão empresarial, como na tradicional subordinação burocrática dos cargos funcionais. No fundo, tudo parece se articular através da ênfase que se dá ao sistema de mérito e ao financiamento dos projetos acadêmicos.

- A universidade trabalha com recursos que são oriundos de órgãos financiadores e os órgãos financiadores criaram critérios. Ou a gente participa desse sistema e obtém o que a gente tem de obter ou, então, a gente vai ter que lutar para que esse sistema melhore, então, tem melhorias a serem feitas. E19

Nesta perspectiva, de uma maneira pouco explorada na literatura ou nas reflexões temáticas no contexto acadêmico, vai ficando evidente na fala das pessoas entrevistadas que, no cotidiano da universidade, existe um sentimento de que os cargos institucionais da hierarquia de gestão têm pouca importância na regulação da vida cotidiana de professores e pesquisadores.

- Aí, eu acho que a estrutura de poder na verdade é muito personalismo. Essa é que é a verdade. Não é a questão da hierarquia universitária, não é a questão de você ter uma chefia ou não, não é essa a questão. E05b

Existe uma prática que parece pouco questionada induzindo cada professor a criar seus próprios espaços, muito frequentemente no interior de grupos articulados, como ambientes privilegiados.

- Se você tem uma boa comunicação com o grupo, as coisas fluem. E02

Na prática, apesar dos preceitos burocráticos das universidades públicas, constitui-se uma organização informal muito poderosa baseada em pequenos grupos que termina determinando os comportamentos individuais por fora dos mecanismos institucionais. As referências burocráticas são úteis para dar unidade a um conjunto de grupos com grande autonomia.

- Porque se você tá esperando que as pessoas façam as coisas por sua livre e espontânea vontade a coletividade tem que ser muito pequena e a coesão tem que ser muito grande, mesmo que Durkheim já esteja assim um tanto quanto morto e sepultado, né? Mas, nesse aspecto eu acho que essa questão demográfica influencia bastante.

Não se questiona a importância e o poder efetivo da estrutura hierarquizada da universidade, onde se instaura o quadro referencial das normas e dos procedimentos institucionais da organização: currículo, pedagogia, calendário letivo, normas burocráticas, atribuições e responsabilidades dos cargos e colegiados. Tudo isso parece muito claro e justificado para os atores envolvidos; tudo parece compreendido sob a égide da racionalidade e da necessidade de estruturas e dispositivos operativos.

- Eu acho que o mundo não funciona se a gente não dá um ordenamento de como as coisas devem ser, de como é que são tomadas as decisões e de quem é que vai colocar em pratica. E05b

O reconhecimento das estruturas institucionalizadas responde pelo lado da burocracia mínima necessária, sem que isso signifique submissão dos grupos ou justifique autoritarismos.

- Nós precisamos de uma organização burocrática a La Weber, pra poder funcionar e isso implica em ter hierarquias de posições sociais, agora, a hierarquia tá posta não significa você humilhar, destratar, negar direitos, surrupiar, porque isso é ser canalha. E05b

A fragilidade e o caráter relativo do poder da estrutura hierárquica da universidade ficam mais evidentes ao se chamar a atenção para a transitoriedade da ocupação dos cargos.

- As pessoas que ocupam os cargos não o fazem de maneira muito definitiva, são muito transitórios. E08

Em outras palavras, tudo funciona como se cada ocupante de cargo relativizasse seu próprio poder ao considerar que os colegas que ele coordena hoje, amanhã podem ser seus coordenadores: todos são iguais; ninguém tem mais poder que o outro. Em outras palavras: amanhã você pode depender do apoio institucional daqueles que hoje dependem de você. Por isso mesmo, todos se consideram iguais; o que conta é a formação acadêmica, não a hierarquia funcional.

- Hoje você já entra igual ao outro, todos já entram com doutorado. Nos últimos dez anos, todos já entram de igual para igual. E15

Não deixa de ser uma maneira utilitarista de entender e praticar a hierarquia funcional na universidade, de maneira diferente da que se verifica, tanto nas organizações públicas, como nas organizações privadas.

Produtividade e hierarquia na academia

Como se viu, as fontes de poder acadêmico são mais diversas de que a hierarquia da estrutura de cargos funcionais. No limite, a incipiente subordinação dos professores e pesquisadores à estrutura hierárquica se articula de maneira recursiva com outras instâncias e outros processos de exercício do poder e de mediação das relações funcionais.

Apareceram novas instâncias na hierarquia entre os pares, relacionadas a indicadores de produtividade, que determinam o status de cada professor no ranking de bolsas e financiamento de projetos. Não se trata apenas do mérito individual; além da produtividade acadêmica de cada um, tudo depende da importância da sua universidade no plano nacional, onde são privilegiados aqueles ligados aos programas de pós-graduação de maior nota e às áreas de atuação mais relevantes para as políticas públicas e para o mercado. Aos professores que não tem doutorado e, portanto, não participam de programas

de pós-graduação e se dedicam apenas ao ensino, restam os degraus mais baixos da hierarquia da academia brasileira.

- Então, antes, se entrava aqui com graduação, com especialização ou, apenas, com mestrado. Hoje em dia, entrar com doutorado é, praticamente, o mínimo. E16a

Esta estrutura de poder que se organiza por fora da hierarquia funcional obedece a uma lógica própria da vida acadêmica e que se constituiu no Brasil há menos de duas décadas, seguindo os modelos do que ocorre nos países mais desenvolvidos. Tudo está baseado em avaliações de desempenho, através de indicadores quantitativos que medem a produtividade de cada professor, de cada programa de pós-graduação e os escalona em níveis hierarquicamente ordenados, referenciando o ranking das universidades, das áreas acadêmicas e de regiões diferenciadas.

O sistema de avaliação de cursos que vem sendo praticado pela CAPES se compõe de 7 níveis, hierarquizando cada curso através de cinco notas que somam 100 pontos: 1º) o corpo docente (peso 30%) priorizando quantidade de doutores (mestres valem menos); 2º) o corpo discente (30%) que considera fundamentalmente a quantidade de teses e dissertações e que depende do tamanho e da tradição do curso); 3º) a produção intelectual (30%) com ênfase para a publicação de artigos em revistas de maior qualificação (QUALIS), cujo acesso é facilitado pela notoriedade do professor, da universidade e do curso; 4º) a inserção social (10%) que procura medir os impactos que a ação do programa têm na formação de quadros profissionais, sua visibilidade e integração com outros programas (maior notoriedade do cursos; maior integração).

Critérios semelhantes funcionam para avaliação dos professores, particularmente aqueles que se candidatam a bolsas da CAPES, valorizando as referências quantitativas com prioridade para a produção intelectual, participação em eventos acadêmicos (congressos, bancas de concurso, mestrado, doutorado, orientações na pós-graduação).

Como se pode ver pelos comentários, esse modelo de avaliação dá acesso aos financiamentos privilegiando os cursos mais tradicionais, maiores e mais bem estruturados; uma tendência clara a consolidar o que já é bom e limitar o desenvolvimento dos mais frágeis.

Existem críticas bem fundamentadas aos critérios quantitativos dessas avaliações, como foi consenso entre professores das universidades federais que participaram do Simpósio de Avaliação Científica na UnB, em 2010. Essas críticas aparecem também em muitos manifestos e artigos publicados, como reporta a síntese apresentada por José Horta (2006), focando a ênfase quantitativa dos critérios de avaliação, assim como suas tendências homogeneizantes, desconsiderando as especificidades das áreas de conhecimento e as diferenças regionais. Tampouco dão conta dos impactos sociais nas diferentes situações da vida nacional, preferindo supervalorizar a inserção em publicações internacionais.

Observa-se que, nesse contexto, nossos professores sentem que para empreender seus projetos de pesquisa, dependem fundamentalmente de sua pontuação nesse sistema de avaliação de produtividade acadêmica, ou seja, precisam aderir a esses critérios quantitativos e se esforçar para publicar artigos em revistas qualificadas, ser convidado para participar de congressos, de bancas, ter um bom número de orientandos bem sucedidos.

- A gente vive atendendo a edital, pra ter financiamento, pra poder fazer pesquisa e continuar ensinando, claro, porque, se não for assim, você fica apenas com a sala de aula e isso meio que vira um desprestígio pra você. E16b

Este condicionamento utilitarista tende a reduzir até mesmo as críticas aos modelos de avaliação.

- Há uma crítica que a gente escuta com frequência nas discussões com outros professores do Brasil, que essa avaliação (da CAPES). Ela tem se concentrado em números, em numerologia de produção e etc. Eu acho que produção é importante, mas fazer escola é mais importante do que produção. E06a

Observa-se até mesmo uma auto-percepção depreciativa de si mesmo, como se a condição humana fosse desprezível.

- Nós somos máquinas de fazer artigos. E11c

Tudo isso se justifica porque, ao aderir a esses modelos de avaliação de produtividade, os professores consideram que, além do status da qualificação acadêmica no quadro dos programas de pós-graduação, sua aplicação repercute

financeiramente na logística e na contratação das equipes auxiliares para seus núcleos de pesquisa. Não é demais considerar que as bolsas de produtividade acessadas com base nessas avaliações reforçam o orçamento pessoal com valores significativos.

- Porque o cara da engenharia, depois de publicar nas suas revistas de nível A, mesmo fazendo programas, projetos que repercutam financeiramente, também, ele pode faturar, digamos assim, dos dois aspectos. E10d

- Isso é complicado, porque há uma exigência, há toda uma cobrança de consolidação da carreira profissional com relação a publicações de artigos. E14

Essas exigências de produtividade e as diretrizes dos editais dominam completamente o cotidiano dos professores que terminam por aderir a projetos, induzidos pela CAPES, realizando pesquisas ou publicando artigos e livros de relevância, nem sempre relevantes para os interesses sociais. Essa adesão se reflete num posicionamento ambíguo com relação ao envolvimento com atividades politicamente comprometidas com as questões sociais e posições humanísticas.

- É um desafio para o pesquisador da UFPE que ele coloque tempo nas questões locais e descubra que essas questões locais podem ter um resultado em nível de excelência, mas pela conjuntura das pós-graduações, das avaliações feitas pela CAPES, isso, praticamente, não é permitido, porque é difícil você arriscar. Você arriscar a pegar um problema local, colocar tempo, colocar investimento, colocar temas, orientação de mestrado e de doutorado, você fica com medo de não resultar numa publicação de uma revista internacional, então, o pesquisador fica entre dois extremos, fica pressionado por dois lados. E06c

A subordinação dos professores aos critérios de produtividade acadêmica independe até mesmo de eventuais posições críticas e questionamentos aos méritos do sistema de avaliação e funciona como dispositivo de conformação e como condição de acesso ao poder e às condições de arbítrio sobre sua vida funcional.

- Ela (a avaliação) tem um componente forte, uma função científica. O que muitos colegas meus são contrários, eu não sei de que outra maneira você pode fazer uma avaliação da produção científica, é muito concentrado na produção científica. E08b

- É uma tensão que é importante de haver, não gostaria de viver sem essa tensão. E08a

Existe de fato uma adesão ao modelo de avaliação de produtividade porque é justamente aí, na capacidade de resposta de cada um aos critérios estabelecidos, que se estabelecem os *status* diferenciados na academia.

Eles sentam e vão produzir, porque eles precisam dar aquela resposta. Isso eu acho uma coisa preocupante, isso é preocupante e tem que ser preocupante. E10b

Aqueles que pertencem às elites da pesquisa científica se diferenciam dos demais, tanto pelo fato de serem bolsistas de produção científica e de terem financiamentos para desenvolver seus projetos e formar suas equipes de estudantes bolsistas, como pelo reconhecimento de suas publicações, convites para participar de congressos, de bancas e receber outras honrarias em situação privilegiada, com relação a outros que simplesmente não têm *status*.

- Professor sênior do CNPq tem mais acesso, tem muito mais recurso. Ele pode ter mais estagiário, ele pode ter mais computadores, ele tem mais recurso. E04.

No final das contas, se estabelece uma hierarquia estruturante da realidade acadêmica, de um lado, os doutores que têm produtividade reconhecida para participar dos programas de pós-graduação e têm financiamento de pesquisa; do outro, aqueles que se dedicam fundamentalmente à atividade docente, sem reconhecimento acadêmico.

- Sim, pela CAPES, eu não tenho reconhecimento nenhum, né? Porque boa parte do que eu faço não conta pra CAPES. Não contam as aulas de extensão que eu dou, não conta eu participar de formação de gestores em políticas públicas na área de gênero, racial, étnica. Não conta uma série de coisas que eu faço, então, do ponto de vista da CAPES, eu, praticamente, não existo, se eu não tiver com produção "qualizada". E05a

Avaliação de produtividade e concorrencial

Com base nas análises aqui apresentadas é possível constatar que a estrutura organizacional da universidade pública no Brasil se desenvolveu no sentido daquilo que Freitag (1995) chamou de universidade operacional. Uma organização que funciona com base nos modelos de “gestão por objetivos”, método de planejamento e gerenciamento desenvolvido para o setor privado, onde existe um único objetivo central que é o lucro. A lógica desse modelo de gestão racionalista é identificar objetivos e metas para todas as atividades que interferiram diretamente no resultado final e, de maneira sequenciada, estabelecer metas de produtividade para cada subunidade de gestão que tenha interferência nos objetivos almejados. Uma vez comprometidas com esses objetivos e com as metas definidas pelas instâncias de regulação, cada unidade e subunidade conta com autonomia operacional sob a égide de avaliações sistemáticas de produtividade e desempenho operacional.

Marilena Chaui (2003) faz a mesma constatação ao considerar que a universidade pública se transforma gradualmente em ...

“... uma força produtiva e, como tal, inserida na lógica do modo de produção capitalista. A ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital. Donde as novas formas de financiamento das pesquisas, a submissão delas às exigências do próprio capital e a transformação da universidade numa organização ou numa entidade operacional.”

No Brasil, embora o sistema de avaliação da CAPES tenha sido implantado em 1976, esta lógica produtivista só é percebida a partir dos anos noventa quando se consolidam os modelos de avaliação com ênfase para os indicadores quantitativos de produtividade.

- Essa estrutura que a gente vive hoje, que publica, tem uma cobrança muito grande de dentro e de fora da instituição, à obtenção de financiamento para a pesquisa de qualquer natureza, seja ela exploratória, aplicada, com projetos de extensão e outras atividades. No período de pós-graduação fora, já vivia essa... o clima já era de extrema neurose. Eu saí do país em 1993 e retornei em 2000, então, em 93, eu não via, eu não assistia isso aqui, ninguém comentava. E11a

Ao constatar nas universidades francesas esse modelo de avaliação quantitativa privilegiando critérios de produtividade com ênfase para as publicações, Grégoire Chamayou (2009) faz uma crítica de maneira satírica, dando alguns “pequenos conselhos” para os professores que queiram incrementar seus índices de produtividade e suas carreiras acadêmicas.

Ele faz uma alusão à *lei de Pareto*, recomendando que o professor considere que 80% da produtividade medida pelos critérios quantitativos na academia vêm apenas de 20% de atividades; justamente aquelas que devem ser priorizadas, esquecendo ou delegando a terceiros os 80% de atividades menos produtivas. Nesta lógica, a publicação de artigos em revistas qualificadas seria a atividade mais importante; investir em ensino nunca seria prioritário, investir em atividades administrativas, seria se deixar “*canibalizar*”. A grande saída é voltar-se pra fora; cargos de gestão, jamais.

Pelo que já vimos até aqui nos depoimentos dos professores, não há dúvidas de que esses “conselhos” têm sido seguidos à risca pelos nossos professores universitários. Na prática, a carreira acadêmica e o acesso ao status que garante financiamentos de pesquisa dependem da prioridade para as atividades que contam para sua classificação nos índices de produtividade da CAPES e de sua disposição para tomar iniciativas e estabelecer alianças com outros pesquisadores e entre núcleos de pesquisa.

Este comportamento não deixa de ser referenciado por um modelo empreendedor, típico da “gestão por objetivos” copiada do mundo dos negócios. A universidade operacional se constitui como um espaço concorrencial, que articula históricos de produtividade, com iniciativas para selecionar projetos de pesquisa em áreas priorizadas pelos órgãos de fomento do Estado ou pelos interesses em P&D da iniciativa privada. Tudo se passa segundo a lógica das economias liberais que se funda na livre iniciativa, no associativismo e na concorrência entre pares. Nossos professores têm uma compreensão muito clara desta situação e da missão da universidade no contexto mercadológico.

- A universidade nasceu num contexto capitalista, ela nasceu voltada pra atender a uma produção tecnológica, a um domínio sobre a natureza. E05

Como se pode ver, políticas de avaliação de desempenho centradas em indicadores de produtividade acadêmica têm relação direta com as prioridades

de financiamento e exercem uma forte pressão sobre os docentes estimulando um grande esforço em busca dos índices elevados por força de publicações em periódicos de maior pontuação. Uma concorrência cada vez maior que termina por modelar os comportamentos concorrenciais.

- Cada vez têm surgido mais dificuldades de publicação, na medida em que os periódicos não estão mais dando conta, além disso, tá havendo um processo de reavaliação, de reclassificação, porque, hoje, não basta apenas publicar, tem que publicar nas revistas certas, nas revistas mais valorizadas e, quando muitas dessas revistas vão atingindo esse critério de excelência, os critérios são mudados para se manter uma classe destacada de revista, então, isso fica complicado. E14

É importante observar que esses comportamentos de adequação das práticas individuais à pressão do sistema de avaliação têm consequências importantes para a vida dos professores. No cotidiano, o compromisso com a produtividade implica numa preocupação constante com o desempenho acadêmico que se traduz em uma carga excessiva de trabalho, com repercussões diretas sobre cada indivíduo e sobre o clima organizacional. Os depoimentos nesse sentido são contundentes.

- A ideia da produtividade tem comprometido e muito a saúde do professor; comprometido em muito a vida pessoal, até da construção de uma família e é o que a gente tem escutado bastante. Professores com câncer: há incidência do câncer, nessa categoria, há incidência de pressão alta, desde muito cedo, por conta de hábitos de vida que não são saudáveis. O espaço de lazer é cada vez mais reduzido, o espaço da sociabilidade. Se você está num universo que é extremamente competitivo, como este daqui, você tem que fazer todo um exercício de resistência pra não entrar na lógica. E16d

- O nível de tensão aqui no departamento de... é altíssimo, altíssimo. Para você ter uma ideia, é um departamento que trabalha 24 horas por dia, 7 dias na semana. Ou seja, o que eu quero dizer é que o nível que o departamento tem, ele é, hoje, à custa de um sacrifício humano muito elevado. E06b

Além da carga de trabalho, há que encontrar mediações também para o relaxamento do compromisso com as causas sociais que justificam a existência das universidades públicas e o comportamento ético da função de professor.

- Você, muitas vezes, quer fazer um trabalho sério, comprometido com o social, mas, em nome da produtividade que você tem que dar, além de gerar um distanciamento dessa real atenção ao social, ainda gera o que eu percebo, hoje, é um adoecimento dos professores. E13a

Paralelamente a essas tensões psíquicas, a excessiva carga de trabalho mobilizada pelas exigências de produtividade termina produzindo um grande imobilismo político dos professores, evitando que as queixas individuais se transformem em formas organizadas de questionamento ou em pressões para mudança.

- Nós estamos numa sociedade cínica que está me incomodando; isso me deixa mal, muito triste, infeliz posso dizer. (...) A saúde mental não é boa, quem tem o mínimo de consciência sabe disso e quem não tem fica reclamando nos corredores diariamente, mas não transforma isso numa crítica, numa ação política, vivemos num estágio de infantilização profunda. E03

Esse sentimento de tensão se reflete não apenas no indivíduo, mas também na qualidade do clima organizacional onde as pessoas andam pisando em ovos com estratégias cuidadosas para administrar e evitar o surgimento de conflitos.

- Muitos conflitos se colocam. Eu acho que, aqui na universidade, o respeito entre os pares você conquista demonstrando, sim, uma habilidade acadêmica, ou seja, pelo conhecimento, mas também ser muito político, ter uma leitura da relação de poder, das relações de força do departamento ou do grupo que você tem. Muitos conflitos se colocam até porque você vai tá negociando espaços, interesses. Pra ficar bem entre os pares, é preciso ser acadêmico e político, articuladamente. E16b

Hierarquia das áreas de conhecimento

De uma maneira mais ampla, existe uma percepção entre os professores que, independente da qualificação formal do docente e do cargo que ocupa, o seu poder na hierarquia acadêmica depende muito do fato de estar ou não participando de um programa de pós-graduação. O status no mundo acadêmico depende muito da área de atuação e da área de especialização do seu departamento.

- Embora eu conheça departamentos que os professores têm mais acesso ao CNPq, professores sêniores do CNPq e eles necessariamente não têm tanta coisa assim, então varia muito de departamento pra departamento. E04

De uma maneira geral, existe uma percepção mais ou menos generalizada entre os professores de que as prioridades de pesquisa são determinadas pelos editais programados em função da influência política dos setores dominantes da sociedade, com interesses direcionados para áreas e linhas de pesquisa específicas.

- A primeira hierarquia é a hierarquia entre áreas, se sabe que é claro o investimento em áreas como ciências naturais, como ciências voltadas para a tecnologia, pra produções materiais, hoje em dia, muitas questões da área de saúde, questões ambientais, nanotecnologia, enfim, toda essa área; além disso, essa hierarquia entre pesquisadores. E16c

Como se vê, o enfoque mercadológico do modelo de organização operativa que se estabeleceu na universidade tende a valorizar sobremaneira as áreas relacionadas aos setores com forte potencial econômico. Por essa razão, aquelas áreas relacionadas às ciências humanas, à filosofia, à educação e às artes são preteridas com relação a outras áreas com respaldo nos mercados mais ativos.

- Você tem cursos que tem muitos recursos, você tem, por exemplo, o departamento de informática, que é um centro riquíssimo, do outro lado você tem o Hospital das Clínicas, a míngua, né? E04

Nesta perspectiva, as pesquisas na área social, que em sua maioria estão vinculadas às ciências humanas, precisam disputar editais universais concorrendo com os demais campos de pesquisa. Os professores das ciências humanas, mesmo reconhecendo a importância de suas contribuições para o equilíbrio das sociedades, não compreendem o privilégio das outras ciências em relação às suas áreas.

- Quer ter uma tecnologia do futuro; uma coisa é as coisas serem diretamente conectadas com a sociedade, elas são importantes, mas você não pode perder o barco das coisas fundamentais, porque se isso morrer, daqui a uns dez anos não teremos mais nada de novo, pra que então o pessoal faz tecnologia se ninguém traz nada de novo. E07d

Um estudo realizado por Sobral (2007) mostra este viés ao constatar que durante muito tempo o país apresenta como prioridade pesquisas relacionadas à tecnologia e à produção industrial, como o setor de desenvolvimento de softwares, medicamentos e de bens de capital.

Confirmando esta tendência de baixa prioridade de financiamento das pesquisas para as áreas das ciências humanas, e até mesmo das suas instalações, o anedotário que circula na Universidade Federal de Pernambuco denomina o conjunto de edifícios onde se instalam os centros de Educação, de Filosofia e Ciências Humanas e o de Artes e Comunicação, como o “*triângulo da miséria*”. Isto considerando a comparação com os centros de Informática, de Tecnologia e Geociências e de Ciências Exatas e da Natureza, estes com recursos diferenciados provenientes de editais específicos e de aportes da iniciativa privada com interesses diretos nas pesquisas. É o caso da Petrobrás e da Ericsson, já referido pelos entrevistados.

Confirmando ainda esse desequilíbrio na proeminência das áreas de atuação na academia brasileira, matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo (32/07/2006), mostra que o maior número de publicações em periódicos especializados é na área de ciências exatas; justamente aquelas que mais contribuem para as atividades industriais. Ora, como já visto anteriormente, mais publicações implica em melhores avaliações e, conseqüentemente, em acesso privilegiado a financiamentos.

Há ainda a considerar, na mesma matéria, a articulação das políticas públicas com os interesses do mercado, constatada pelo crescente número de artigos publicados pela medicina e áreas afins, resultado das fortes pressões realizadas pela CAPES, justamente numa área onde se concentraram fortes investimentos da iniciativa privada: planos de saúde, instalações hospitalares, fármacos.

Hierarquia por região geográfica

Na percepção dos professores, a desigualdade de prioridades para financiamento da pesquisa científica nas universidades públicas estaria também associada à distribuição geográfica.

Cria-se uma hierarquização dentro das próprias federais: as do Sul e as do Norte-nordeste. E04b.

Uma desigualdade que parece reforçada pelos níveis diferenciados de financiamento.

É histórica a desigualdade do financiamento da pesquisa por região, isso, muitas vezes, não é levado em consideração, então, a gente fica remando contra a maré e é isso o que eu tenho observado aqui. E16c

Esse sentimento de impotência para superar as desigualdades regionais termina gerando certa passividade diante de um processo que parece se consolidar de maneira intencional na qualificação de competências diferenciadas para certas universidades, segundo critérios supervenientes das políticas públicas, nem sempre explícitos.

- E eu acho que há uma intenção, sinceramente, de privilegiar alguns centros de Estados diferentes, de regiões diferentes, porque tem a universidade que vai fazer pesquisa e tem a outra que vai dar aula. E04b

Essa tendência de reforçar o que já é bom termina por repercutir na percepção de uma diferença consolidada entre centros universitários considerados mais avançados e outros mais fragilizados. Em outras palavras,

um professor tem mais chances de obter financiamentos quando mais elevado é o status da universidade ao qual está ligado.

Na percepção dos professores entrevistados, identificados como sendo das regiões menos privilegiadas, isso termina assumindo um sentimento de inferioridade hierarquizada, onde termina havendo certa acomodação por se estar numa situação intermediária: nem tão alto, mas nem tão baixo.

- As regiões Sul e Sudeste são privilegiadas. A gente não está em pior situação porque imagino que o Norte está menos privilegiado que o Nordeste.

É importante constatar empiricamente que esses desníveis se refletem também na qualificação profissional e nas estruturas operacionais dos centros universitários federais e estaduais espalhados por todo o País. Só o estado de São Paulo, por exemplo, tem quase a mesma quantidade de doutores atuando em todas as universidades públicas do Nordeste; proporção que pode ser aplicada também ao volume de bolsas e aos financiamentos para pesquisa, já que só os doutores têm acesso a esses recursos.

É importante considerar que, mesmo tendo as mesmas condições de acesso a esses recursos, os pesquisadores das regiões menos favorecidas se sentem preteridos com relação aos de outras regiões.

- Há uma hierarquia entre pesquisadores e na aplicação de recursos por região. E16a

É claro que neste contexto, para qualificar-se e ter acesso às fontes de financiamento de pesquisa, cada pesquisador nordestino vai desenvolver e propor projetos de pesquisa atendendo o mais fielmente possível os critérios de prioridade, em áreas que sejam compatíveis com os interesses do mercado e buscando associação com pesquisadores das universidades mais qualificadas, quase sempre do Sudeste. Uma nova face da hierarquia e da dependência.

Hierarquia entre ensino, pesquisa e extensão

Os privilégios regionais e das áreas de conhecimento na alocação de recursos nas universidades públicas no Brasil, são sobrepostos pelo

desbalanceamento do valor atribuído nas avaliações de desempenho às atividades de ensino, pesquisa e extensão, que constituem funções fundamentais da academia. Como se viu acima existe um sentimento entre os entrevistados que “*tem a universidade que vai fazer pesquisa e tem a outra que vai dar aula. E04b*”.

A pesquisa

Toda a comunidade universitária percebe que as maiores prioridades estão associadas à pesquisa científica em torno da qual se constitui a elite acadêmica formada pelos professores ligados aos programas de pós-graduação. As atividades associadas à graduação, como tarefas obrigatórias da função docente, não têm praticamente nenhum peso na avaliação da produtividade acadêmica, nem na hierarquia.

Os entrevistados entendem que o sistema de avaliação de produtividade acadêmica direciona a alocação do tempo de trabalho dos professores, priorizando a atividade de pesquisa como base para a publicação de artigos em jornais indexados. Esta sinalização termina por impor ritmos de trabalho desbalanceados, deixando os professores da pós-graduação sobrecarregados, acumulando atividades de ensino na graduação e na pós-graduação; orientação de mestrandos e doutorandos; participação em bancas de concursos públicos e de pós-graduação; atividades de pesquisa (coordenação de equipe, campo e relatórios), publicação de artigos e capítulos de livros, participação em congressos, em colegiados acadêmicos, conselhos editoriais,... Vivem nos limites de suas forças sob forte pressão das demandas de produtividade; sempre sob ameaça de não corresponder ao que se espera da sua condição de elite acadêmica, particularmente no que se refere às publicações.

- Você fica com medo de (a pesquisa) não resultar numa publicação de uma revista. E06c

É importante considerar que, apesar do estresse causado pela carga de trabalho e, em particular, pelas atividades ligadas à pesquisa e às publicações qualificadas, os professores se sentem mobilizados com essas condições de trabalho e o status que lhes permite conquistar.

- Eu vejo isso é um ponto positivo, um ponto guia, uma meta que a gente tem que atingir por publicação. Tem que ter uma meta, felizmente ou infelizmente, a gente vê que o nível de artigos

publicados tem crescido muito no Brasil, isso existe, isso é uma demonstração de que o país está contribuindo para a ciência e para o engrandecimento do conhecimento, isso é uma coisa boa e interessante, eu não vejo isso de uma forma negativa. E18

Este direcionamento do esforço do professor para pesquisa e consequente publicação de artigos termina se transformando numa cultura dominante e se justifica por ser considerada uma grande contribuição do mundo acadêmico para a ciência, para o País e para a geração de novos conhecimentos; o que por si já parece justificar a prioridade da atividade de pesquisa sobre as demais.

Convém remarcar aqui que os professores, mesmos estando motivados para produzir, se sentem manipulados pela forma como seus escritos são avaliados pelas revistas, uma vez que os critérios são arbitrários e podem mudar ao sabor de interesses conjunturais.

- Além disso, tá havendo um processo de reavaliação, de reclassificação, porque, hoje, não basta apenas publicar, tem que publicar nas revistas certas, nas revistas mais valorizadas e, quando muitas dessas revistas vão atingindo esse critério de excelência, os critérios são mudados para se manter uma classe destacada de revista, então, isso fica complicado. E14

Registre-se aqui que a pressão para aumentar o número de publicações atendendo a esses critérios arbitrários reflete, em última instância, o poder discricionário das editorias das revistas com respaldo dos programas de fomento. O crescente controle exercido por esses órgãos sobre os Programas de Pós-Graduação e o incentivo para que os professores ampliem o número de publicações desencadeou uma verdadeira corrida aos periódicos, principalmente aqueles classificados como QUALIS A²⁹.

- Há uma exigência, uma cobrança de todo um processo de consolidação da carreira profissional com relação a publicações de artigos, mas, cada vez têm surgido mais dificuldades de publicação, na medida em que os periódicos não estão mais dando conta. E14

29. O Qualis constitui-se num sistema de avaliação de periódicos, mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Brasil. As revistas podem ser classificadas como A1, A2, B1 ... B5 e C.

Observe-se que esse esforço se justifica, inclusive pelos interesses diretos de cada professor de atender os requisitos necessários para incrementar suas carreiras profissionais. Considere-se que o excesso de trabalho e a pressão para aumentar a produtividade afeta a vida pessoal dos professores com muita tensão e ocorrência de situações de estresse e de adoecimento³⁰.

- É uma transmissão de tensão, você tem que produzir muito, então a máquina tem que estar azeitada. Tem que responder rápido. Não tem condições de fazer todas as tarefas, os funcionários precisam colaborar e aí o nível de exigência é elevado. E06

Esta pressão pela produtividade medida por indicadores quantitativos acaba esbarrando em algumas questões éticas como o aumento do número de publicações em detrimento da qualidade.

- Não tenho medo de dizer minha opinião, eu sei que sou contra a correnteza. Eu acho que hoje está se privilegiando muito o critério “numerológico”, em detrimento da qualidade da pesquisa. E09a

Entra aqui em questão um viés importante do poder discricionário dos órgãos de fomento e seus editais direcionados para tipos específicos de projetos de pesquisa. Na prática, os professores não têm muitas alternativas, além de se alinhar aos editais, o que termina por negar a proclamada autonomia universitária, que é um dos ideários que fundamenta a Universidade Pública.

- A gente vive atendendo a edital, pra ter financiamento, pra poder fazer pesquisa e continuar ensinando, claro, mas, podendo fazer pesquisa, porque, se não for assim, é como se você fica apenas com a sala de aula e isso meio que vira um desprestígio pra você. E16b

A articulação CNPq/CAPES termina assim se transformando numa agência controladora, limitando a autonomia dos professores com relação aos seus interesses acadêmicos e aos seus possíveis compromissos políticos com projetos de interesse social.

30. Segundo **Maria de Fátima Lima e Dario de Oliveira Lima-Filho**: sob o efeito das novas ordenações assumidas pelo Estado brasileiro e da adoção feita pela estratégia neoliberal, desencadeou-se um processo de sobrecarga e falta de condições de trabalho que tem acarretando sérias consequências para a saúde do professor, principalmente a exaustão emocional e física.

Esse controle tem como repercussão direta a falta de prioridade dos professores para atividades que pontuam menos na contabilidade dos indicadores de produtividade que são, justamente, ensino, extensão, gestão. Desta forma, pressionados pelos indicadores de produtividade da CAPES os professores tendem a sobrevalorizar as atividades de pesquisa e, em particular, a publicação de artigos e livros a ela associados.

O ensino

Por mais que nos dias de hoje a pesquisa e as suas publicações despontem como a atividade mais investida pelos professores, resultado da indução e da pressão dos órgãos de fomento e de suas avaliações, o ensino é indiscutivelmente a atividade fundadora da escola, desde o ensino fundamental, até à formação superior e à pós-graduação.

Segundo destaca Pierre Bourdieu (1978/1989) na sua grande contribuição à sociologia da educação, a função central do ensino, em todos os níveis, é a de reproduzir os sistemas sociais, garantindo a estabilidade e a funcionalidade das instituições. Assim, a transmissão de conhecimento pelo ensino se impõe nas sociedades modernas como meio para condicionar os indivíduos e as classes sociais aos seus papéis na dinâmica de uma sociedade, nos costumes, na observância das instituições, na integração ao sistema produtivo. A educação tem, pois, a função de viabilizar e legitimar a reprodução da sociedade, funcionando como dispositivo de regulação. Esta responsabilidade é sentida pelos professores.

- A gente tenta ser o mais fiel possível aos nossos valores na formação dos próprios alunos. A sociedade espera que você devolva a ela pessoas capacitadas, pessoas qualificadas e para você fazer isso, você precisa de uma dedicação muito grande, você precisa estar inteiro no que você faz. E13b

Esse discurso parece refletir uma posição que coloca o ensino como a mais elevada prioridade da universidade, como parte do sistema de educação. Mas, como já se viu, não tem sido essa a prática dos professores universitários que têm privilegiado a atividade de pesquisa e a publicação de artigos acadêmicos em detrimento das atividades de ensino.

De fato, o ensino não é a prioridade central na universidade, mesmo nas regiões onde a educação tem os índices mais precários de aprendizagem.

- Como é que se trabalha tanto com questões da aprendizagem e nós continuamos aqui, no Nordeste, numa posição tão desqualificada? Nós temos alunos despreparados, professores despreparados; então, qual é o papel da universidade, qual a contribuição que a universidade tá dando pra melhorar a qualidade de ensino? O índice de aprendizagem tá cada vez mais baixo. E13c

Na prática, os professores estão obrigados a oferecer apenas 10 horas de aula por semana (duas disciplinas), a metade exigida daqueles professores que não são pesquisadores. Considere-se ainda que, só a metade dessa carga horária de aulas precisaria estar ligada aos cursos de graduação, a outra metade é para a pós-graduação. Tudo parece mais importante do que dar aula.

- Isso eu acho um absurdo! Pronto! Isso eu acho uma mercantilização da universidade. Você virou uma pontuação e o que eu acho mais grave disso é o seguinte: é que você coloca isso como uma coisa mais importante em vez das aulas, da formação dos alunos. E04a

Escutei muitos comentários não registrados nas entrevistas que alguns professores com pós-doutorado têm se recusado a dar aulas na graduação, se limitando a oferecer uma disciplina por semestre na pós-graduação, já que teriam coisas mais importantes para fazer com o tempo que lhe sobra das atividades mais nobres; só orientando doutorandos e mestrandos já completaria sua carga horária.

- A gente está, cada vez mais, assim, distanciado, com pouco tempo pra dedicar pra sala de aula. E16a

Apesar disso tudo, é importante registrar que, mesmo aderindo às políticas produtivistas impostas pela CAPES, como condição de êxito na carreira acadêmica, os docentes têm uma percepção clara de que isto vem em prejuízo da prioridade essencial da função básica do docente e da universidade.

- Agora, a gente está muito a reboque de toda uma política de produção, que dá impressão de que, por exemplo, tarefas como a sala de aula, o ensino, que é uma tarefa, por excelência, do professor. Se a gente tiver fora daqui, a gente pode fazer pesquisa, pode fazer intervenção, mas se a gente estiver fora daqui, no sentido restrito da universidade, onde é que se ensina? E16a

Desenvolve-se, assim, um sentimento mais ou menos generalizado, inclusive entre os professores da pós-graduação, de que o ensino tem sido sacrificado, tanto em termos de qualidade como de quantidade de aulas.

- Então, eu acho que o lado ensino, pelo menos na UFPE, tem sido deixado de lado com mais ênfase à pesquisa. E06b

Mesmos sendo conscientes da responsabilidade da universidade com a atividade de ensino, inclusive com a formação de professores para atuar em outros níveis do sistema de educação, há um sentimento generalizado de que a contribuição da universidade para as atividades de ensino tem sido muito limitada.

- Qual a contribuição que a universidade tá dando pra melhorar a qualidade de ensino? Cada vez mais, o índice de aprendizagem tá mais baixo. E13c

Mesmo dentro dos quadros do ensino universitário, há razões para se questionar a política de educação e a racionalidade da gestão por metas que procuram aumentar o número de diplomados nas graduações e nas pós-graduações, induzindo a simplificação dos currículos e a abreviação dos cursos de formação.

Para Marilene Chauí (2003), esse modelo de gestão da universidade pública no Brasil tende a reduzir a qualidade do ensino tanto na graduação, como na pós-graduação. Para ela ...

- “A compressão espaço-temporal produz efeitos também nas universidades: diminuição do tempo de graduação e pós-graduação, do tempo para realização de dissertações de mestrado e teses de doutorado. A velocidade faz com que, no plano da docência, as disciplinas abandonem, cada vez mais, a necessidade de transmitir aos estudantes suas próprias histórias, o conhecimento de seus clássicos, as questões que lhes deram nascimento e as transformações dessas questões. Em outras palavras: a absorção do espaço-tempo do capital financeiro e do mercado da moda conduzem ao abandono do núcleo fundamental do trabalho universitário, qual seja, a formação.”

A extensão.

Como as atividades de ensino, as de extensão também fazem parte das atribuições funcionais dos professores. No primeiro caso, é uma obrigação institucional da função e dificilmente pode ser descartada; no segundo, é percebida como um compromisso ético de contribuir para a sociedade.

A universidade sempre teve um compromisso com a sociedade através do projeto de extensão. E18

A extensão é uma atividade que tem uma presença significativa para alguns professores, mesmo se os projetos não pareçam mais claros e significativos para todos.

- O papel social eu conheço pouco, sei que tem professores nesse centro que têm trabalhos de extensão: fazer treinamento de informática em comunidades carentes. Eu acho que são trabalhos, projetos contínuos, basicamente, todo semestre tem trabalho desse tipo. E17a

Além do caráter ético e do engajamento político dos próprios professores, as atividades de extensão parecem ter um significativo apelo institucional, embora não mobilize a todos e dependam da iniciativa de cada um. Em alguns casos, os projetos de extensão são da própria universidade que impõe o engajamento de áreas específicas, inclusive com aportes financeiros significativos.

O NTI ele é um órgão de oferta de serviços para a universidade, de infraestrutura de TI e IC, comunicação, também; nós não somos um órgão que só faz pesquisas, nós temos trabalhado extensionista em alguns projetos sociais da universidade, através de capacitações, com ferramentas de TI. E19

Nem sempre esses projetos são motivados por compromissos políticos dos professores com um público interessado. Em muitas situações, a extensão é determinada por interesses governamentais ou por demandas da própria gestão da universidade. Neste caso, a extensão vira um serviço prestado ao Estado e financiado com recursos públicos.

- Às vezes, são projetos não exclusivos da universidade, são projetos de governo de Estado, de municípios, de governo federal,

que nós participamos na parte que cabe a TI. Não são projetos nossos, são projetos extensionistas da universidade, que nós participamos. É claro que a gente não olha só para fora, então, não fazemos extensão, nós participamos da capacitação do pessoal da própria universidade. E19

Apesar do engajamento institucional da universidade em projetos de extensão reconhecidos como obrigação dos professores, esta atividade não recebe a mesma atenção que a pesquisa no cotidiano da academia. A maioria dos professores parece ter informações muito vagas sobre as atividades de extensão; muitos não estão engajados em nenhuma ação extensionista, mesmo nos centros e departamentos que recebem pressão da Reitoria.

- Vem a pressão da UFPE, que quer que todo professor esteja engajado em educação, em pesquisas e extensão. A extensão é você levar a universidade pra sociedade. Então, isso é parte de uma das obrigações e todo professor tem que está engajado nestas três frentes. Eu sei que tem projetos de extensão aqui, mas, eu ainda não entrei em nenhum deles, então, não sei detalhes. E17a

É importante considerar que, na mesma lógica da falta de prioridade para as atividades de ensino, as atividades de extensão têm peso insignificante nos critérios de avaliação CNPq/LATTES. Fazem parte dos 10% que a avaliação dos cursos aloca para impactos sociais, onde divide espaço com todas as atividades de interação e difusão, inclusive a inserção internacional. Isto coloca a extensão fora das prioridades dos professores, particularmente daqueles professores doutores que estão mais engajados em pesquisa, dependentes que são das avaliações de produtividade da CAPES. Com isto, os programas de extensão terminam sensibilizando mais aqueles professores que estão fora dos programas de pós-graduação e que não participam de projetos de pesquisa.

É claro que tudo isso tem importantes implicações na constatada falta de engajamento da universidade com um projeto de sociedade comprometido com premissas de justiça social, com a redução das desigualdades sociais, com o nivelamento regional da produção e difusão de conhecimentos de ponta. As contradições e mediações que resultam no modelo de universidade que se vivencia hoje no Brasil, envolvem um engenhoso sistema de produção de sentidos e engajamentos induzidos que se baseiam em referências e critérios

arbitrados pelos interesses da política econômica e pelas disputas por status e progressão funcional.

Os ideais republicanos

Olhando para este quadro hierarquizado, concorrencial e controlado, onde se constitui o cotidiano dos professores das universidades brasileiras, pode-se sentir que os ideais republicanos parecem ter sido relegados a uma referência muito distante e pouco lembrada. Ninguém desconhece as diferenças de “classes sociais” entre uma elite de doutores e aqueles que não são doutores; entre as universidades mais prestigiadas e as outras; entre áreas, linhas de pesquisas, departamentos e centros acadêmicos, que permeiam todo o sistema de ensino superior do País. Em nome do reconhecimento, do mérito e da produtividade, estamos todos posicionados numa hierarquia de prestígio e reconhecimento que tanto mobiliza como incomoda a todos e chega a adoecer muitos.

Ninguém questiona, tampouco, a importância de uma avaliação de desempenho, nem o peso dela sobre a motivação das pessoas. O que parece incomodar os professores é o caráter arbitrário dos critérios dessas avaliações e a exacerbação dos seus efeitos sobre os destinos do trabalho acadêmico; sobre a vida profissional de cada um, sobre o clima organizacional pautado pelo individualismo e pela concorrência; sobre os níveis de tensão na vida dos professores; sobre o compromisso e, até mesmo, sobre a qualidade e a utilidade de grande parte dos trabalhos acadêmicos que são produzidos e publicados.

Na prática, é como se a universidade pública tivesse abandonado os ideais republicanos que motivaram sua criação e a sua autonomia, por uma lógica pautada apenas pelo caráter operativo e pelos princípios da livre iniciativa, regulando-se por mecanismos de mercado e pelo individualismo metodológico.

Mais uma vez, não tenho dúvidas da necessidade urgente de ampliar e aprofundar uma reflexão coletiva sobre o caráter perverso do modelo de fomento da atividade acadêmica no Brasil, a começar pelos critérios de acesso baseados em avaliações quantitativas homogeneizantes que só aprofundam os desequilíbrios entre áreas, entre centros acadêmicos, entre uma elite e o resto dos professores.

3º) TEMA: GESTÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA UNIVERSIDADE

O artigo 207 da Constituição estabelece que as organizações públicas e privadas que se dediquem às atividades de ensino, pesquisa e extensão, registradas em regime jurídico específico de universidade, terão autonomia universitária para definir seus currículos; criar cursos de graduação, pós-graduação e extensão; estabelecer suas prioridades, suas linhas de pesquisa e decidir sobre financiamento, gestão financeira e patrimonial dos recursos. Poderão ainda estabelecer seus estatutos, suas estruturas administrativas e processo organizacionais. Esta autonomia não significa que os professores, os funcionários administrativos e os estudantes têm inteira liberdade de fazer qualquer coisa que decidirem internamente. Trata-se de um dispositivo constitucional que visa, sobretudo, garantir a liberdade intelectual e uma dinâmica de adequação das universidades às condições mais apropriadas para eficácia e efetividade das políticas educacionais, de pesquisa e de difusão de conhecimentos.

De fato, esse estatuto termina por garantir um importante espaço democrático de autonomia administrativa em todos os níveis da vida acadêmica através de colegiados que se estabelecem nos cursos, nos departamentos, nos centros acadêmicos, nas pró-reitorias e na própria reitoria.

- O departamento tem uma tradição democrática muito forte; tudo é discutido em reunião do pleno, algumas pessoas não ficam sempre satisfeitas, mas, tudo é votado. E08

É verdade que existe autonomia desses colegiados para tomar suas próprias decisões em termos administrativos, não interferindo na autonomia de cátedra, onde cada professor pode desenvolver as disciplinas que lhes são atribuídas, segundo suas competências.

A autonomia dos professores

Autonomia dos professores é limitada apenas pela obrigação de cumprimento de ementas aprovadas pelo colegiado de coordenação do curso e pelo colegiado do departamento. Essas ementas não são atualizadas com a dinâmica dos cursos, mas podem ser ajustadas nos programas anuais de ensino que cada professor encaminha no início do semestre para “controle” da

coordenação do curso. Na prática, as ementas são referências muito amplas que permitem a cada professor a liberdade de definir seus programas de trabalho anuais sem feri-las.

Registre-se que nos depoimentos foram relatadas situações onde os professores se sentem completamente livres para arbitrar programas de trabalho em função dos seus próprios interesses e linhas teóricas. Há até mesmo casos exemplares onde o professor nem sequer segue a ementa oficial da disciplina, mesmo quando os estudantes reagem.

- Em nossa busca por cumprir a ementa da disciplina (XX-2) descobrimos que as pessoas que estavam cursando a disciplina de XX-1, estavam também estudando os mesmos assuntos e que quase todos os textos das duas disciplinas eram comuns. Foi revoltante ver como estávamos à mercê das necessidades e desejos de cada professor. R03

Este arbítrio não parece ter limites muito precisos, mesmo quando denunciado às instâncias institucionais. Veja-se a impotência dos estudantes que constataram irregularidade na observância de ementas e foram reclamar à coordenação do curso.

- Decidimos ir à coordenação do curso e conversar sobre a nossa situação. Fomos atentamente ouvidos, porém nada foi resolvido sobre a questão. Outras iniciativas, individuais e em pequenos grupos, de reivindicação junto à coordenação do curso foram realizadas, porém nunca houve resposta. Ficamos muito decepcionados com o descaso da coordenação do curso diante de nossas necessidades e o sentimento de impotência era inevitável. R03

É fato que a capacidade de organização do corpo discente para reivindicar suas prerrogativas parece muito frágil na universidade pública, diferentemente do eu mesmo vivi na minha época de estudante nos anos da ditadura militar. Os professores são, assim, senhores dos seus espaços, sem dispositivos minimamente efetivos de controle, a não ser pelo sistema de avaliação de produtividade já referido anteriormente. A autonomia vira liberdade de se fazer o que quer, contrariando o próprio preceito constitucional.

Quanto à capacidade de organização dos professores, a história tem demonstrado uma grande desmobilização, que não deixa de ser coerente com a cultura individualista instalada pelo modelo operativo e concorrencial que tomou conta gradualmente da Universidade, a partir dos anos noventa, conforme já me referi anteriormente. Há que se avaliar, ainda, a greve geral de 2012, considerando, de um lado, suas dimensões e a sua capacidade de pressão sobre o governo; do outro, as características do movimento que se estrutura fundamentalmente pela imobilidade passiva da maioria dos professores, com assembleias gerais de baixa representatividade (10% dos associados de uma organização sindical garantem quorum para votar e tomar decisões, como decretar greve).

- Coesão discente, que eu acho que não existe mais. Coesão dos docentes, eu acho que caminhamos para a individualização. É difícil fazer coisas em rede, eu participei duas vezes, uma era do país todo, outra era só do Nordeste. A que era do Nordeste deu muito certo. A do país todo, nós fomos completamente marginalizados aqui, pelo Sudeste. Dentro aqui, eu acho que já se foi mais grupo do que é hoje. Eu acho que o sindicato foi mais forte do que é hoje. E11

Há, por outro lado, uma tendência gregária entre os professores, que parece funcionar como dispositivo de defesa das prerrogativas individuais neste ambiente, atravessado, de um lado, por uma liberdade de fazer o que é mais conveniente para cada um; do outro, por uma crescente concorrência entre pares na disputa pelos espaços da hierarquia da avaliação acadêmica. Caracteriza-se aí uma situação típica dos sistemas de livre iniciativa, onde cada um defende seus próprios interesses em contraposição a outros com as mesmas prerrogativas, se associando da forma mais conveniente para os interesses individuais de cada um dos envolvidos.

Esse movimento gregário se expressa na universidade pela formação de grupos alinhados por atividades afins ou complementares e por alianças táticas situacionais em torno de temas do cotidiano. Em decorrência desse movimento, paralelamente à estrutura formal da universidade, se constituem pequenos grupos de professores com interesses comuns, em instâncias isoladas e concorrentes entre si. Não dá pra ficar sozinho em um mundo concorrencial como este. Na medida das conveniências, muitos desses conjuntos e

subconjuntos se aliam em defesa de seus interesses, como ocorre nas relações de mercado.

- Quem for independente está condenado ao ostracismo e ao isolamento. Aqui nesse departamento é assim. Se você tem suas próprias ideias a tendência é você se isolar, então a relação de poder é essa, aos amigos tudo e aos inimigos a lei. Eu vejo dessa maneira, não é só o departamento, não, a UFPE é assim, o estado de Pernambuco, a sociedade pernambucana é assim. O departamento reproduz as mazelas da sociedade pernambucana. E09

Muitos depoimentos revelam ambiguidades entre essas estruturas e movimentos coletivos e as tendências individualistas. Ambiguidades que reforçam a ideia de que o cotidiano da universidade é sobrecarregado de tensões para a comunidade acadêmica.

- Eu tive algumas dificuldades quando eu entrei aqui com as questões de poder. Humildade não é adjetivo acadêmico; percepção, inveja..., esses são adjetivos acadêmicos. E01

Existem tensões; deixou de haver, de fato, um pensamento coletivo, o departamento, hoje, é fracionado. E05b

Observe-se, ao mesmo tempo, que esses processos caracterizam dois movimentos contraditórios do ambiente universitário. De um lado, a autonomia acadêmica concebida como dispositivo para proteger a livre construção do conhecimento e que termina por se transformar num forte dispositivo de dispersão: cada um é livre para ensinar e pesquisar o que lhe aprouver.

Por outro, o movimento concorrencial na disputa de recursos e espaços protegidos, que limita os espaços dos projetos individuais e termina por gerar grupos e outras formas de corporações, visando à autoproteção como espaço de sobrevivência no cotidiano acadêmico. Em síntese, a vida na universidade é, de um lado, cada um por si na busca de recursos e espaços institucionais; do outro, as alianças conjunturais garantindo a sobrevivência e ampliando os espaços de autonomia numa guerra de muitos “inimigos”.

- Departamento desunido, jogos de poder (menos jogo de verdade) que foi se estruturando. São relações de poder cada vez mais acirradas. E05a

Desta forma, a desejada integração dos conhecimentos, que foi um dos pressupostos explícitos na Reforma Universitária de 1968, vai ficando só no discurso institucional, enquanto a prática de autonomização das áreas especializadas termina transformando a universidade numa grande colcha de retalhos, onde cada área, cada grupo, cada indivíduo encontra os espaços mais adequados para seus projetos individuais e para construir suas vidas acadêmicas, segundo seus próprios saberes, seus próprios critérios, sem muitos compromissos com um conhecimento humanizado.

Em muitos casos essas estratégias individuais, quando se vêm limitadas as chances de ascensão na carreira acadêmica, fazem opções que terminam por minimizar a contribuição à universidade e buscam alternativas de vida desconsiderando a importância das avaliações de produtividade, algumas vezes buscando alternativa de atividades fora da universidade, como consultorias, parcerias privadas, cargos governamentais. Cumpridas as obrigações legais, como as aulas e a presença nas horas obrigatórias, cada um cuida da sua vida.

- Hoje nós estamos numa era de mediocratização, pessoas medíocres que só se preocupam com o ponto, que não tem nada a dar, minha leitura é extremamente negativa. E03

Mas nem tudo é tão negativo na percepção dos professores. É importante remarcar que, enquanto este movimento que articula a segmentação, a concorrência e o isolamento parecem ser dominantes no conjunto da universidade, eles podem ser identificados, mesmo como referência exemplar, alguns raros movimentos de integração, que se tornam motivo de orgulho para quem deles participa.

O fato de poder circular entre grupos, sem ameaçá-los e, mais que isso, estabelecendo relações de cooperação interdisciplinar, pode ser visto como um sinal de status diferenciado, reclamado como distinção pelos que conseguem.

- Eu, pelo menos, faço parte de um grupo que circula bastante, inclusive, a nossa temática de pesquisa é interdisciplinar. É o segundo grupo que eu ajudei a formar, também, é interdisciplinar. E05

Reconhecer esses movimentos parece ser importante porque revela que persiste no meio universitário uma semente de integração que poderia ser acionada em um movimento de reforma consequente visando reestabelecer para a vida acadêmica aqueles princípios humanistas legados pelas reformas (universitária e de base) e pela Constituição.

Não há dúvidas, porém, que a tendência maior é mais tensa, à medida que em cada espaço da academia muitos grupos vivem relações de poder abertas que inibem mudanças mais profundas dessas estruturas.

- Existe uma turma, os fundadores e o grupo remanescente, um intermediário e uns mais jovens. Os mais jovens não têm capacidade de mudar, é a história. Aqui na sociedade pernambucana em maior grau. E09

Mediação e acomodação

A mediação das contradições entre o individualismo e o corporativismo dos professores, de um lado, e o princípio fundamental da ciência que recomenda a integração do conhecimento, do outro, se faz através de uma espécie de contrato de silêncio, à medida que as falas do cotidiano praticamente excluem essas pautas. Falar dessas coisas e refletir criticamente sobre soluções alternativas se torna ameaçante para as relações e para estratégias individuais: manter os conflitos sob controle, serve a todos.

Paralelamente à fragmentação e ao isolamento observados no trabalho acadêmico, aos acordos coletivos implícitos e à lei do silêncio, paira uma ameaça latente de exclusão das pessoas dos grupos e consequente de desintegração social. Tomar a iniciativa de falar de assuntos fora da pauta formal pode significar uma postura de ruptura com esse acordo implícito de silêncio sobre temas polêmicos. O risco de isolamento paira assim como uma ameaça real muitas vezes explícita, como se pode ver no depoimento abaixo.

- Eu só não quero ser a pessoa que fale sinceramente e os outros não falem com sinceridade. Eu não posso falar aquilo que penso. O que eu diria é que existem problemas no departamento de fácil solução, mas as pessoas que não querem solucionar. E09

Essa percepção de ameaça implícita termina por reforçar o quadro de acomodação da grande maioria dos professores aos modelos de organização estabelecidos, aceitando-se os modelos dominantes de organização da universidade, sem questionar. Desenvolve-se aí, de maneira mais ou menos generalizada, uma submissão a essas estruturas de relacionamento menos conflituosas. Os comportamentos de adequação e acomodação ao modelo organizacional dominante têm como contrapartida uma maior inserção social

e funcional mais confortável. De uma maneira geral, os professores terminam se acomodando a essas configurações, sem questioná-las ou tentar mudar.

- Então, eu acho que algumas pessoas se acomodam a essa estrutura e não procuram relações em lugar nenhum. E05

- O problema é que ninguém reage. Existe um modelo e está todo mundo forcejando para se enquadrar neste modelo. Existem pessoas questionando, também, mas isso é a minoria, as pessoas mais éticas é minoria. E09b

No cotidiano, a departamentalização, as práticas individualistas e de grupos de interesses e os acordos implícitos sobre temas polêmicos já fazem parte da cultura da universidade e por isso não são mais questionados. Assumidas como naturais e salutaras na visão liberal e competitiva dominante na vida acadêmica, essas práticas traduzem hoje os potenciais e os limites da realização profissional de cada professor. Amplia-se a produção acadêmica em áreas especializadas do conhecimento em detrimento de um compromisso mais humanístico.

Finalmente, as chances de mudanças desse quadro que configura as relações sociais e os processos organizacionais, parecem muito remotas para quem vive o cotidiano da vida universitária.

- O problema não é hoje a manutenção desse conservadorismo é a nossa incapacidade de juntar pessoas para construir algo diferente, é o que está me incomodando, me deixa mal, muito triste, infeliz posso dizer. E03

De fato, fica um sentimento da incapacidade de articulação das forças políticas latentes na universidade brasileira, em prol de uma dinâmica engajada numa reflexão consequente sobre os caminhos do desenvolvimento de um projeto de sociedade mais justa e sustentável. Tudo concorre para o imobilismo político, desde a segmentação do conhecimento, até o sistema de fomento da atividade acadêmica e as formas acomodadas de organização social.

Cabe, finalmente, a velha pergunta lançada por Lenin no início da revolução socialista e retomada por Cristovam Buarque no Capítulo de fechamento deste texto, apresentado logo a seguir: **o que fazer?**

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, P & PASSERON J.C. A Reprodução. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P. La Noblesse d'État; Grandes écoles et esprit de corps. Collection Le sens commun, 1989
- CHAMAYOU, Grégoire. Petits conseils aux enseignants-chercheurs qui voudront réussir leur évaluation. In *Universidade em crise. Mort ou ressurrection?* Revue du MAUSS No 33. 1e semestre 2009. P. 109 – 121.
- CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.24 [cited 2010-05-16], pp. 5-15 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1413-2478. doi: 10.1590/S1413-24782003000300002.
- FREITAG, Michel. *Le Naufrage de l'Université*. Editions la decouverte, La Revue du MAUSS, Paris, 1995
- INSEL, Ahned. Publish or Perish! La submission formelle de La connaissance au capital. In *Universidade em crise. Mort ou ressurrection?* Revue du MAUSS No 33. 1e semestre 2009. P. 109 – 121.
- LIMA, Maria de Fátima e LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário. Rio de Janeiro, Ciências & Cognição - Ciênc. cogn. v.14 n.3 Rio de Janeiro nov. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1806-58212009000300006&script=sci_arttext
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Universidade: a idéia e a história. *Estud. av.* [online]. 2006, vol.20, n.56 [citado 2009-10-21], pp. 191-202 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100013&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142006000100013
- HORTA, José Silvério Baia. Avaliação da Pós-graduação: com a palavra os Coordenadores de Programas. *Florianópolis. PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 19-47, jan/jun. 2006. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>

O QUE FAZER? – Eis a questão

Cristovam Buarque

De uma maneira sintética, conforme se pôde ver nas reflexões dos diversos autores que me antecederam, a universidade atravessa duas grandes dificuldades para se enfrentar uma crise: não percebê-la e não enxergar realidades alternativas depois dela. Está sem uma identidade compatível com as exigências do momento, e não vê um projeto alternativo claro que lhe permita cumprir sua missão libertária. A crise da universidade é perceptível desde fora, mas sua comunidade se nega a vê-la e limita seu sentimento de descontentamento ao problema da falta de recursos financeiros; com o apego conservador e acomodado ao seu modelo de décadas se recusa a fazer as perguntas que colocam em cheque sua atual auto-concepção; prisioneira de si, nega-se a lutar por suas próprias mudanças e em conseqüência perde credibilidade, vê surgir novas entidades que lhe competem como geradoras de saber, caem assim na situação dos mosteiros com os quais ela concorreu há mil anos. E aumenta sua crise pela depressão institucional de seus quadros.

Por isso, o primeiro passo para que se possa encontrar um novo rumo para a universidade é formular e enfrentar perguntas.

Como incorporar a ética no universo e nas áreas de conhecimento?

Nos momentos de sociedades sem crise, com paradigmas sólidos, a estrutura de conhecimentos isolados funciona satisfatoriamente, cria o pensamento que a sociedade necessita e oferece uma moral hegemônica legitimadora e eficiente. Mas não serve em momentos de sociedades em crise, sem paradigmas sólidos, em momentos de mutação. Hoje os valores que regem o projeto civilizatório estão em crise, mas as universidades continuam ignorando esta crise da moralidade.

Este aprisionamento decorre da estrutura de organização por Departamentos estanques em áreas do conhecimento. Mesmo quando descobre o problema ambiental, a universidade aprisiona o conceito em sua

estrutura tradicional, criando um “Departamento de Ecologia”. Não percebe que sua estrutura deve modificar-se para inocular a ética do equilíbrio ambiental em todas as áreas do conhecimento, na formação de todos os seus profissionais. O conhecimento da cadeia da vida encontra um locus próprio de estudo, mas continua isolado das demais áreas. A questão moral do Valor da Natureza fica restrita aos Departamentos de Filosofia, e a eficiência técnica para destruir florestas fica com as Engenharias. Ao não encontrar-se a filosofia moral com a engenharia, os engenheiros são formados para destruir florestas, em nome do valor econômico que a destruição criará, de acordo com a lógica também isolada dos Departamentos de Economia. Os médicos e cientistas da biotecnologia olham cada indivíduo, deixando que o resultado social de suas criações seja um tema dos políticos, fora do campus. Não se redefine o conceito de eficiência, nem se amplia a preocupação ética para todos os profissionais. Para a universidade não importa se o processo econômico destrói a natureza, nem se as técnicas médicas ou os médicos servirão a poucos seres humanos. Sua estrutura com departamentos isolados dificulta o necessário intercâmbio entre a técnica e a ética.

No atual momento, todas as áreas devem ser inoculadas de reflexões e posições morais. Tanto a ética do respeito às gerações futuras, por compromisso com o equilíbrio ecológico, quanto o compromisso ético de barrar a marcha da insensatez moral de uma civilização em busca de um novo projeto ou fadada ao fracasso ético e físico, ou por falta de valores morais dentro de cada um de seus conhecimentos, a universidade que esteve alienada da luta pela abolição da escravidão agora dá um passo atrás do ponto de vista ético, na construção da pior das apartações: o apartheid biológico e o apartheid entre gerações.

Mas o problema não se resolve fácil porque não se deve impor valores éticos escolhidos à priori. A universidade precisa ter um arcabouço moral, ao mesmo tempo em que não pode restringir sua liberdade para pensar, pesquisar, refletir, propor.

Unidimensional ou Tridimensional?

A universidade da civilização atual é unidimensional, aprofundando cada especialidade por meio de cada Departamento. O futuro dificilmente vai prescindir da eficiência dos Departamentos criando Núcleos Temáticos

Multidisciplinares organizados por problemas da realidade; e Núcleos Culturais capazes de promover o humanismo, em todas as áreas, entre todos os universitários de qualquer área do conhecimento.³¹

A composição entre os Departamentos, Núcleos Temáticos e os Núcleos Culturais podem permitir a formação de um profissional tridimensional, bem formado, comprometido e humanista.

Como ser total sem ser superficial?

A partir do final do século XIX, a universidade fez uma opção radical pela profundidade em cada área, abandonando a totalidade do pensamento. O conhecimento de cada área mergulha na consciência de cada universitário, sem que se una a outros na construção de um arcabouço mais amplo. A universidade funciona como bate estacas para um prédio não construído. No futuro ela deve ser total, sem cair na superficialidade, sem perder a busca do conhecimento específico profundo em cada área.

Durante os dois séculos e meio da sociedade industrial a opção unidimensional funcionou bem na ampliação da liberdade, mas se esgotou diante dos problemas morais e ecológicos adiante. Aquilo que alguns chamam de “pensamento holístico” ou “pensamento ecológico”, como chama Timothy Morton³², não no sentido de pensar o problema ecológico, mas de como pensar ecologicamente qualquer problema. Esta revolução epistemológica que já dispõe de uma grande quantidade de formulações teóricas, como aquelas desenvolvidas por Edgar Morin com sua teoria do pensamento complexo, ainda não conseguiu definir como a universidade pode ser total sem ser superficial, nem como ser profunda sem perder a dimensão global.

Como evitar o naufrágio da formação?

O acesso ao mundo de informações instantâneas é uma das mais fortes e positivas características destes tempos. Este acesso constante e democratizado é um fator determinante na ampliação do horizonte de liberdade, mas este mundo de informações de curta duração rouba a vocação da universidade

31. Ver sobre isso ver do autor: o livro “Aventura da Universidade”, Editora UNESP, São Paulo, 1994, e o texto “A universidade numa Encruzilhada”, MEC, Brasília, 2003.

32. Ver Timothy Morton, “The Ecological Thought”, Harvard University Press, 2010.

para cumprir seu papel de formação do conhecimento. A universidade não pode se esconder do mundo das informações, e não deve abrir mão de seu papel de formadora de pensamento sólido, capaz de resistir às tentações dos ventos informativos.

Como manter elite intelectual face à massificação das informações?

Hoje a universidade se divide entre os que ainda recusam o ensino à distância, como há um século os atores de teatro se recusavam a aceitar o cinema como arte, e aqueles que mergulham no ensino à distância sem compromisso com a qualidade, e muitas vezes mirando o lucro financeiro que a economia de escala oferece. A universidade precisa descobrir como ser centro de formação acadêmica mesmo quando já não há mais centro para a formação intelectual: a conexão em rede social permite a cada navegador da internet ter acesso a todo conhecimento no momento em que ele surge. Dispondo da linguagem necessária qualquer pessoa tem acesso a todo conhecimento que lhe interesse, sem necessidade de ser universitário, nem de ter sido um universitário. Todos podem fazer um curso universitário sem sair de casa.

Seria absurdo recusar o imenso papel libertário do ensino a distância, ao mesmo tempo é perigoso ver o ensino a distância sem o rigor que a formação universitária tem a obrigação de oferecer.

Como abrir mão do monopólio de legitimador e legalizador do saber sem se transformar no mosteiro do século XXI?

Desde sua origem, a universidade tem sido o centro de legitimação do saber. Embora alguns dos maiores saltos no pensamento tenham surgido fora dos muros dos campi, é a universidade que forma o conjunto de produtores de conhecimento de nível superior. Mesmo idéias e teorias nascidas fora de campi universitários só se espalharam graças às universidades. Havia um tempo entre a criação e sua divulgação e a universidade tinha tempo e preenchia a lacuna de divulgação. Nos dias de hoje, quando um jovem universitário termina sua tese de doutorado, há grande possibilidade de que ela já esteja superada.

Na medida em que o conhecimento se espalha instantaneamente e a universidade continua com sua lenta velocidade do passado, ela deixa de

ser vanguarda de saber e fonte de sua disseminação, perde assim o papel de legitimadora do conhecimento por meio de seus diplomas. Fora dos campi, brotam centros de ensino e pesquisa que corriam mais velozmente do que a universidade é capaz de criar. O diploma fica provisório, perde legitimidade, deixa de assegurar empregabilidade.

Esta realidade provoca um grande desafio em uma instituição que se acostumou a ter o monopólio de legitimação e legalização do saber.

Como definir sua democracia?

Olhando para dentro de si as universidades brasileiras há duas décadas e meia consideram ter conquistado sua democracia ao escolherem seus dirigentes pelo voto da comunidade universitária, sem lembrar que esta é uma democracia limitada à corporação. A universidade precisa entender que sua democratização não está em “todo o poder ao Conselho Universitário e às bases acadêmicas internas que o elegeram”, e sim em como usar o poder da comunidade para servir às necessidades econômicas, morais, sociais, culturais e ecológicas do futuro da civilização e de todo o povo do país.

Como fazer a publicização das Estatais e das Particulares?

A universidade dividiu-se maniqueistamente entre as estatais, tomadas como públicas, e as particulares tratadas como de interesse privado. As primeiras financiadas pelo Estado, as outras quase sem recursos estatais. Esta divisão é inconsequente socialmente, frágil logicamente e injustificável moralmente. Um curso de medicina voltado para formar os médicos que servirão exclusivamente à saúde privada dos ricos não pode ser considerado público. Nestas condições é como se o curso universitário fosse uma loteria, com o prêmio financiado por toda a população, mas só os poucos que passaram por boas escolas recebem com o direito de receber os bilhetes para o sorteio, aqueles. Ao mesmo tempo, cursos particulares voltados para formar professores de qualidade para o Ensino Médio deveriam ser tratados como públicos, por formar profissionais que servirão à nação e ao povo, como professores das crianças.

Para definir “como ser”, a universidade tem o dever de buscar compromisso público, com a humanidade e a sociedade onde ela está. Para

isso deve saber como financiar cursos de interesse público em universidades particulares com recursos estatais; e como suspender financiamento público para cursos de claro interesse privado, em universidades estatais.

Este desafio não é fácil de ser enfrentado, quando se leva em conta o entrelaçamento entre o conhecimento que hoje serve a interesses privados para depois se espalhar, servindo a todos.

Como ser uma e Uma?

Desde seu início, quando professores e alunos se deslocavam pelo espaço europeu entre uma e outra universidade, com total aceitação, a universidade foi uma das primeiras instituições globais. Hoje, mesmo promovendo intercâmbio, cada universidade trabalha com pouca interação com as outras universidades do mundo; se auto-avaliam isoladamente ou se comparam apenas com suas congêneres nacionais.³³ No futuro, as universidades deverão ser Uma única interligando-se internacionalmente, sem deixar de ser uma, com suas características específicas locais.

Como fazer o casamento do mérito com a democracia?

As corporações se assenhoraram das universidades e passaram a definir que a exigência de qualidade e de avaliação é uma afronta à democracia. Mas, o eleitor que vota sem olhar o mérito do candidato pode até votar livremente, mas não democraticamente. Embora as ditaduras possam usar mérito, não há democracia sem mérito. Falta democracia no eleitor que vota em busca de um interesse pessoal em um político sem mérito inclusive de ética, ou por despreparo ao não perceber a ilusão que o candidato oferece, em um sistema eleitoral falsamente democrático. Essa falta é lamentável que aconteça nas eleições políticas em geral, mas é indecente em uma comunidade intelectual, como a universidade. Em uma instituição com o papel e a responsabilidade da universidade, mérito e democracia devem caminhar para um casamento cujo filho é a qualidade-a-serviço-da-ampliação-do-espaço-de-liberdade-e-de-seu-uso-por-todos.

33. Alguns setores científicos já trabalham em laboratórios integrados internacionalmente, mas para isso têm de passar por cima de resistências de sua própria universidade, que muitas vezes reagem a esta internacionalização. Um exemplo disto é a imensa legião de jovens brasileiros que estudaram e se formaram, em universidades estrangeiras e não têm seus diplomas reconhecidos, independente da qualidade do curso que recebeu.

PRA QUE SERVE A UNIVERSIDADE PÚBLICA ?

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO: 15,5 X 22cm

TIPOLOGIA: Minon Pro

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea
Recife / PE CEP: 50.740-530 Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones:(0xx81) 2126.8397 2126.8930
www.ufpe.br/editora - livraria@edufpe.com.br - editora@ufpe.br

Este livro foi escrito a várias mãos e procura trazer uma grande diversidade de enfoques para se estabelecer uma reflexão sobre o papel da Universidade Pública no Brasil com foco nas suas referências institucionais e políticas e na sua inserção social e econômica, considerando, sobretudo a sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade tecnologicamente avançada e socialmente justa.

Para instalar essa reflexão cada um dos coautores procurou estabelecer um olhar específico, sem perder a visão de conjunto que justifica o título do livro: Para que serve a Universidade? Nesta perspectiva os capítulos foram sendo construídos entremeados por reuniões de equipe, onde cada um estabelecia seus enfoques que iam sendo ajustados aos demais de maneira a se estabelecer uma análise articulada.

ISBN 978-85-415-0253-5



9 788541 502535